



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

LA LUNA: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
À DESCOBERTA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA
PELO OLHAR DE COIMBRA DE MATOS

JOSÉ GUILHERME BRITO DA IGREJA

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO GONZALEZ

Professor de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO GONZALEZ

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof. Doutor António Gonzalez, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Julgo que nunca conheci alguém que tivesse feito, o que quer que seja, a partir do universo de espaço vazio que é o vácuo a-relacional da autogestação espontânea. Por certo, conheço-me a partir desta atestação, e este trabalho é uma prova disso mesmo: nunca o conseguia ter feito sem a ajuda de tantos outros. A todos eles, agora, agradeço.

Ao Professor António Gonzalez que, bem mais do que julga, me ajudou a chegar a bom porto ao longo de uma travessia final com fortes correntes marítimas. A sua facilitação, e boa-vontade, foram bem mais do que uma orientação; foram o sinal da possibilidade de poder atracar. E a isso, não sei como agradecer. Sei, apenas, que sou verdadeiramente feliz pelo destino nos ter feito companheiros, novamente, neste mar,

Ao Professor António Coimbra de Matos, não só por ter tido a amabilidade de nos conceder a oportunidade de o entrevistar, mas sobretudo pela generosidade da partilha em escrita comigo (e tantos outros) do seu imenso saber, ao longo de tantas leituras da sua obra. Ainda antes de o ter conhecido, foi uma presença constante no meu trajeto universitário, e será sempre um farol que, por certo, me iluminará no futuro, e no futuro de tantos outros,

Ao Professor Vitor Amorim Rodrigues, com quem comecei este trajeto, e não soube com ele acabar. Tanto haveria a agradecer-lhe: a paciência, a persistência, o saber, e o estímulo. Agradeço, mais do que tudo, o investimento e o acreditar que sempre senti em mim, e no meu trabalho. A ele se deve muito do que aqui consegui construir,

Aos Professores do ISPA que, profundamente, me marcaram, e me inspiraram na construção da minha identidade enquanto psicólogo. Pela relação e inspiração, aqui fica o meu apreço, o meu carinho, e a minha gratidão,

Aos meus queridos amigos do coração. Todos eles, que tanto esperaram – e desesperaram –, pelo final deste processo. Mas que nunca, nos olhos deles, deixei de me conseguir reconhecer, e que sempre, dentro deles, soube encontrar o meu lugar,

Aos *meus* miúdos do Hospital de Santa Maria, com quem tanto aprendi, e de quem tive o privilégio de com eles partilhar os seus trajetos. Cresci tanto, ao vê-los crescer,

Ao António Sampaio, que cedo marcou para sempre o meu trajeto.

E, finalmente, à minha família. À minha irmã, porque é mais do que uma irmã. À Mariana ao Manel, à Maria e à Madalena, porque são mais do que sobrinhos. Ao meu tio e à Lurdes, porque são os meus queridos tio e Lurdes,

Ao João, com quem vivi esta viagem, e tanto me ajudou a fazer do Cabo das Tormentas o Cabo da Boa Esperança. É com muito orgulho, e ainda mais afeto, que é o meu companheiro de mar, nesta e tantas outras viagens,

À Inês, que tenho o privilégio, e a *bem-dita* sorte, de ter por companheira na viagem das nossas vidas,

À minha mãe, por ser, tão só, a melhor mãe do mundo,

E ao meu pai, que sempre esteve, e já não está. Com uma saudade do tamanho do nosso abraço:

A ti, dedico este trabalho.

A todos, aqueles que *me fizeram*, e a partir *de quem me fiz*, o meu profundo obrigado.

Resumo

Enquanto área do saber que define o sujeito relacional como objeto de estudo e de intervenção, a identidade é um conceito-chave na Psicologia: por estar no cerne do que define o sujeito, a identidade encontra-se no âmago da sua ciência. Ora, se a identidade for conceptualizada como uma construção, compreender este conceito implica entender os processos de formação através dos quais se concretiza. Contudo, e como consequência da polissemia de pensares sobre a identidade, assiste-se a uma dispersão de teorizações sobre a construção identitária, consoante o ponto de observação do quadro epistemológico empregue. Já no quadro das concepções psicanalíticas clássicas, onde a formação da identidade constitui um dos núcleos duros das suas teorizações, vemos a concepção de uma identidade pessoal que se constrói pela via de processos identificativos. Afigura-se a pergunta: se a construção da identidade resulta do processo de identificação ao objeto da relação, *onde fica o lugar do sujeito no seu próprio trajeto identitário?* A partir desta questão sobre a natureza fundamental da construção identitária, procuraremos, no modelo proposto por António Coimbra de Matos, uma formulação que permita contribuir para a clarificação deste aparente paradoxo conceptual. É pela dialética, fluída e fecunda, com um objeto artístico, que procuraremos outros olhares, e encontraremos novos significados, numa *circum-navegação* sobre a teoria da co-construção identitária que apresenta.

Palavras-chave: Identidade, Identificação, Construção identitária, Psicanálise, Coimbra de Matos

Abstract

As a science that defines the relational subject as its object of study and intervention, identity is a critical concept in Psychology since it is at the core of what the subject represents. If conceptualized as a construction, understanding identity implies knowing the formation processes through which it takes place. However, and as a consequence of the polysemy of thinking concerning the concept, there is a theoretical dispersion about identity formation, depending on the epistemological framework. In the classical psychoanalytical conceptions, identity formation is paramount to its theorizations, in which we see the concept of personal identity built through identification processes. The question arises: if identity is formed only through identification processes, *where's the subject's place in its identity path?* Based on this fundamental question, we will look at the identity formation model proposed by António Coimbra de Matos for a formulation that will help clarify this apparent conceptual paradox. Through a fluid and fruitful dialogue with an artistic object, we will perform a *circumnavigation* to find other views and new meanings about the theory of identity co-construction the author presents.

Keywords: Identity, Identification, Identity Formation, Psychoanalysis, Coimbra de Matos

“A criança é a Obra de si própria”
(*João dos Santos, 1978*)



Poster: La Luna
(Casarosa, 2012)

Caminhando sobre utopias

Ao longo desta minha vida, será que mudo e me transformo?

Se não, qual a propriedade da substância inerte que me compõe e me anima? E que obra sou esta, da graça de um deus ou de uma caótica casuística, que me determinou a ser, *precisamente*, este que sou?

Se sim, o que é aquilo que se transforma em mim, como se transforma o que em mim se forma, e o que fica do que se transformou?

E já agora: qual, então, a natureza imaterial deste Eu, que persiste em ficar e mudar, que insiste em se encontrar por achar, e teima em se esconder para se fazer descobrir?

Recordo-me, nos idos tempos do Liceu Francês, da perentória afirmação que o nosso Professor de Filosofia nos deixou numa das suas primeiras aulas. Em jeito de revelação de uma qualquer verdade escondida, fixou-nos ao seu olhar intenso, apoiou os seus pulsos firmes sobre a sua secretária, e usou da sua voz rouca para declarar, *pausa-da-mente*: “toda a boa reflexão começa com uma pergunta, e acaba numa outra pergunta”. Uma pergunta formulada não só em aberto, mas uma pergunta para o mundo que aí está – qual fugaz luar que, pela noite, teima em espreitar pela esquina do olhar.

Hoje, nas encruzilhadas das escolhas dos caminhos a seguir, parece-me que tanto a arte, como a dificuldade a ela inerente, residem na busca das boas perguntas: justamente, as que fazem valer a aventura de as perseguir. Consola-me o sorriso sereno de saber que se, por(-*má*-)ventura, não as encontrar, poderei sempre perguntar às crianças: elas já sabem todas as boas perguntas.

Mas é ao perguntar, que a criança em mim, pergunta: o porquê destas perguntas, se teimosamente trazem consigo na resposta uma outra – *nova e invariável* – pergunta?

A isso, não sei responder. Mas permitam-me que vos conte uma pequena história. Uma história que me traz o calor do sorriso de um saudoso contador de outras tantas histórias que me acompanharam em tantos dias de leituras, achadas e perdidas.

Uma vez, perguntaram a Eduardo Galeano para que serve a *utopia*.

Sim, afinal, para que serve a utopia?

Para que serve a utopia se, ao caminharmos em direção a ela, ela fica cada vez mais distante? Como o longínquo horizonte que se faz entre a terra e o céu, é um destino que bem podemos vislumbrar e antecipar, mas que nunca se deixa apanhar. Pois se caminho 10 passos para a frente, o horizonte avança 10 passos mais adiante. Se avanço 100 passos mais perto, a utopia fica outros 100 passos mais distante. Assim, como o horizonte que tanto vemos, e que tanto nos escapa, eu sei que nunca chegaremos ao nosso destino: a utopia, mistério de um horizonte que nos encontramos forçados a perseguir, sem jamais alcançar. Então, para que serve, a utopia?

Para isso mesmo, respondeu Galeano. Para caminhar.

A nossa utopia é a pergunta que alimenta este trabalho: enigma de um destino que sabemos, ab initio, nunca atingir. Mas é também sem o sabermos que, do ténue traço de luz vindo desse intangível toque entre o céu e a terra, já se desenha a nossos pés um caminho que, seguramente, queremos trilhar.

Sigamos, então, esta luz que nos impele na perseguição deste próximo horizonte. Partimos com os olhos na utopia, mas navegamos focados na paisagem da descoberta, pois somos aconchegados pela mochila de uma experiência que nos ensinou a não cegarmos na ilusão de confundir o término com a finalidade: quimera de quem no fim, vê um fim. Partimos, por isso, cientes de que no final do arco-íris não existe uma arca do tesouro à nossa espera, pois quem transportou o cofre não lhe colocou bem o cadeado, e pelo percurso deixou escapar todas as riquezas deste mundo. Partimos, enfim, com um coração que intercala no seu latejar, o medo do desconhecido e a aventura da descoberta, e, passo a passo, nos impulsiona a pôr um pé no caminho do que somos, e o outro no percurso em que nos transformamos.

Pois que a pergunta não procura um destino; cria um caminho que desagua em tantos outros. E os bons caminhos não são estradas; são trilhos desenhados ao ritmo da passada, na busca da criação – *em sonho* – de novos horizontes.

Por isso, é preciso utopias para haver horizontes. É preciso perguntas para que se abram caminhos. É urgente sonhar para, entre o céu e a terra, sermos humanos.

E é entre perguntas que se fazem os caminhos que valem a pena, pois é perseguindo horizontes inalcançáveis que se chega a bons portos, de novos mundos.

Afinal, eis que não é verdade que a pergunta é a melhor resposta para o mistério permanente de que é feita a vida?

Índice

INTRODUÇÃO	1
<i>Mapa do percurso, pontos de observação, e objetivos específicos</i>	4
CAPÍTULO I: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO	6
1. Da importância teórico-clínica do conceito identidade	6
2. A identidade na ponta do dedo	7
3. Identidade e identificação na Psicanálise	10
CAPÍTULO II: A (CO-)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA SEGUNDO COIMBRA DE MATOS	15
1. Explorando as identificações para descobrir a identidade	15
2. Uma construção em espiral elíptica: à volta do Outro, e em torno de si	17
2.1. Construção da identidade pelo processo auto-assimilativo	17
2.2. Construção da identidade pelo processo alo-assimilativo	22
3. As três modalidades de identificação	24
3.1. Identificação imagóico-imagética	25
3.2. Identificação idiomórfica	28
3.3. Identificação alotriomórfica	30
4. A formação da identidade nas relações identificativas. A transformação do Eu pelas relações transformadoras	33
4.1. Identificações obstrutivas/patogénicas e desenvolvutivas/sanígenas	34
4.2. Da importância da qualidade das relações oferecidas/possíveis	36
4.3. O paradigma relacional: uma perspetiva onto-antropológica, teórica, e clínica	37
CAPÍTULO III: LA LUNA, AS ESTRELAS QUE CAEM NO (MEU) CÉU	39
1. Um enquadramento	39
2. Uma descrição	40

DISCUSSÃO	42
<i>La Luna: uma circum-navegação pela alvorada da identidade adulto-nascente</i>	42
O eixo interno-externo enquanto sistema complexo	43
“Torna-te como eu” v. “Sê quem és”: da indiferenciação à identidade	48
Educar e Aprender	50
A Liberdade nas dimensões do espaço/tempo relacional	52
A criatividade de na Lua de estrelas criar a Liberdade	55
CONCLUSÃO	58
1. A dança identitária, no palco das relações, em três Atos de criação	58
2. Locus e referência. Precessão e primazia	59
3. A <i>co</i> -construção identitária: um contributo, <i>verdadeiramente</i> , original	60
4. Do Big-bang se fez o universo. Até se refazer em novo Big-Bang	61
5. Nascemos à procura de (<i>quem nos dê</i>) um lugar no mundo	62
Referências Bibliográficas	65
Anexos	73
Anexo I – 1ª Entrevista a António Coimbra de Matos	75
Anexo II – 2ª Entrevista a António Coimbra de Matos	90

Introdução

Toda a pergunta é paradoxal: com ela nasce o contexto da sua própria extinção. Fonte da vida, traz com ela o movimento em direção à resposta que ditará o seu fim.

A pergunta conduz o percurso da resposta entre desconhecidos, com o destino traçado em si mesma.

E assim renasce.

Tal como o Homem, que por nascer traça o seu destino.

E tal como Homem, que aqui chegado, se pergunta: *como foi que aqui cheguei?*

A pergunta que *faz* o Homem ilumina o seu caminho, e desencadeia o movimento de saída dele mesmo, à procura do desconhecido que nele, nos outros, e no mundo, habita.

E assim se cria, o que dele nasce.

Mas então, *como nos construímos?*

Esta é a pergunta que conduz e alumia a presente investigação. Teremos de saber, claro, o *quem* da pergunta, mas interessa-nos conhecer, sobretudo, o *como* da resposta. Entre este *quem* e este *como*, está o próprio Homem, que sobre este ângulo de análise procuraremos compreender. Esta dissertação enquadra-se, assim, como uma investigação teórica que visa gizar uma possibilidade de compreensão sobre os caminhos que *fazem a construção identitária*. O objetivo é entender, a partir do que define a pessoa (a *identidade*), como se forma aquilo que a define (a *construção identitária*)

A teoria e prática clínica compreensiva têm na sua frente a pessoa, ser com uma identidade que procura conhecer. Porque são os caminhos que fazem o destino, toda a atitude clínica inerente a uma abordagem compreensiva tem de, necessariamente, questionar não só *quem* é esta identidade, mas também *como* aqui chegou.

Ora, no universo dos conceitos que compõem a imensa e diversa literatura psicológica, conceitos como *pessoa, personalidade, individualidade, subjetividade, self e selfhood* (entre outros) são comumente supracitados para fazer referência ao objeto de estudo da psicologia – o Homem, e as suas relações –, com o objetivo último de o compreender, nas múltiplas dimensões que o compõem, e nas diferentes manifestações em que se mostra (Silva, 2009). No entanto, a

polissemia de saberes, perspectivas e conceitos, fruto das diferenças epistemológicas e consequentes perspectivas de estudo, parece criar uma dispersão conceptual difícil de ser abarcada, qual torre babilónica, a partir da qual, qualquer tentativa de estabelecer um olhar rigoroso e coeso sobre o conceito de *identidade* é, imediatamente, envolto numa densa e vertiginosa névoa (Macedo & Silveira, 2012; Zahavi, 2008, 2014).

Já no vasto conjunto do saber psicanalítico, é paradigmático que em dois dicionários de referência da psicanálise, *Vocabulário de Psicanálise* (Laplanche & Pontalis, 2001) e *Dicionário de Psicanálise* (Roudinesco & Plon, 1998), não exista uma entrada para a definição da palavra identidade. O contraste com as prolongadas entradas para o conceito de *identificação*, indicia-nos que a identidade é pensada, justamente, através de modelos identificativos. Esta constatação é-nos confirmada por Frosh (2010), ao afirmar que Freud terá utilizado apenas uma vez o termo identidade, no sentido psicológico de pertença a algo, e apenas num único comentário orientado à sua pessoa. O próprio Freud, em *Dissertação da Personalidade Psíquica* (1933), atesta esta comprovação, ao lamentar não ter conseguido entender por completo o conceito de identidade, acrescentando que, no que era referente a esta e outras conceções essenciais para a compreensão do sujeito, a Psicanálise não teria dado o enfoque suficiente (Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002)

Quase um século depois, e apesar das inúmeras e produtivas construções teóricas debruçadas sobre a construção da pessoa, eis que as suas palavras continuam a fazer eco na realidade dos nossos dias. Seria errado, e verdadeiramente estapafúrdio, afirmar que o pensamento psicanalítico não trata do sujeito, mas fá-lo, maioritariamente, a partir da perspectiva do desenvolvimento psicopatológico ou da ontogenia da intrasubjetividade e/ou intersubjetividade, não se debruçando diretamente no indivíduo através do prisma daquilo que o define enquanto pessoa, e, por correspondência, o torna definível: a sua *identidade* (Frosh, 2010).

Exemplos como o de Jacques Lacan (2003), que define o processo de *identificação* como a relação do sujeito com o significante, e via através do qual o processo identitário se edifica, são raros e espaçados. Fazendo uso desta definição lacaniana, caso é para dizer o tema da identidade carece de melhor identificação.

Desfocando o nosso olhar em busca de outros horizontes, constatamos como este é um tema antigo, e central, em áreas primas da Psicologia, como sejam a Fenomenologia e a Hermenêutica, e desenvolvido de formas profundamente enriquecedoras. Dando voz e continuidade ao precursor da Fenomenologia, Dan Zahavi (2008) pensa um *self* que se forma a partir da experiência direta com o mundo. Este seria o *self pré-reflexivo*, co-emergente com o próprio mundo, uma vez ser um

dato inerente e decorrente de toda a experiência, que assim antecede, e serve de base, ao *self narrativo*, ou auto-reflexivo, de segunda ordem. Para Zahavi, a imediaticidade deste *self minimal* representa a possibilidade de um acesso a si não mediado pela reflexividade, pelo que entende o *self* como o princípio da identidade (Zahavi, 2008, 2014).

Do lado da Hermenêutica, Paul Ricoeur faz luz a um si que apreende duas intrusões do Outro, convida-nos à distinção interna entre o par de conceitos de *mesmidade* e *ipseidade*, sendo estes, e a sua distinção, constitutivos da noção de si. O autor introduz a intrusão do Outro no campo fenomenológico, que faz referência às figuras de alteridade que rodeiam o *mesmo – mesmo* este que respeita o “Outro que não ele mesmo” (Ricoeur, 1995, p. 31), e não o mesmo que diz respeito ao *idem-ipse*. Desta forma, e além da dialética *identidade-idem* e da *identidade-ipse*, o autor dá-nos a oportunidade de conhecer também o campo da relação entre *ipseidade* e *alteridade*: o campo da relação de identidades. A dialética da *identidade-idem* e da *identidade-ipse*, nasce da questão que Ricoeur (1995) coloca, *quem?*, cuja resposta se encontra na narração: os fios narrativos ligam e constroem a tapeçaria de que é feita a *identidade*.

Enquadrados pelo lugar epistemológico onde se insere a nossa questão de investigação, o presente trabalho visa explorar a questão *como?* da *construção identitária*. Das múltiplas perspectivas face ao conceito de identidade e ao processo de construção identitária, tornar-se-á perentória a delimitação de um lugar coerente no corpo da teoria. É assim que este estudo parte de uma definição conceptual etimológica de *identidade*, para procurar destacar e pensar os determinantes da sua formação.

Como proposta de uma possível resposta à questão de investigação, foi escolhida a análise crítica do referencial da construção identitária proposto por António Coimbra de Matos. O racional por detrás desta escolha prende-se, em primeiro lugar, pelo que consideramos ser a potência, profundidade e abrangência teórica do seu modelo compreensivo, que se insere, no contexto da teórica clássica psicanalítica, de forma absolutamente original, e contribui para uma outra – e nova –, compreensão da *formação identitária*. Esta sua inovadora abordagem é consubstanciada pela forma como as suas formulações sobre a matéria se integram no conjunto do seu pensamento teórico, e pela maneira como se constituem enquanto possível modelo de análise para toda a prática clínica. Já o facto da sua vasta e prolífica obra ser uma referência incontestável no panorama da saúde mental em Portugal, e influência ímpar no pensamento psicanalítico, apenas explica o alcance e pertinência das suas considerações. Acresce que, ao inserir-se no paradigma da psicanálise relacional que se quer orientada para o futuro, Coimbra de Matos é, de forma

consensual, considerado como um autor bastante moderno, no sentido das suas teorizações permitirem, e incentivarem, o diálogo com outras áreas do saber.

Escolhido o autor para nos guiar nesta viagem à descoberta do conceito de *formação da identidade*, julgamos que a melhor forma de a podermos pensar, será através da análise de um objeto artístico. Neste caso, foi escolhida a animação de curta-metragem *La Luna* (Casarosa, 2012), pois é através de uma formulação singela, mas impregne de uma indubitável riqueza simbólica relativa à temática constituição da identidade, nos permite dar asas ao *sonho* e *criatividade* que, como teremos ocasião de constatar, são as férteis sementes de toda a construção identitária. Pois, se uma teoria de nada vale se não puder ser posta à prova pelo teste da realidade, serve esta escolha metodológica dois propósitos: em primeiro lugar, demonstrar a possibilidade de aplicação do modelo teórico apresentado pelo autor, assim como o seu valor intrínseco enquanto instrumento de pensar, no que facilmente poderíamos imaginar como uma transposição para o contexto clínico das tramas apresentadas nesta animação; em segundo lugar, a própria animação constituir-se como uma oportunidade, e rampa de lançamento, para o aprofundamento sobre a própria teoria em análise.

Pelo conjunto das razões enunciadas, a presente investigação assume-se como uma proposta. Uma proposta para juntos, realizarmos a viagem de *circum-navegação* à volta do mundo da construção identitária, traçando uma rota através da qual a análise de um objeto artístico, a partir da teoria apresentada por Coimbra de Matos, nos permitirá voltar à própria teoria e desenvolver uma reflexão crítica sobre esta. Não nos limitaremos, então, a refletir *sobre* a animação, pois será *a partir* dela que aproveitaremos o embalo para visitar a própria teoria.

Mapa do percurso, pontos de observação, e objetivos específicos

Capítulo I: Partindo de terra firme ao mostrar o lugar cimeiro da identidade no pensamento teórico-clínico de Coimbra de Matos, iremos à descoberta dos conceitos implicados nos termos *identidade* e *identificação*. Será ao retraçarmos a longa e significativa história destas palavras, que estabeleceremos uma rota segura, a partir da qual, as poderemos referenciar de forma rigorosa. Já ao analisarmos o desenvolvimento conceptual, e lugar central, do conceito de *identificação* na psicanálise, procuraremos mostrar a perspetiva da construção identitária ao longo da evolução dos modelos psicanalíticos convencionais, de forma a enquadrar o contexto conceptual a partir do qual o autor desenvolve o modelo apresentado, e, assim, melhor compreender o valor da sua contribuição teórica.

Capítulo II: Mergulhando no profundo e largo pensar de Coimbra de Matos sobre a construção identitária, buscaremos, primeiro, mostrar a ligação da *identidade* à *identificação* pela relação linear *processo-produto* que vincula, e assinala, a importância do papel relacional na formação da identidade. Iremos, de seguida, apresentar os dois processos estruturais a partir dos quais a identidade se organiza, e as três modalidades de identificação que, em termos do desenvolvimento, constroem a identidade. Destes considerandos, é a partir da distinção *identificação sanígena/patogénica*, e da análise da importância do *leque relacional*, que emerge a possibilidade de integração do conjunto teórico apresentado no seio do paradigma da psicanálise relacional.

Capítulo III: Visa enquadrar e descrever, sucintamente, o objeto artístico que nos vai impulsionar a análise reflexiva.

Discussão: Pela leitura interpretativa do objeto artístico (Cap. III), a partir do olhar de Coimbra de Matos (Cap. II) e parametrizados pelos conceitos desenvolvidos inicialmente (Cap. I), procura-se, não só realizar uma reflexão contextualizada sobre a própria teoria em análise, como encontrar um terreno fértil a partir do qual será evocado o diálogo com outros pensares, de outros autores, no que se pretende constituir como uma frutífera reflexão sobre o *acontecer identitário*.

Conclusão: Prolongando o movimento expansivo, terminaremos o caminho que faz esta investigação, ao realizar uma reflexão final sobre a teoria apresentada, e perspetivaremos novos horizontes.

Perguntas enunciadas, caminho delineado, não temos a pretensão que este trabalho traga consigo novas e inovadoras respostas a perguntas antigas; antes, esperamos que constitua um percurso valoroso de construção de um *saber que se faz ser*, e no qual, através de um objeto artístico em relação recursiva com a teoria, possamos suspender a realidade e *(re)embarcar* nos tempos do sonho e criatividade infanto-juvenis, onde sem ainda saber (ou – *quem sabe?* – já sabendo bem), tínhamos tantas e inventivas respostas para as perguntas ao mundo colocadas.

Embarquemos então, por mares já dantes navegados, mas na construção – *esperemos* – de um novo caminho. Que assim os ventos nos sejam favoráveis.

Capítulo I: Identidade e Identificação

1. Da importância teórico-clínica do conceito identidade

Ao tecermos um olhar panorâmico pelo conjunto da obra de Coimbra de Matos, torna-se claro que o conceito de *identidade* tem um lugar transversal no pensamento do autor. Esta proeminência pode ser comprovada pela análise de inúmeras temáticas sobre a qual versa a sua obra. Desde a formulação a partir da qual considera a etiopatogenia da depressão (Matos, 2001b, 2001a, 2011a), até à esquematização pela qual configura a *relação* enquanto processo central do desenvolvimento e transformação pessoal (Matos, 2017a, 2017b), é notório como a identidade – e seus conceitos afluentes (*self*, ego, narcisismo, subjetividade) – ocupam um lugar cimeiro, e de enraizadas implicações. Similarmente, o relevo que o autor atribui à matriz identitária para pensar a avaliação psicopatológica é demonstrativo desta afirmação, e afigura-se como um lugar apropriado para iniciarmos o mergulho no percurso do seu pensamento sobre a *construção identitária*.

Começemos, então, por ir além dos parâmetros estatístico, normativo ou axiológico, e, como defende, o autor, considerar a compreensão dinâmica enquanto análise centrada nos significados e significantes individuais, com a correspondente avaliação do *aparentemente patológico* sujeita à apreciação do sintoma no seu significado adaptativo, e no seu sentido significativo de "modelador da personalidade social, no seu esforço de integração; ou modelante do curso da história, na missão renovadora que a cada um compete" (Matos, 2002h, p. 132). Os critérios de comparação com o modelo maturativo e de desenvolvimento, concebidos de acordo com os esquemas referenciais *do que é esperado* (e.g. fases do desenvolvimento psicomotor e psicoafectivo), não devem – por força da sua importância avaliativa – ser esquecidos. Contudo, a advertência que nos faz para a necessidade de uma consciência clara de que "não conseguimos escapar a uma referência empírica e idealista do normal" (Matos, 2002h, p. 133), não implica que a avaliação clínica deva, antes de mais, e fundamentalmente, ser centrada na apreciação do grau de congruência ou incongruência do funcionamento global do indivíduo, nomeadamente, naquilo que é "o seu estilo relacional, a sua identidade própria, a peculiaridade de cada um que importa respeitar; a sua forma pessoal e genuína de experimentar a vida, saborear a existência e realizar a aventura humana" (Matos, 2002h, p. 132).

Dando continuidade ao seu discurso direto, o *patológico* é, assim, entendido por Coimbra de Matos, como "o que exprime desacordo com a textura da pessoa, o que representa atraso ou

hipermaturação, o que revela a revivência de conflitos que já deveriam ter sido mais ou menos resolvidos, o que anuncia um risco de rutura do equilíbrio até então conseguido" (Matos, 2002h, p. 133). É neste sentido que o autor defende uma avaliação psicopatológica compreendida através de uma leitura gizada em três planos de análise: o do conflito psíquico (e aspetos económico-dinâmico, genético e prospetivo); a da estrutura psíquica em organização; e o do sofrimento implícito revelado (Matos, 2002h). Justamente, sobre todos estes três níveis de compreensão caracterológica e afetivo-emocional incidem, invariavelmente, aspetos da personalidade do sujeito.

O conjunto destas considerações teórico-clínicas, sobre a sua apreciação do *normal* e *patológico*, apontam para um posicionamento epistemológico que enfatiza o **lugar cimeiro da centralização do e no indivíduo**, enquanto critério avaliativo preponderante da sua compreensão clínica (Matos, 2002i). De onde depreendemos a importância estrutural que tem o estudo da formação identitária no contexto da obra de Coimbra de Matos, revelando ainda o interesse do estudo da *identidade* não só enquanto conceito, mas também enquanto ferramenta ao serviço do pensamento do objeto de análise clínica: a pessoa.

Do decorrido, impõe-se a questão: se, em termos clínicos, e para compreendermos a pessoa, temos forçosamente de considerar os elementos preponderantes da sua identidade, *como* se forma, então, esta identidade? Antes de abordarmos o *como* da pergunta (*como* a pessoa se faz pessoa), temos de perceber o *quem* da interrogação (quem é este *quem*), sob risco de não sabermos *do que* falamos *quando* falamos de *quem* falamos. Noutra formulação, para percebermos *quem* é o sujeito frásico sobre o qual versa a compreensão clínica, temos primeiro de definir aquilo que o define: a sua *identidade*, portanto.

Por este caminho chegamos à pergunta que impulsiona as próximas considerações: de que falamos, quando falamos, em *identidade*?

2. A identidade na ponta do dedo

Paradoxalmente, a palavra *identidade* é um dos termos que define a identidade pluriforme deste séc. XXI. Por motivações socioculturais que fogem largamente ao âmbito da presente investigação, a identidade está na ordem do discurso linguístico dos dias que correm, em diferentes derivações e dimensões (e.g. identidade pessoal; identidade sexual; identidade profissional; identidade cultural e/ou religiosa; identidade comunitária; identidade política; identidade nacional, entre outras). De tão esquartejados que somos por tantas e incontáveis identidades, é com surpresa

que aprendemos, ainda, que tanto os países, como os cinquentenários ou os clubes de futebol, padecem periodicamente das enfadonhas “crises de identidade”. Tal é o seu uso corrente, nas múltiplas camadas de inserção e manifestação no discurso quotidiano, que a procura da sua definição preliminar aparenta ser um exercício pleonástico desnecessário. Esta impressão parece corroborada pelo facto do seu uso comum tender a considerar a identidade como um dado, por si só, existente em-si-mesmo: uma essência linguística e representativa, já definida e definitiva, a identidade não mais é do que aquilo que define uma coisa ou algo. Caso para fazer uso da aparente obviedade, e com propriedade indubitável, declarar a *evidente* evidência de que a identidade *é aquilo que é*. Que mais haveria a dizer?

Tanto, felizmente. Pois a circularidade discursiva onde orbita esta precipitada dedução tem múltiplas trajetórias de escape, tanto elípticas, quanto tangenciais. Rapidamente se vê rebatido este eixo de rotação *perfeitamente idêntico* por uma simples procura no dicionário, onde encontramos três ou quatro diferentes aceções, e tantas outras nuances de sentido, nos meandros dos detalhes que o Diabo teima em tecer a sua complexificação do mundo, pelo traçar da sua geometria *invariavelmente* variável (Costa & Melo, 1999c; Rey-Debove & Rey, 2002) . Esta constatação é reforçada pela dificuldade que representa a intrincada tarefa de delimitar conceptualmente a identidade (e os seus múltiplos referentes), num dialeto que traduza um pensar psicológico, dada a sua natureza polissémica e correspondentes implicações significativas. Ora, se perceber um conceito implica as duas faces do símbolo linguístico, associar uma palavra ao seu conceito é então ligar o(s) seu(s) significado(s) ao(s) seu(s) significante(s). O que significa, então, *identidade*?

Comecemos pelo lugar de todos os começos – o início –, onde o retraçar da sua longa história merecerá o desvio etimológico. A origem da palavra pode ser encontrada nas suas remotas raízes protoindo-europeias, onde o pronome *is-* seria empregue com valor de demonstrativo da terceira pessoa (“este/aquele/o outro”) (Gaffiot & Gréco, 2016). O valor lexical demonstrativo vai ser herdado na construção do pronome do latim de origem erudita *idem*, enquanto palavra composta por *is-* e pela partícula invariável *-dem*, representando “precisamente/exatamente este” ou “o mesmo/a mesma coisa” (Gaffiot & Gréco, 2016; Rey-Debove & Rey, 2002). Pelos filósofos escolásticos, o pronome *idem* continua a ser usado como termo teórico, ganhando um valor adjetival na palavra *identicus*, de mesmo significado. Já no latim tardio, se forma o substantivo abstrato *identitas*, como indicador de estado ou qualidade: representa a “qualidade que caracteriza uma coisa ou um ser” e a “qualidade do que é o mesmo” (Cunha, 2010). É desta última derivação que, no séc. XVII, surgem as primeiras referências textuais ao substantivo feminino *identidade*,

ainda empregue enquanto conceito académico, e seguindo o seu sentido qualificativo de “estado ou qualidade do que idêntico, do que é o mesmo”, sendo, portanto, identificador do que permanece (Costa & Melo, 1999c; Cunha, 2010). Já do latim medieval *identificare*, também no séc. XVII, se formará a palavra *identificação*, enquanto “ato ou efeito de identificar ou identificar-se, ou reconhecimento de uma coisa ou indivíduo” (Costa & Melo, 1999d, p. 895; Cunha, 2010).

Pelo que se adivinha a partir das origens do seu significado, o conceito de identidade é conatural ao pensamento humano e, desde o início da reflexão filosófica, vemo-lo constituir as leis fundamentais da atividade do pensar (Abreu, 2005). Desde a escola eleática, do séc. V a.C., Parménides traz a formulação do “primeiro dos primeiros princípios” (Dias, 1970, p. 814): o *Princípio de Identidade* (que implica o *Princípio de (Não) Contradição*) formulada como lei suprema do ser (princípio metafísico – “Ser é (o Ser)”) e do pensar (princípio lógico – “A=A”) (Dias, 1970). Se a vertente metafísica foi, ao longo dos séculos do pensamento ocidental, contestada pela solução tautológica em que assenta (Platão e Hegel), já no domínio lógico da analítica dos conceitos, a consideração da identidade como uma singularização que se faz por oposição a todos os outros, também foi discutida (Kant, Hegel, Leibniz) (Abreu, 2005; Dias, 1970).

No centro destas considerações não está a qualidade (*semelhança*) ou a quantidade (*igualdade*), mas a substância (*identidade*) (Dias, 1970). Entendida como a “coincidência da substância consigo própria em cada nível em que seja tomada, de acordo com a conceção que se tenha do ser e do pensar” (Dias, 1970, p. 814), a identidade é referida nos seus aspetos numéricos ou concretos (o que permanece numericamente o mesmo), específicos ou abstratos (apresenta características comuns e, por isso, é do mesmo tipo ou género), e ainda transcendentais (carácter do ser, se considerado como um todo homogéneo, substância única, ou espírito absoluto) (Dias, 1970). Assim, e neste sentido, vemos como a identidade se refere a duas dimensões fundamentais do seu percurso etimológico: relação de paridade e continuidade pelo “carácter do que é o mesmo” (*mesmidade* – *idem*); e valor de substância diferenciada pelas qualidades, ou características discretas, que a tornam particular (*ipseidade* – *idem*). Eis, porquanto, o valor paradoxal da substância que compõe a identidade: é tanto o *mesmo*, como o *diferente*.

Estes desvios pelos caminhos percorridos pela palavra (e conceito) *identidade*, serviu o propósito de nos mostrar que, apesar do termo ter origem na derivação erudita das línguas neolatinas (*identitas* – de significado abstrato e teórico), ela transporta em si um valor semântico que traduz um dado imediato do conhecimento do mundo, pois corresponde à capacidade

espontânea, direta e inata, de designar e reconhecer a natureza dos seres e das coisas: “este/aquele/ o outro” (protoindo-europeu *is*). Trata-se de uma noção primária do conhecimento, pela evidência dos sentidos e da observação empírica, que após o desvio teórico, passou a representar, intuitivamente, o reconhecimento da natureza de um qualquer ente ou qualquer ser: representa a sua verdade substantiva, ou ontológica, i.e., na própria evidência de cada coisa ou de cada qual, intrinsecamente ligada à sua natureza enquanto ser. A sua origem proto-italica em *is*, e neolatina em *idem*, ganha agora outra compreensibilidade, não fossem estes pronomes identificativos marcarem com exatidão, e mostrarem com precisão, a identidade dos objetos que estão por perto e se prestam à nomeação.

Feitos os desvios etimológicos, e os caminhos filosóficos, para podermos *chegar perto* dos termos identidade e identificação, podemos agora perceber a suas significações ao mostrá-los com exatidão. A identidade nasce do apontar de dedo da criança onde, da intersecção dos pontos olhar-dedo-objeto, se traça a reta que constitui o *ato de identificar* (identificação); o objeto, no final do percurso a que o dedo aponta o sentido, e destino em que repousa o questionar do Homem, é a sua *identidade*. Escusado será dizer que o dedo é, tão só, e não mais, que o indicador (não sejamos o idiota que olha para o dedo, quando o sábio aponta para as estrelas...).

Assim configurado, o conceito de *identidade* é, então, uma **ferramenta ao serviço do conhecimento** (*identificação*) e a **própria natureza dos objetos do conhecimento** (sua *identidade*). Como as crianças pequenas, conhecemos a realidade pelas perguntas que a ela direcionamos, na *ponta do dedo* que a ela apontamos.

3. Identidade e identificação na Psicanálise

Encontradas a identidade e a identificação na ponta dos nossos dedos, importa agora, entendermos qual a perspectiva da psicanálise sobre a construção identitária. Tal, a fim de enquadrar, e melhor compreender, a conceptualização apresentada por Coimbra de Matos, que, naturalmente, emerge no contexto deste pensar psicanalítico.

Fundamentalmente, e tal como indiciado pela partilha da raiz etimológica, a identidade e a identificação são dois conceitos intimamente ligados, desde os primórdios do pensamento psicanalítico, até à atualidade. Esta interligação é visível na forma como a identificação pode ser compreendida como “o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou apropriando-se, em momentos-chave de sua evolução, dos aspetos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 363). Esta definição

contemporânea é amplamente influenciada pela contribuição de Sigmund Freud, responsável pela introdução desta concepção no campo psicanalítico (Roudinesco & Plon, 1998).

Uma curiosidade pouco inocente, é a forma como se dá esta primeira referência ao termo. Surge numa carta de 1896 a Wilhelm Fliess, na qual Freud apresenta as suas conclusões relativamente à análise da agorafobia nas mulheres, que pensa em alusão às prostitutas, já que corresponderia ao recalçamento da compulsão de “ir apanhar na rua o primeiro que lhe aparecer, de um sentimento de ciúme das prostitutas e de identificação com elas” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 364). Por isso, esta primeira referência formulação a identificação como o “desejo recalçado de “agir como”, de “ser como” alguém” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 364). Um ano mais tarde, Freud enceta, verdadeiramente, uma teorização sobre o conceito de identificação pela descrição da *identificação histérica*. Esta marca a colocação da identificação no lugar de deduções *inconscientes*, enquanto expressão de uma comunhão sexual inconsciente, na qual o indivíduo se identifica de preferência (sem exclusividade), a pessoas com quem manteve relações sexuais, ou com quem mantém relações sexuais com as mesmas pessoas que o próprio (Roudinesco & Plon, 1998). A identificação é pensada como elaboração do sonho e processo de superação da censura, onde no espaço onírico os desejos infantis interditos são possíveis pela condensação de duas pessoas numa figuração única (Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002, p. 417).

No virar do séc. XX, e ainda no diz respeito aos sintomas históricos, vemos a sua proposta para a primeira definição formal do conceito: “a identificação não é, portanto, simplesmente imitação, mas apropriação com base numa mesma pretensão etiológica; ela exprime um “como se” e tem um traço com qualquer coisa de comum que persiste no inconsciente” (Freud, 1900, p. 137, cit. por Mijolla & Mijolla, 2002; Roudinesco & Plon, 1998). Contudo, esta definição vai sofrer alterações, à medida que ganha novas estruturas no decurso do desenvolvimento da obra freudiana. Pois que, em 1910, dá-se uma viragem na significação do conceito, ao não ser enquadrado unicamente como procedimento psicopatológico, mas também como um *processo* que permite explicar fenómenos observáveis na histeria ou na arte (e.g. interpretação da obra de Leonardo da Vinci) (Laplanche & Pontalis, 2001; Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002).

É durante este tempo de expansão do conceito, que se dá o momento fecundo no qual Sándor Ferenczi (1909, cit. por Mijolla & Mijolla, 2002) introduz o conceito de *introjeção*, ao considerar o amor objetual como uma extensão do Ego – ou introjeção –, e descrevendo-o como a união/fusão entre os objetos amados e o Ego. Na formulação da sua segunda tópica, Freud integra este conceito de introjeção, e a identificação ganha novos rumos, e outra preponderância teórica: o

autor considera que as identificações têm um papel primordial na relação objetal, da qual resulta a estruturação do Ego e Superego. Desta feita, a identificação nasce, da saída do Complexo de Édipo, pois é através da introjeção das características do objeto (identificação objetal), que permite ao indivíduo, mais tarde, a escolha de outros objetos de identificação (Roudinesco & Plon, 1998).

Por esta altura, Freud traça a ponte sobre os diversos entendimentos que desenvolveu sobre o conceito, assinalando a existência de três modalidades. A *identificação primária*, que emerge como processo psíquico constitutivo da psique, e da relação, pois é “expressão primária de uma ligação afetiva com outra pessoa” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 364). Esta, cumpre um papel determinante na pré-história do complexo de Édipo (*fase oral* de incorporação do objeto), na qual é difícil distinguir a identificação do investimento (Roudinesco & Plon, 1998; Mijolla & Mijolla, 2002). A segunda modalidade – *identificação regressiva* – é tida como distinta no sintoma histórico, e a sua formação dá-se enquanto sintoma da perda da pessoa amada, onde “a identificação toma o lugar da escolha do objeto, a escolha de objeto regride para a identificação” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 364), podendo a identificação adotar um único traço da pessoa-objeto. Esta modalidade acompanha a emergência dos desejos incestuosos pela mãe, e orienta o sujeito ou para o desejo de eliminação do pai rival, ou para uma submissão terna (inversão do Complexo de Édipo com identificação ao feminino) (Mijolla & Mijolla, 2002). A terceira modalidade perfaz a entrada na Cultura, e descreve a identificação que se cumpre pela ausência de qualquer investimento sexual, sendo resultado da “capacidade ou [da] vontade de colocar-se numa situação idêntica à do outro ou dos outros” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 364), e onde não seria necessária uma relação objetal pessoal e/ou sexualizada com a pessoa imitada para se identificar (Mijolla & Mijolla, 2002). Em 1933, Freud afirma não se encontrar plenamente satisfeito com as suas formulações relativamente à identificação, dado considerar que estas não foram suficientes para compreender este complexo fenómeno. Contenta-se, contudo, com o valor das suas elaborações, pois permitiram instituir o Superego (Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002).

Além de Freud, o conceito de identificação foi pensado por muitos e bons teóricos da psicanálise. Anna Freud, em 1946, traz a sua contribuição ao descrever o conceito de *identificação ao agressor*, como um meio de fazer frente a objetos exteriores geradores de angústia. Trata, por isso, da passagem de um papel passivo a um papel ativo de confrontação com a angústia, na qual a criança introjeta características do objeto agressor, tornando-se ela própria ameaçante. Esta identificação corrobora com uma fase na formação do Superego, e completa o seu circuito pela projeção da culpabilidade no exterior (Mijolla & Mijolla, 2002).

No mesmo ano, Melanie Klein introduz o crucial conceito de *identificação projetiva*, que marca de forma perene posteriores concepções sobre a identificação. Este seria o processo pelo qual a criança deseja apoderar-se da mãe, no que se configura como uma relação de objeto agressiva (Roudinesco & Plon, 1998). A qualidade das relações com o mundo externo, as experiências de angústia, e as soluções a que o bebê vai tendo acesso, permitem a realização de operações integradoras preponderantes para o seu desenvolvimento (Milheiro, 1985). Na fantasia inconsciente de onipotência, é fantasmaticamente que o bebê procede à clivagem do seu Ego, e projeta as suas pulsões agressivas no corpo da sua mãe (Milheiro, 1985). Como se depreende, este mecanismo nega a separação sujeito-objeto, objeto este portador das suas partes clivadas, com correspondente ilusão de controlo sobre as mesmas (Milheiro, 1985)

Por sua vez, Donald Winnicott traz também importantes contribuições ao perspetivar do fenómeno identificativo. Ao assinalar a importância da existência de um ambiente facilitador, configura um crescimento do bebê que, em dependência absoluta e indiferenciada do meio, dele depende para as suas condições básicas de sustentação. A partir da relação primordial, o bebê constrói uma base de confiança que permitirá a integração e a diferenciação Eu-Outro (Galván & Amiralian, 2009). É a partir deste berço relacional que o autor pensa o conceito de *falso self*, entendido como mecanismo de defesa empregue quando o bebê é incapaz de existir autenticamente na relação com o seu objeto, tornando penosa a formação da própria identidade. Winnicott faz jus ao conceito de *self*, como “uma instância da personalidade constituída posteriormente ao Eu, numa relação com a mãe e numa relação com o semelhante” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 699).

Referir, ainda, o contributo desenvolvimental de Erik Erikson, que defendeu que o desenvolvimento se processa pela existência de conflitos internos e externos, i.e., por *crises* (Batra, 1994). A partir de cada crise, renasce um sentimento mais consistente de unicidade interna, pois que estas são períodos ótimos de desenvolvimento pela vulnerabilidade e potência que as caracterizam, e que potencializam o sujeito (McAdams & Zapata-Gietl, 2015). O requisito para o crescimento é um *sentimento de confiança básica*, que provem das experiências Eu-mundo externo no primeiro ano de vida (Batra, 1994; McAdams & Zapata-Gietl, 2015). Por sua vez, este depende da qualidade das relações maternas, pela transmissão constante de um sentimento de identidade. A identidade surge, assim, da sucessão de sínteses do Ego, a partir das primeiras e das significativas identificações, pelas alterações e novos arranjos que resultam num todo único e coeso (McAdams & Zapata-Gietl, 2015). Esta concepção do desenvolvimento identitário tem muitos pontos de interseção com um charneira da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, Daniel Stern, que

configura o desenvolvimento da emergência dos *sentidos do Eu* pelas sínteses que o bebé opera na interação constante, e edificante, com o ambiente (Stern, 1992).

Por fim, e já na contemporaneidade, poderíamos referir vários autores que representam visões alargadas da construção identitária. Contudo, e para terminar esta exposição ao fazer a ponte com as teorias referenciadas, vale a referência a David Zimerman. O autor (2012) defende que as identificações são resultado da introjeção (incorporação, internalização), das figuras parentais no Ego da criança, com representações, e no Superego por diversas modalidades; os mecanismos de identificação e identificação projetiva, assumem, como supracitado, um papel importante na construção psíquica, e sustentam as relações objetais (Zimerman, 2004). Existem, assim, dois grandes tipos de identificação: a *identificação primária*, antes da diferenciação do self e objeto (identificação maciça e total, na qual a representação do objeto e do self se encontram incorporadas); e a *identificação madura e seletiva*, depois da diferenciação entre o self e o objeto (o eu incorpora aspetos parciais do objeto na representação do self) (Zimerman, 2004, 2012).

Depois da visita a algumas das considerações psicanalíticas sobre a identificação e a identidade, eis-nos, enfim, na entrada da nossa rota principal. Mas, agora, contextualizados relativamente às insuficiências que Coimbra de Matos aponta à génese do pensamento psicanalítico sobre a construção identitária, que, como vemos, assenta numa visão da formação da identidade por relação identificativa ao/com o Outro, sendo que, mais recentemente, também pela função de confirmação/reconhecimento do Eu pelo objeto relacional. De qualquer maneira, esta formulação constitui, nas palavras do autor, “a identificação ao modelo” (Matos, 2002i, p. 219).

Ora, é precisamente esta conceptualização de identificação ao modelo, que o autor (Matos, 2002h, 2002i) contesta, uma vez que, se tomada como única, traduz uma conceção simplificadora e restritiva da identidade, pois “subestima maciçamente a capacidade diferencial e diferenciadora, e sobretudo, criativa de cada ser ou ente psíquico” (2002i, p. 219). Depois do estudo do termo realizado no capítulo precedente, além desta redutora visão ontológica criticada pelo autor, poderemos agora acrescentar que parece tratar-se de uma conceção da identidade que não é fiel ao significativo do termo, em termos de propriedade intrínseca. Pois, se a identidade é uma construção feita apenas a partir da identificação ao Outro, onde fica *aquilo que é próprio do próprio* – justamente, o conceito definidor e *princeps* do termo identidade?

Como resposta a esta pergunta, Coimbra de Matos propõe-nos o modelo de construção identitária que iremos explorar de seguida.

Capítulo II: A (co-)Construção Identitária Segundo Coimbra de Matos

Poderíamos referir que, embora o modelo de construção identitária proposto por Coimbra de Matos se posicione numa continuidade teórica em relação a elementos centrais da teoria psicanalítica supracitada, as suas reflexões trazem contribuições teórico-clínicas que marcam – de forma decisiva – claras e importantes diferenças em relação a esta; diferenças, essas, sinalizadas e reafirmadas pelo próprio autor. Antes de explorarmos estas diferenças, enquadremos primeiro o posicionamento teórico do autor em relação à formação da identidade, nomeadamente: como perspectiva a natureza da construção identitária, e qual o papel determinante das relações identificativas neste processo.

1. Explorando as identificações para descobrir a identidade

Toda a *construção* é uma execução a partir dos processos através dos quais se realiza; posto que, de outra forma, não haveria construção, apenas o já edificado. Ora, e tal como perspectivado pela teoria psicanalítica, Coimbra de Matos tem uma **perspetiva desenvolvimental** da identidade, compreendo-a como uma **construção pessoal**, ao considerar que “não se nasce com identidade uma identidade psíquica; construímos a nossa identidade subjetiva” (Matos, 2002i, p. 215, 2019). Esta asserção é consubstanciada pelo que considera ser a própria abertura dos processos determinísticos da identidade (e.g. programação biogenética da identidade biológica), pois mais do que processos fechados, estes representam amplos leques de evoluções possíveis (Matos, 2002i). Adaptando o conhecido adágio aplicado ao debate “inato v. adquirido”, vemos, assim, que o autor perspectiva uma concepção da construção identitária, segundo a qual: a partir do que a natureza predispõe, o desenvolvimento psicossocial dispõe, sendo que – e como constataremos – o papel deliberativo e afirmativo do indivíduo é a peça-rainha no xadrez deste processo (Anexo II).

Antes desta constatação, verificamos que o autor dá, pois, uma preponderância à modelação da identidade através dos fatores do meio, nomeadamente, o ambiente afetivo e sociocultural (Anexo II). O mesmo será dizer que as relações interpessoais significativas (i.e., relações de objeto), mais que do terem um impacto significativo na construção identitária que forma indivíduo, são a sua base e o seu sustento (Matos, 2002i). Assim, acresce à perspetiva desenvolvimental da construção identitária, uma marcada **perspetiva relacional**: a construção do Eu não se faz de forma a-relacional; acontece *na e pela* relação com o Outro, e consigo mesmo. Mas relativamente a este segundo ponto, já lá iremos.

Ainda antes, sabemos que o autor entende o conceito de **identidade** no duplo significado de correspondência entre duas entidades (correspondência símbolo-simbolizado), e enquanto qualidade de ser idêntico a si próprio (*mesmidade*). Nesta última vertente, estes são atributos constantes que constituem uma determinada personalidade, embora numa constância que varia o seu grau de rigidez/fluidez de acordo com a fase evolutiva, características da estruturação da personalidade singular, e demais circunstâncias psicossociais (Matos, 2002b).

Já sobre o noção de **identificação**, constatamos que Coimbra de Matos foi aprimorando a sua formulação no decurso da evolução do seu pensamento, embora, sempre em função de três significados claramente discerníveis (Matos, 2002f, 2002i). Temos, assim: a *identificação-processo*, ou operação cognitiva do pensamento conceptual que permite a formulação de categorias abstratas – identificação inter-objetal; a *identificação-reconhecimento*, que correspondente ao processo psíquico de conhecimento de um objeto, e para tal utiliza mecanismos inconscientes (*identificação projetiva*) e conscientes/pré-conscientes (*projeção identificatória* ao serviço do Eu) – processo de identificar ou se identificar ao objeto; e a *identificação-construção* da identidade, enquanto processo de construção da identidade do self, através de um processo introjetivo de assimilação das características do objeto (Matos, 2002b, 2002j, 2002i, 2002f). Mediante o contexto, serão a estes três significados que, de forma conjunta ou separada, nos referiremos para pensarmos a construção identitária, uma vez que os dois primeiros estão diretamente implicados no terceiro: a identificação enquanto processo de construção da identidade.

Precisamente, acerca do pensamento sobre os processos identificatórios, verificamos, entre a tradição psicanalítica e o pensar do autor, um entendimento conceptual em relação a uma questão central da construção identitária. Para o autor, tal como para a teoria psicanalítica supracitada, a "construção do edifício egóico" (Matos, 2002h, p. 131) faz-se *a partir e através* dos processos identificativos. Assim configurada, a identidade é “o resultado, melhor ou pior conseguido, da ou das identificações”, e “o produto, mais ou menos estável, de uma ou

várias operações – as tarefas identificatórias” (Matos, 2002i, p. 215). Numa esquematização sintética, e parafraseando o modelo explicativo empregue pelo autor (2002i, 2019), podemos pensar as **identificações como um processo, a partir do qual resulta um produto: a identidade.**

Desta esquematização linear *processo-produto*, decorrem as duas necessárias inferências. Em primeiro lugar, e como verificámos no capítulo precedente, esta formulação respeita o sentido etimológico interligado dos termos identidade/identificação, uma vez que a identificação é o ato de

identificar (processo), i.e., o ato de reconhecer uma identidade (produto). Em segundo lugar, depreende-se como o autor perspectiva que a construção identitária é, na realidade, uma **construção identificativa**, e que pensar a identidade obriga, então, à análise detalhada dos inerentes *processos de identificação* a partir dos quais a identidade se forma (Matos, 2002i, 2002h, 2019). Assim, quando paramos para nos questionarmos quais os misteriosos caminhos que formam a identidade, Coimbra de Matos aponta-nos na direção de um percurso causal, aparentemente simples e direto: a construção identitária acontece nos trilhos dos processos identificatórios, os quais o Eu percorre para construir a sua identidade (Matos, 2002j, 2002b, 2002g, 2002i, 2019).

Este é o percurso que também nós iremos trilhar de seguida, ao enalce da pergunta que inicialmente formulámos: mas então, *como nos construímos?* Sigamos, para já, os dois caminhos que o autor nos indica.

2. Uma construção em espiral elíptica: à volta do Outro, e em torno de si

A partir da crítica que Coimbra de Matos aponta à teorização psicanalítica clássica, é no artigo “O normal e o patológico na adolescência” (original de 1981), que o autor propõe um modelo novo de pensar a construção identitária. Neste artigo, o autor incorpora o modelo de formação da identidade tal como concebido pela psicanálise clássica, mas não se limita a esta, pois introduz uma grande diferenciação relativamente aos processos conducentes à formação do Eu. Fá-lo, ao afirmar que “há, fundamentalmente, duas formas de construção da identidade” (Matos, 2002h, p. 134): por um *processo de auto-assimilação* (construção auto-assimilativa), e por um *processo de alo-assimilação* (construção alo-assimilativa) (Matos, 2002h). Começemos pelo primeiro, o processo de construção da identidade por auto-assimilação.

2.1. Construção da identidade pelo processo auto-assimilativo

É ao se reconhecer, que se conhece. A construção da identidade por um processo auto-assimilativo deriva de um processo de “heautognose” ou “autognose”, i.e., de um processo de conhecimento de si (heautoû-gnôsis) ou de si mesmo (autós-gnôsis) (Costa & Melo, 1999a; Matos, 2002h). Numa frase, o processo auto-assimilativo é fruto do conhecimento de si, decorrente da apreciação do próprio, endereçada sobre si mesmo.

Compreensão *de* e *sobre* si que, segundo o autor, advém da assimilação da informação interna que o indivíduo colhe de si próprio (Matos, 2002h). As suas necessidades, impulsos e desejos, mas também as suas vontades, sentimentos e emoções – não esquecendo ainda as suas

fantasias, projetos e percepções, forjadas de si e do mundo –, constituem o vasto universo vivencial do indivíduo, a ser mapeado através das coordenadas autorreferenciais. Este mapeamento constitui o fulcro do **conhecimento auto-assimilativo**, e compõe a base a partir da qual é possível o salto existencial para a definição das finalidades por si almejadas, e dos destinos decorrentes que lhes prevê (Matos, 2002h).

Este imenso cosmos experiencial não é pensado pelo autor como um lugar unidimensional sem passado, ou edificado em planura, mas antes um *espaço-tempo* feito de concavidades, e construído em perspectiva (do próprio e dos outros). Trata-se de um espaço interno com possibilidade de desdobramento em proximidade ou em lonjura (de si), e cujo movimento se inscreve num futuro que se antecipa, e aponta um sentido ao caminho identitário a percorrer (*vir-a-ser* identitário) (Matos, 2002i). Lembremos a poesia elegíaca “Do vale à montanha” de Fernando Pessoa (1995), que, bem melhor que nós, descreveu a incomensurável espacialidade deste mundo interno, perfeitamente exemplificada nos versos através dos quais pintou os caminhos sem fim percorridos pelo seu *Cavalo de sombra, Cavaleiro monge*. A referência à extraordinária alegoria espacial, serve como ilustração da complexa geometria de um mundo interno, que decorre do mapeamento do incessante fluxo do mundo experiencial, a partir do qual brota a descoberta da constituição identitária; qual *Cavaleiro monge* que, *em nós*, caminha *por quanto é sem fim*. E é por entre *ínvios caminhos* que se esconde para se fazer descobrir, por entre rios que *poderão vir-a-ter* pontes: é o percurso do indivíduo no seu *vir-a-ser* identitário.

Para tal, são necessários dois instrumentos orientadores do mapeamento deste imenso universo experiencial. Intimamente interligados e interdependentes, são também eles as pedras basilares do exercício autognóstico. Falamos, primeiramente, da **capacidade de memória, análise e previsão**, i.e., do reconhecimento da sua continuidade temporal ao saber-se com um passado, um presente e um futuro (Matos, 2002h). Esta capacidade representa igualmente o saber que, podendo ser tanto o mesmo quanto diferente nos diversos tempos que percorreu, percorre ou percorrerá, não deixa de ser o próprio o autor deste caminho (que, então, pode reconhecer como o *seu*).

Este reconhecimento da sua mesmidade e ipseidade resulta num saber *de si*, e *sobre si*, advindo do segundo instrumento necessário ao processo auto-assimilativo da construção identitária: o **processo autoidentificativo** (Matos, 2002h). Além de corresponder também a esta capacidade de se saber o próprio nos diferentes tempos, e assim assegurar a sua *continuidade existencial* (e.g. a criança de 7 anos que vejo nesta fotografia, *sou eu*), representa também o reconhecimento de se saber diferente dos seus semelhantes, dado o equivalente reconhecimento da

sua originalidade pessoal. É, então, pela assimilação das formas e conteúdos vivenciais que se dá o primeiro passo para a construção da identidade pessoal através do processo auto-assimilativo, só possível graças a este reconhecimento da continuidade espaço-temporal do indivíduo, e ao complexo processo autoidentificativo (Matos, 2002h). Se o conhecimento *sobre si* está diretamente implicado na formação identitária, vemos como, para Coimbra de Matos, este começa no reconhecimento *de si*. De tal forma, o autor defende que “o indivíduo assimila, então, aquilo que verifica (e/ou supõe) ser e ter dentro de si, assim como aquilo que foi e tem sido e o que deseja ser ou vir a ser.” (Matos, 2002h, p. 134).

E é nos meandros deste intrincado e gradativo processo de construção da identidade pela experiência de continuidade do Eu e pelo reconhecimento de si – constituintes basilares do conhecimento sobre si –, que o autor atribui ainda uma especial importância ao fenómeno tipicamente humano da contemplação, por parte do indivíduo, da sua própria imagem ao espelho. Enquadrada pelo autor como uma "experiência de certo modo fundadora da identidade" (Matos, 2002h, p. 134), trata-se de um momento seminal da construção identitária, mais concretamente do seu *núcleo original* (Matos, 2002h). Muito além da simples imagem física refletida no espelho, o autor afirma que é nesta imagem do corpo em representação (*self* corporal) que se vai projetar, sobrepor, e completar a representação da pessoa (*self* mental): a concepção imagético-abstrata da globalidade de si enquanto *esquema corporal alargado*, apreciada no "espelho" da reflexão interna (Matos, 2002h, 2002g). Nesta experiência de reflexões, o indivíduo assiste, então, ao presentificar da corporeidade do (seu) *self* mental, revendo(-se), na projeção do precipitado da (sua) autoimagem, aquele que é o ponto de partida do (seu) núcleo autorrepresentativo.

Resumidamente, o indivíduo *vê-se* inscrito na realidade através de uma unidade somato-psíquico-social a partir da qual se vê (ponto de origem) e se revê (ponto de destino). O observador encontra-se com o observado, na conjugação integrativa da imagem (e) de si (*self* corporal/mental). É no seio deste movimento reflexivo (reflexo físico/mental e autorreflexão), que se encontra o estabelecimento da sua perspectiva única de inserção no mundo (ponto de observação) e o crepitar da sua autorrepresentação (observação de si). Entre imagens refletidas de si, é a sua identidade, nas diferentes tonalidades e única originalidade, que, em representação, concebe e contempla.

Espelhando o movimento representativo e integrativo do indivíduo ao espelho, podemos sintetizar estes múltiplos reflexos através da expressão que o autor utiliza para designar este acontecimento fundador da identidade, a “**experiência narcísica global primária**” (Matos, 2002h, p. 134). Decompondo os termos que formam esta denominação, observamos que descreve a

experiência formativa de si pela contemplação de si-mesmo (*experiência narcísica*), onde o indivíduo se vê como um Eu diferenciado, delimitado, unificado e totalizado (*experiência global*). Já porque, e como vimos, decorre de um movimento autorrepresentativo que dá origem ao núcleo primário da identidade, trata-se de uma *experiência primária*, sendo, por isso, um acontecimento constitutivo da sua identidade.

Como salienta o autor, a importância constitutiva desta experiência é notória na observação clínica, quando o indivíduo a ela regressa em períodos de forte mutação da personalidade – durante as quais tem de se certificar que continua o mesmo enquanto se apodera das modificações céleres que se vão dando (e.g. adolescência) –, ou ainda quando a despersonalização o ameaça (e.g. interesse pela imagem ao espelho nos surtos psicóticos) (Matos, 2002h).

Ora, esta experiência de si, no espelho de si mesmo, é o reflexo de um movimento auto-assimilativo mais amplo, não fosse o olhar do Homem capaz tanto de se voltar para dentro – e se ver –, como de se virar para fora – e ver todos os outros Homens. Seguindo este olhar que se desloca e se desdobra neste movimento dentro/fora, a base do autoconceito (entendido enquanto representação multidimensional que o indivíduo vai reconhecendo e construindo de si-mesmo) começa, justamente, pelo gradual reconhecimento da diferença do próprio face a todos os outros, e pelo equivalente, e concomitante, reconhecimento de se saber com características próprias, únicas e originais. É, deste modo, e a meio caminho entre os binómios dentro/fora e indistinto/original, que “a autorrepresentação mental se destaca da unidade fusional simbiótica original e diferencia-se da representação dos demais” (Matos, 2002h, p. 134). O *Homo sapiens sapiens* – que sabe e sabe que sabe –, sabe de si *por dentro* e *a partir de fora*: ao ver o Outro, reconhece-se como diferente; ao ver-se a si conhece-se como original.

Do conjunto do supracitado, constatamos como, para Coimbra de Matos, a marcha da construção identitária se faz da **indiferenciação à diferenciação**, rumo à originalidade constitutiva e desenvolvimental. Tal como refletido pela experiência narcísica global primária, o núcleo identitário do indivíduo vai-se formando pelo reconhecimento da sua individualidade, construindo a sua identidade à medida que se reconhece nos meandros das suas vivências, e se conhece a partir destas: é, portanto, ao se reconhecer (*identificação*) que se conhece (*identidade*).

Entre o saber(-se) e o fazer(-se): o ser intencional. A experiência auto-assimilativa do reconhecimento da diferença face ao Outro é tanto causa, como consequência, do indivíduo se ir formando no reconhecimento dos desejos próprios – coincidentes ou não com os do objeto (Matos,

2002h). Esta experiência é correspondente à *fase do Não* de René Spitz, no qual o indivíduo não só diferencia e reconhece o seu desejo, como erige dentro de si, e afirma fora de si, esta mesma diferença.

Este passo, decisivo no percurso maturativo autorrepresentacional, permite que o indivíduo se descubra, se conceba, e se afirme enquanto *ser optante e intencional*. Capaz de fazer escolhas e, portanto, detentor e remetente de uma verdadeira intencionalidade, o indivíduo deixa de ser o portador de um desejo enunciado com destinatário na terceira pessoa (“o João quer”), para ser o determinante e o agente de uma conduta afirmada, e assinada, na primeira (“eu quero”) (Matos, 2002h). De uma organização passiva emitida por um “ele” indiferente de si – no qual o *self* é um local de passagem e tomada de consciência das pulsões do Id –, para um Eu diferenciado e deliberativo que, ao se decretar, assim nasce: na primeira pessoa. Primeira pessoa que é a voz de um Eu que conjuga no desejo a intenção, e exprime a assunção (na manifestação linguística da maturação assimilativa) de um ser que agora existe, e se referencia, na realidade.

Assistimos então à alvorada da estruturação da personalidade autoafirmativa, onde o indivíduo seleciona, escolhe, e determina o seu comportamento. É a identidade de um Eu auto-referenciável – aquele que se identifica, e aquele que se encontra a si mesmo – que desponta no horizonte. Para tal, serão necessários o reconhecimento de si que versa em conhecimento de si próprio (dado pela experiência de si), assim como o conhecimento dos outros (dado pela experiência na relação) e conhecimento das coisas (dado pela experiência com o mundo). E é, justamente, na ligação entre estes conhecimentos e suas correspondentes experiências, que a intencionalidade emergente imprime um sentido – *o seu* – à constituição identitária.

C’um saber só de experiências feito: aquele que ao saber se faz, ao fazer se sabe. Todos estes saberes nascem do mesmo rio experiencial que alimenta, a jusante, o verdadeiro autoconhecimento. Caudal este, que Coimbra de Matos denomina de “***experiência de realização***” (Matos, 2002h, p. 135). Sucintamente, esta é a experiência de atividade de um Eu que adquire o seu autoconhecimento pela experimentação ativa das capacidades próprias, e cujo resultado é o correspondente desenvolvimento da sua autoconfiança, autossuficiência, competência e autoconsideração (Matos, 2002h). Nos termos do autor que explicitam de forma clara este conceito, esta experimentação resulta numa “organização do que chamamos *Ego faber* ou operante, que se constrói construindo, que se consolida pelo exercício das habilidades próprias (...), de um Eu que fabricando se fabrica, de uma pessoa que tempera uma vontade própria” (Matos, 2002h, p. 135).

É, portanto, do reconhecimento da possibilidade de afirmação da natureza intencional do Eu, e da capacidade de se reconhecer pelos instrumentos autognósticos, que se alimenta esta construção auto-assimilativa, e se impulsiona a descoberta de si. Descoberta assente num fazer, onde a experiência de realização é a experiência de *ao realizar, se realizar*. Pois é ao realizar que o Eu se substancializa enquanto manifestação no mundo, e se concretiza como cocriador do seu mundo. É ao realizar que a identidade – de forma literal e figurativa – *se faz*, numa conceção sobre si de mãos dadas com a formação de si.

A construção identitária em processo auto-assimilativo é, então, uma construção de si pelo conhecimento que o Eu *faz* dele mesmo, realizador e protagonista de um guião que o próprio determina e contracena. Já o exercício das habilidades próprias, assim como a integração das aquisições advindas das diversas oportunidades de aprendizagem, compõem o repertório de ferramentas que podem ser treinados e desenvolvidos através da experiência. Na sua gradual consolidação, estes elementos experienciais contribuem para o esculpir progressivo em direção à definição de um Eu que se vai particularizando, ao sabor das suas características intrínsecas e/ou escolhidas.

Esta configuração de vasos comunicantes, que constitui a dinâmica e interdependente relação entre o conhecimento de si e a experiência de realizar (e de *ao realizar, se fazer*), mostra o quanto – e como – o *saber* é, para Coimbra de Matos, indissociável do *fazer*: juntos, constroem a identidade do indivíduo. O ser, é então aquele que ao saber *se faz*, e ao fazer *se sabe*. Pois da Obra se faz o Homem, e do Homem se faz a Obra, uma vez que o Homem também é esculpido pela mão da sua criação, que devolve o olhar do seu criador. No fim de contas, também é Michelangelo quem está nos braços da sua *Pietà*.

Finalmente, é emprestando as famosas palavras do Canto Quarto pelas quais Luís de Camões nos apresenta “um velho d’aspeito venerando”, que podemos resumir o essencial da construção identitária em processo auto-assimilativo: através deste processo, a identidade do indivíduo edifica-se de forma ego-sintónica, numa construção “c’um saber só de experiências feito” (Camões, 2017, p. 161).

2.2. Construção da identidade pelo processo alo-assimilativo

Apesar da ênfase que atribui ao processo de construção da identidade por auto-assimilação, tal não significa que Coimbra de Matos não considere que a construção da identidade se faça também – e de forma concomitante –, por um ***processo alo-assimilativo***. Antes pelo contrário, o

autor reafirma o lugar constitutivo deste outro mecanismo na formação da identidade, de tal forma que o considera como um processo normal de crescimento psíquico e de aculturação, no sentido de aquisição da cultura em que se nasce e/ou vive (Matos, 2002h).

Este processo de alo-assimilação mais não é que a *identificação* – tal como pensada na tradição psicanalítica –, e deve ser entendido, genericamente, como **a assimilação da identidade de figuras de identificação**, que se constituem assim enquanto *modelos de identificação* (Matos, 2002h). Por se perfilar nesta continuidade significativa, e pela razão de já ter sido amplamente explorado no Capítulo I, não nos iremos alongar, por agora, na descrição deste processo. Apenas, faremos referência às particularidades da forma como o autor o perspetiva, e a maneira como o enquadra na formulação que apresenta.

Assim, a formação alo-assimilativa dá-se em três processos distintos no decurso do desenvolvimento normal do indivíduo, todos eles constitutivos da formação identitária. Nomeadamente, a primeira alo-assimilação é a *identificação primária ao objeto pré-edipiano*, correspondente à “construção de identidade de espécie” (Matos, 2002h, p. 136), que assinala o reconhecimento da pertença à espécie humana ao saber-se pessoa (Matos, 2002i, 2002h). A segunda tarefa identificativa é a *identificação secundária* ou *edipiana*, entendida como a identificação ao objeto sexuado, e conducente à construção da identidade de género ou sexual (Matos, 2002i, 2002h). Por fim, o autor salienta ainda uma terceira identificação, em regra não considerada na literatura psicanalítica: a “identificação ao irmão” (Matos, 2002h, p. 136) ou ao *duplo narcísico*, correspondente à identificação ao igual, que assume um papel preponderante no decurso do processo de socialização da criança.

Referir, ainda, que longe de ser um processo estanque de construção identitária, também estas identificações vão sendo processadas à medida que a evolução se vai desenvolvendo, e com elas se vai modificando, corrigindo, e particularizando a identidade que se vai forjando (Matos, 2002h). Nesta complexa relação entre identidade e identificação, e entre alo-assimilação e auto-assimilação, as figuras identificativas vão sendo cada vez mais fruto da escolha do próprio indivíduo – em função do que capta, elabora, e apreende de si –, e menos modelos impostos pela necessidade ou circunstância: o indivíduo vai, então, escolhendo os seus heróis (modelos), de acordo com o sente ou pressente de si, e ainda, o que prevê ser ou pretende ser (Matos, 2002h). Este é, portanto, configurado pelo autor como um processo dinâmico, dadas as dinâmicas identificativas caminharem num percurso afunilar em direção à particularização, e com destino na individualidade emergente do indivíduo: pelas suas escolhas identificativas, o próprio vai-se

formando *à volta do Outro*; pela apreensão intencional do próprio, vai-se construindo *em torno de si mesmo*.

Mais do que circularidades, trajetórias elípticas de órbitas variáveis (i.e., comportam o movimento pendular de distanciação e aproximação), que em movimento espiral aberto, apontam o caminho em direção à individuação. Pois, tal como configura Coimbra de Matos, “a identidade própria assume-se à medida que se esbate a identificação aos outros” (Matos, 2002h, p. 136).

3. As três modalidades de identificação

Cerca de quinze anos depois de ter apresentado esta concepção da formação do Eu por processos auto e alo-assimilativos (e assim marcar uma cisão com os modelos psicanalíticos tradicionais), Coimbra de Matos veio especificar, desenvolver e aprofundar este modelo teórico de formação da identidade (Matos, 2002i). Esta nova formulação não deve ser vista como uma anulação ou reformulação do modelo já apresentado; antes e, como veremos, surge na sua continuidade, podendo ser considerado como um desenvolvimento, ou aprofundamento, do seu pensamento sobre a construção da identidade. Assim, as duas configurações teóricas mantêm-se válidas no pensar do autor, contando ambos para a compreensão da formação do Eu.

A escolha da apresentação destas duas formulações, e nesta sequência, deve-se a três motivações essenciais. Primeiro, e como esperamos tornar-se compreensível de seguida, é-nos útil a compreensão clara da distinção basilar entre construção identitária por auto-assimilação e alo-assimilação, para uma melhor compreensão do modelo de seguida apresentado, uma vez que é a partir desta diferenciação que o autor organiza o modelo apresentado de seguida. Em segundo lugar, foi considerado que o valor, e profundidade teórica, da sua conceptualização seriam melhor respeitados, se estes dois modelos fossem apresentados em termos sequenciais, e complementares, ao invés de serem apresentados dentro de um modelo único demasiadamente denso e pouco digerível. Por último, esta apresentação é congruente com a própria evolução do pensamento do autor, permitindo assim acompanhar de maneira mais fidedigna o seu pensamento sobre a formação da personalidade do indivíduo.

Como dizíamos, neste desenvolvimento teórico, Coimbra de Matos continua a pensar a construção da identidade ligada aos processos identificatórios, enquadrando e detalhando os processos auto-assimilativo e alo-assimilativo em três modalidades de construção identitária, agora pensadas e balizadas em termos do desenvolvimento psicossocial geral do indivíduo. Segundo Coimbra de Matos (2002i), estes são os três processos de identificação essenciais através dos quais

a identidade se forma, nomeadamente, a identidade do indivíduo constrói-se por *identificação imagóico-imagética*, por *identificação idiomórfica* e por *identificação alotriomórfica*.

À semelhança do referido no modelo precedente, estes processos não devem ser entendidos como mutuamente exclusivos entre si, uma vez que são tantas vezes coincidentes no desenvolvimento do indivíduo, como o indivíduo a eles voltar depois de consolidado outro percurso identificativo (Matos, 2002i). Pelo que mais do que entidades estratificadas em fases do desenvolvimento, devem estas identificações serem entendidas por aquilo que são: processos dinâmicos da relação Eu-Outro. Porquanto, não se constituem como pontos de passagem no caminho identário, pois antes são pensados pelo autor como o próprio caminho. De referir, ainda antes, que só relativamente à construção da identidade sexual (apresentada por força da sua relevância), é que assistimos a esta sucessão de processos identificativos de acordo com fases desenvolvutivas da formação pessoal.

É assim que, muitas vezes divergentes e competitivos entre si, outras tantas convergentes e complementares, estes processos são, de todas as vezes, os tijolos nos quais se sedimenta, segundo o autor, a construção da *casa do Eu*: a identidade. E é sobre esta “argamassa” do Eu que se faz com o Outro, que iremos depositar as nossas mãos e procurar aprofundar de seguida, a fim de responder à questão: como nos construímos por estes três processos de identificação?

3.1. Identificação imagóico-imagética

De acordo com Coimbra de Matos (2002i), a *identificação imagóico-imagética* é um processo de primordial importância para a formação do Eu. Apesar de primitivo, trata-se de um processo persistente de identificação, e ao estabelecer-se desde o nascimento, é a primeira construção identificativa que se instala no decurso do desenvolvimento do indivíduo (Anexo I). A designação escolhida pelo autor para definir este processo condensa em si as duas vertentes pelas quais esta identificação veicula: através de elementos relacionais inconscientes e conscientes.

Num primeiro plano, e pelo radical-adjetivo *imagóico*, o autor assinala a atribuição identificativa por *imagos*, i.e., representações inconscientes, fantasias inconscientes ou esquemas cognitivo-emocionais, que imprimem ao afeto, ao conhecimento, à ação, e à relação com o Outro, uma determinada orientação identitária (Matos, 2002i, 2002d, 2007b). Transmitidas através do comportamento espontâneo do adulto com a criança, são estas mensagens implícitas, e afluxos inconscientes, que transportam uma imagem identitária fantasmática, construída pelo desejo, medo e fantasia inconscientes do adulto, e projetados na criança por identificação projetiva (e.g. mãe que

fantasia que o seu bebé será um grande pianista, pautando a sua relação com ele através da identificação que inconscientemente lhe atribui) (Matos, 2002i, 2007b). Já numa segunda vertente, e pelo emprego do adjetivo *imagético*, o autor faz referência à transmissão explícita de imagens mentais conscientes que orientam o tipo de relação com o indivíduo, transportando, assim, uma identidade conscientemente concebida (e.g. mãe que verbaliza o seu desejo ao bebé de um dia ser um grande pianista) (Matos, 2007b).

Embora a transmissão imagóica seja mais significativa e prestante no devir da personalidade, é conjugando as duas vertentes que temos um processo de identificação onde “o indivíduo se identifica por incorporação-assimilação da imago e/ou imagem com que o Outro o define; ou seja, por captação e capturação da identidade atribuída” (Matos, 2002i, p. 216, 2002d). Na sua génese, a identificação imagóico-imagética é uma *identificação especular*, uma vez que o indivíduo se conhece tal como foi reconhecido pela imago/imagem que lhe devolve (ou fornece) o seu objeto relacional, i.e., enquanto objeto de desejos, medos e fantasias vividos na relação consigo, e em relação a si (Matos, 2002i). Por outras palavras, o reconhecimento identitário do indivíduo é realizado através do especular projetado e vivido (tornado vivo) na relação de objeto primária, atribuição identificativa que o indivíduo, por sua vez, incorpora na rede nascente do seu sistema de crenças, na textura da sua relação com o mundo, e no modo de se relacionar consigo. Ou, ainda por outras palavras: *conheço-me conforme fui reconhecido*.

Se já sabíamos que, no pensar de Coimbra de Matos, a identificação é uma função do reconhecimento¹, que é do reconhecimento de si que brota o conhecimento sobre si, e que este conhecimento de si é um elemento central da construção identitária², sabemos agora que, ao cumprir a função de reconhecimento do indivíduo, este objeto-sujeito identificador contribui, de sobremaneira – e sobretudo no seu vetor implícito (imagóico) –, para o seu desenvolvimento identitário através do eixo identificação-reconhecimento-conhecimento-identidade. Contudo, na conceptualização do autor, o seu papel é ainda mais determinante.

Por razão dos limites do Eu ainda não se encontrarem totalmente estabelecidos (não forçosamente uma confusão objetual *self*-objeto), esta identificação projetiva precoce por parte do objeto identificador corresponde ao fenómeno de *extensão* da sua identidade sobre o indivíduo, enquanto prolongamento de si (identificação atributiva) (Matos, 2002a). Já por força deste ser o

¹ Conferir *Capítulo I – 2. A identidade na ponta do dedo* (p. 7)

² Conferir *Capítulo II – 2.1. Construção da identidade pelo processo auto-assimilativo* (p. 22)

primeiro reconhecimento de que o indivíduo é sujeito, este processo de atribuição identitária é originária do **núcleo primário da identidade**: é por este processo primário, que o indivíduo se torna, pela primeira vez, *sujeito* da conjugação relacional (Matos, 2002i). Contudo, e dependendo da carga/distorção atributiva, este sujeito (*Eu*) mais será um *Eu-Tu* da gramática identitária. De qualquer forma, e segundo o autor, vemos como a identificação imagóico-imagética a “mãe de todas as identificações” (Matos, 2002i, p. 217), já que dele nasce a *identidade psíquica básica*, i.e., a primeira cristalização identitária. Por isso, esta é a identificação nuclear, da qual resulta o *núcleo identitário* do Eu (Matos, 2002i).

Se nos meandros da inter- e intra-ação da díade identificativa nasce o núcleo do Eu, é sobretudo na sua vertente imagóica que, da relação de objeto primária, se estabelece o **inconsciente primário relacional** (Matos, 2002i). Segundo o autor (2002i), este esboço, e eventual estabelecimento, da estrutura relacional do inconsciente primário do indivíduo, é um “inconsciente cedido ao outro, um espaço virtual que o outro preenche”, sendo por isso um “inconsciente-mensagem/figuração do outro” (p. 218). Assim, este espaço constitui-se como um lugar povoado por elementos do Outro-em-si, naquilo que é uma edificação que marca de forma substantiva o desenvolvimento do estilo relacional do indivíduo, pois a identificação imagóico-imagética é “substancial e substantiva, pesa e determina-nos para toda a vida” (Matos, 2002i, p. 219) (e.g. sentimento de inferioridade por identificação projetiva evacuativa de um objeto significativo). Por si só, este facto dá conta da importância constitutiva desta complexa dinâmica identificativa de emissão, captação, e introjeção de mensagens implícitas e explícitas, pelo qual o bebé, a partir do reconhecimento e validação exteriores, assegura a continuidade da sua existência interior.

No plano da identificação-identidade sexual, é através da identificação imagóico-imagética que se estabelece a primeira organização da **identidade nuclear de género** (pertença ao género masculino ou feminino), construída, sobretudo, pelo reconhecimento da imago/imagem sexuada assimilada na experiência da relação com o objeto identificativo (Matos, 2002i, 2002d). Mais do que nome, tipo de vestuário, ou outros indicadores manifestos do género, são os comportamentos implícitos (modo de pegar, mexer e falar com o/a bebé) que impregnam, de forma profunda e perseverante, a identidade sexual em desenvolvimento (Matos, 2002d). Como se depreende, é nesta *fase genital precocíssima* (do nascimento até ao ano e meio de idade), que, segundo o autor, o indivíduo inicia a sua marcha no processo de construção da identidade sexual ao “considerar se pertence ao bando dos homens ou ao bando das mulheres” (Anexo I). Obtém a sua resposta por hétero identificação, i.e., o lugar desta pertença é-lhe assinalado pelo exterior. De salientar, apenas,

e desde já, como este processo posiciona o indivíduo num lugar algo paradoxal: indivíduo de uma identificação pela qual é – verdadeiramente – *objeto* do seu objeto identificativo.

Vimos como a identificação imagóico-imagética constitui o núcleo identitário, a partir do qual se desenvolvem os ulteriores processos de formação identitária. Embora este processo não seja exclusivo nesta fase precoce do desenvolvimento, marca a sua relevância por se constituir como o ponto de partida, quadro de referência, e uma bússola orientadora do indivíduo na relação com o mundo, e consigo mesmo. A identificação imagóico-imagética é, portanto, a origem do processo de construção identitária, e a fonte de onde nascem as condições iniciais a partir do qual o Eu se irá desenvolver.

3.2. Identificação idiomórfica

Em petrologia, *idiomórfico* designa o “mineral cristalizado, constituinte de uma rocha que apresenta a forma que lhe é peculiar” (Costa & Melo, 1999e, p. 896). No pensar de Coimbra de Matos, a particularidade e originalidade são, também eles, fatores centrais da segunda modalidade identificativa que descreve: a *identificação idiomórfica*.

Este é um processo marcado pela inversão da referência identificativa, pois ao invés do indivíduo ser identificado (por alguém) ou se identificar (a alguém/algo), ***identifica-se*** (por si, e a si). Trata-se, portanto, da identificação à sua “própria” (do grego *idiós-*) “forma” (do grego -*morphé*) (H. Barbosa, 1985b, p. 1240), na qual o indivíduo “constrói a sua identidade por *intussuscepção* (receção no interior) das suas formas visíveis e comportamentos por si observados” (Matos, 2002i, p. 218). Mas não só, pois esta capacidade de se reconhecer e de se refletir, permitem que seja capaz de se perceber. Pelo que mais do que ser concebido, o indivíduo *autoconcebe-se*, por meio da experiência direta de ver e fazer, e de se ver reconhecido por aquilo que faz (Matos, 2002i) (Anexo I).

Como cremos que seja perceptível, a identificação idiomórfica é – fundamentalmente – um processo de **construção identitária por auto-assimilação**. Pelo que também será claramente deduzível, os processos constitutivos do movimento auto-assimilativo, são os requisitos, e a fundação, da identificação idiomórfica. Pela razão de já terem sido amplamente explorados³, é de maneira sucinta que são aqui lembrados. A saber: a *capacidade de autoidentificação*, que, junto

³ Conferir *Capítulo II – 2.1. Construção da identidade pelo processo auto-assimilativo* (p. 22)

com a *capacidade de memória, análise e previsão*, constituem o fulcro do movimento autognóstico; a *experiência narcísica global primária*, onde o sujeito é capaz de se reconhecer como um ser único, autônomo, original, diferenciado, e possuidor de características próprias – com a correspondente suficiente integração do Eu; e a *intencionalidade*, que traduz a possibilidade do indivíduo ser um sujeito optante e ativo da sua construção identitária e da dinâmica identificativa relacional. Por este processo constitutivo, não vemos um sujeito passivo da identificação do Outro (identificação imagóico-imagética), mas antes um sujeito ativo na construção identitária com o Outro.

Neste *processo auto-assimilativo* de construção de si, o indivíduo encontra-se em sintonia consigo, e com a identidade própria em formação, sendo por isso um processo mais ego-sintônico, no sentido da congruência consigo, e/ou com aquilo que deduz ser ele mesmo. Ao contrário do processo anterior, o locus de regulação – ou referência da organização do Eu – é interno, e não externo. No processo idiomórfico, podemos pensar que o sujeito deixa de ter o Outro como o fazedor da sua identidade – em termos dos pontos de referência que introduz ao sujeito, e no sujeito –, sendo agora o próprio que se introduz como a referência identitária de si. É a pessoa que *se identifica a si mesma*, e assim se coloca no centro da sua experiência, e do seu caminho identitário.

Apesar de emergir após o estabelecimento da identificação imagóico-imagética, o autor considera que, embora sujeitos a uma grande variabilidade, estejam presentes fatores idio-genéticos (de gênese pessoal) que começam de forma bastante precoce, tal como é visível na forma como cada bebé explora e interage com o seu ambiente, manifestando a sua maneira particular de ser das mais distintas maneiras (Anexo I, II). Se ainda não se encontra consolidada a capacidade para realizar a operação cognitiva abstrata de discriminação e associação implicada na identificação – e muito menos uma autorreflexão em termos formais –, sabemos, a partir da psicologia do desenvolvimento, que desde muito cedo existem modos próprios de experimentar e organizar a realidade, cujos alicerces se vão estruturando em progressiva maturação, permitindo *sentidos de self* emergentes, antes mesmo de qualquer tipo de verbalização (Stern, 1992).

Cedo iniciado, é desta forma que ao longo da vida, o processo idiomórfico mantém a sua determinante influência na construção identitária, acentuando a sua preponderância em certos períodos do desenvolvimento da personalidade, como seja a adolescência, época essencial de definição de identidade (Matos, 2002i, 2007a). Nesta fecunda fase de aceleradas e profundas transformações identificativas (remanejo das identificações /formação da identidade), os valores e ideais do próprio vão-se edificando, e de mãos dadas com os resultados da sua aprendizagem

experiencial, assumem o volante do processo identitário do adolescente na busca da identidade própria (Matos, 2002h, 2002e). Mas não só: outras fases do desenvolvimento, como a *latência pós-edipiana* e *pré-pubertária*, também se constituem como um período frutífero no âmbito da organização interna, autonomia pessoal, e formação de uma identidade diferencial, pois em sonho, jogo ou fantasias, são experimentados os papéis sociais na cultura em que a criança está inserida, permitindo o ensaio pessoal das suas presentes e futuras características (Matos, 2002k, 2002d).

Em termos do desenvolvimento psicosssexual, o importante processo idiomórfico constituiu o paradigma da **identificação sexual** na *fase genital precoce* (entre o ano e meio e os três anos de idade) (Matos, 2002i, 2002d). Se é por identificação imagóico-imagética que o indivíduo realiza, por assimilação da identidade atribuída, a identificação de pertença ao género, é já em processo idiomórfico que acrescenta o reconhecimento e integração dos caracteres e insígnias sexuais externos (por si observados, reconhecidos e assumidos), perfazendo uma identidade sexual morfologicamente discriminada, no quadro de uma autoimagem de corpo sexuado (Matos, 2002i, 2002d). É o caso da criança que, após lhe terem dito que era um rapaz, e se terem relacionado com ele dessa forma (identificação imagóico-imagética), é agora capaz de reconhecer a sua genitália masculina que confirma a sua identidade sexual (identificação idiomórfica) (Anexo I). No final deste processo é expectável que o núcleo duro da identidade sexual esteja consolidado (Matos, 2002d). De salientar apenas que, também neste caso, é o indivíduo que realiza essa confirmação pessoal, e não uma afirmação exterior que o atesta., e que é pelo estabelecimento da diferença que se firma a identidade própria.

Já por, e como vimos, ser um tipo de identificação que resulta *d'um saber de experiência feito*, realizada através de investigações e indagações pessoais, este é, segundo Coimbra de Matos (2002i) "o retalho mais *nobre*, genuíno e fiel da identidade pessoal" (p. 219), conducente, por isso, "à porção mais firme e afirmativa da identidade" (Matos, 2002d, p. 226).

3.3. Identificação alotriomórfica

A terceira, e última, modalidade do repertório identificatório descrito por Coimbra de Matos é a *identificação alotriomórfica*⁴ (Matos, 2002i). Se a escolha da conjugação adjetival, derivada do grego *allótrios* ("estranho", "relativo a outrem") e *morphé* ("forma") (H. Barbosa, 1985a, p. 166),

⁴ A *identificação alotriomórfica* é também designada pelo autor de *identificação xenomórfica* ou *alomórfica* (Matos, 2002i, p. 219), sem variação do seu significado.

sugere, tal como na identificação imagóico-imagética, uma modelação do Eu segundo as características do objeto, já a sua incidência mais superficial no espaço psíquico do Eu deixa antever um outro papel no percurso identitário.

Nesta modalidade, passamos da construção precedente em processo auto-assimilativo para uma **construção em processo alo-assimilativo**, onde o *locus* das assimilações identificativas se situa dentro de si, mas com referência no exterior (Outro). Constitui, portanto, o paradigma da *identificação ao modelo* da teoria psicanalítica, previamente descrito⁵, onde o indivíduo prossegue a percurso da construção identitária pela identificação ao objeto eleito, que serve de modelo de identificação escolhido. É na relação com o objeto amado e admirado, mas também invejado, que o indivíduo procura se assemelhar ao introjetar os seus atributos, reais ou imaginados (Matos, 2002i, 2002d).

O processo alotriomórfico engloba as identificações tradicionalmente descritas, e já referidas⁶, mas agora explicitadas de acordo com o pensamento específico do autor. Designadamente, a *identificação primária ao objeto pré-edipiano*, ou seja, a incorporação narcísica de parte/todo do objeto, com identificação imediata a essa parte/todo do objeto, e sem qualquer discriminação posterior (o que leva à confusão parcial/total com o objeto). É uma identificação grosseira e maciça (quase ao nível da imitação) ao nível do Eu, própria das fases precoces do investimento afetivo primário. E a *identificação secundária ao objeto edipiano*, mais fina e seletiva, já ao nível do Super-Eu (e concomitante com a sua gradual estruturação). Característica de fases mais evoluídas, esta é uma identificação libidinal de objeto a objeto (cujo investimento objetal traduz a vontade de satisfazer o outro), e que subentende a diferenciação objetal necessária para que o objeto não seja mais utilizado como fonte única de investimento afetivo (tal como acontecia na identificação imagóico-imagética), mas antes como *modelo identificatório* ou modelo de vir-a-ser. É por interiorização da lei social, com conseqüente abatimento da energia pulsional e aumento do investimento objetal, que se perfaz a criação no interior do indivíduo das instâncias críticas, e diretivas, do Super-Eu, e do Ideal do Eu (Matos, 2002i, 2002b, 2002j).

⁶ Conferir *Capítulo I – 3. Identidade e identificação na psicanálise* (p. 10) e *Capítulo II – 2.1. Construção da identidade pelo processo alo-assimilativo* (p. 22)

Como afirma Coimbra de Matos (2002b), “através da identificação primária, se constitui a separação do indivíduo, possibilitando a expansão pessoal, e através da identificação secundária a sua organização como parceiro, abrindo caminho à criatividade” (p. 91). Em qualquer um dos dois casos, estas identificações correspondem à alo-assimilação identificativa de todo, ou parte, do objeto externo, ou interno; seja este um objeto da relação atual, ou perdida (Matos, 2002i, 2002h)(Anexo I). Incorpora, ainda, a identificação à espécie humana, a identificação ao género, e a identificação sexual (Matos, 2002i).

Relativamente à dimensão da identidade sexual, a identificação alotriomórfica prevalece na *fase genital infantil* ou *edipiana*, i.e., entre os três e os seis anos, onde o indivíduo se identifica ao modelo (pai ou mãe) do mesmo sexo, sobretudo ao nível do funcionamento sexual da fantasia de cópula (Matos, 2002i). É neste estágio que se atinge uma **verdadeira identidade sexual**, pautada por uma imagem *dinâmica* e funcional do corpo sexuado (por oposição à imagem *estática* na identificação idiomórfica), onde a criança desloca a curiosidade sexual relativa à diferença dos sexos, para uma tentativa de compreensão do ato sexual e seus significantes, sobretudo centrado numa confirmação falonarcísica (ser reconhecido pelo adulto do sexo complementar como um rapaz ou rapariga competente) (Matos, 2002d, 2002i). Como afirma o autor (2002d), após perceber que pertence ao género masculino ou feminino (identificação imagóico-imagética), e ter reconhecido e confirmado os seus caracteres sexuais e outros traços de género (identificação idiomórfica), a criança consegue conceber o que é suposto fazer um homem ou uma mulher: “da observação que consigo fazer, penso que um homem faz assim, e uma mulher faz assado” (Anexo I), identificando-se ao modelo de sexualidade masculino ou feminino que vai construindo. Contudo, este também é um exemplo da forma dinâmica e concomitante em que as identificações se processam, pois apesar da predominância alotriomórfica nesta fase, as aquisições idiomórficas não desaparecem, e a criança vai adaptando estes quadros de referência a si mesmo: “mas vou fazer à minha maneira, e não como fazia o meu avô” (Anexo I).

Numa dimensão identitária global, corresponde, quando utilizada adequadamente, a uma **tarefa identificativa normal e crucial da formação da personalidade**, contribuindo para a estruturação de excelentes atributos pessoais, além de proporcionar elementos de pertença ao grupo, comunidade ou cultura, nos seus sentidos alargados – embora, como refere o autor, a inscrição na cultura acontece a partir do momento em que a relação afetiva com um Outro é estabelecida (e.g. transmissão imagóico-imagética) (Matos, 2002i) (Anexo I). Já a abertura e crescimento do imaginário é referida, por Coimbra de Matos (2002b, 2002d, 2002i), como uma das

grandes virtudes deste processo de identificação, uma vez que a capacidade de imaginação é expandida no desejo de ser como o Outro idealizado, e na procura de integrar a característica, comportamento ou função, do Outro em si.

Por outro lado, e como já indicámos, esta modelação em função do Outro em que consiste, essencialmente, a natureza alo-assimilativa dos processos imagóico-imagético e alotriomórfico, é perspectivada pelo autor (2002i) como um **processo identificativo bastante redutor**, se tomado como o único processo de formação do Eu. Tratemos agora de explicitar este ponto.

A identificação com o objeto, ou ao objeto, é sempre um tentativa de igualização sujeito-objeto (Matos, 2002i). Tanto no eixo de rotação *centrípeto* de identificação ao objeto (identificação introjetiva) e resultado *heteropático* (“o do outro é meu”), como no eixo de rotação *centrífugo* de identificação do objeto ao próprio (identificação projetiva) e produto *idiopático* (“o meu é o do outro”), se cria um movimento relacional circular de introjeção/projeção, do qual resulta a fricção que esbate as arestas idiomórficas de ambos (dos Santos, 1970; Matos, 2002i). Este tipo de identificações implica, portanto, e forçosamente, uma equação identificativa “sujeito = objeto”, com conseqüente despersonalização de Eu, do Outro, e de ambos. Ora, como nos assinala o autor (2002i), o percurso da identidade “faz-se, porém, e felizmente, no sentido de uma progressiva diferenciação, por transformações enriquecedoras da qualidade identitária distintiva” (p. 221), criadora da distância necessária – e condição *sine qua non* – para a emergência de um Eu, e de um Outro (e não da indistinta amálgama *Eu-Outro* ou *Outro-Eu*).

4. A formação da identidade nas relações identificativas. A transformação do Eu pelas relações transformadoras

Percorrido o caminho da construção identitária apresentado por Coimbra de Matos, verificamos a importância que o autor atribui às operações identificativas auto- e alo-assimilativas presentes nestas três modalidades de identificação; verdadeiro motor do desenvolvimento identitário do indivíduo. Ora, se estas identificações transitam no meio fértil das relações identificativas, o mesmo será dizer que as relações significativas desempenham um papel absolutamente vital no devir identitário.

Sendo assim, de que forma as relações – de onde se constrói o sujeito, e a partir das quais se reconstrói – contribuem para o salutar desenvolvimento da construção identitária ou, pelo contrário, prejudicam a formação da identidade? Como compreender e diferenciar os tipos de relações, e correspondentes identificações, que fazem pender a construção identitária num ou

noutro sentido? Começemos por explicitar as diferenças qualitativas e quantitativas entre as *identificações patogénicas* e as *sanígenas*, para, de seguida, nos debruçarmos sobre a importância específica das relações na formação da identidade, e o *paradigma da psicanálise relacional* que tanto sustenta este modelo da construção identitária, como resulta da sua formulação.

4.1. Identificações obstrutivas/patogénicas e desenvolvutivas/sanígenas

Vimos que a identificação imagóico-imagética coloca o indivíduo no lugar paradoxal de ser objeto da identificação do Outro no seio do seu próprio processo de *identificação-construção da identidade*. Colocado neste lugar relacional, este processo identificativo tanto pode desempenhar um papel *desenvolutivo* (promotor de evolução), e assim se constituir como uma **identificação sanígena** (produtora de saúde), como desempenhar um papel *obstrutivo* (obstrução do seu desenvolvimento), característico de toda a **identificação patogénica** (promotora de doença) (Matos, 2002i).

Vemos, por outras palavras, como as identificações *salubres* (i.e., saudáveis, porque sanígenas) e *patológicas* (i.e., doentes, porque patogénicas) estão, para o autor, intrinsecamente ligadas ao papel facilitador ou obstaculizador que desempenham no desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Ora, estas duas tipologias identificativas diferenciam-se em quantidade e qualidade; ou seja, apesar de percorrem os mesmos caminhos relacionais, diferem na maneira que o fazem tanto em grau, quanto em género. Estas diferenças marcam a natureza identificativa, e resultados identitários, de cada qual, no conjunto da formação do indivíduo. Vejamos de que forma.

Em processo de construção imagóico-imagético, vimos que a *identificação-reconhecimento* é o processo pelo qual o indivíduo (aqui progenitor/adulto) faz o reconhecimento do objeto (aqui bebé) na procura de o conhecer (por este movimento o bebé vai ser reconhecido e nele se reconhecer). Ora, este processo constitui-se como uma **identificação salubre**, se a atribuição identificativa do progenitor for: *suficiente*, quanto ao investimento no projeto de conhecimento do bebé (investimento afetiva); e *adequada* às vias em aberto do seu caminho identitário (reconhecimento aberto) (Matos, 2002i). Neste caso, temos uma identificação-reconhecimento que facilita e/ou potencia o desenvolvimento da identidade do próprio, graças à possibilidade da sua diferenciação (nível mínimo e adequado de projeção), e através da perceção das suas características definidas e definidoras (reconhecimento da originalidade bebé). Estes movimentos de perceção e investimento relacional só serão possíveis pela capacidade adaptativa sintónica que consiste no

olhar/escuta atenta das necessidades e vontades do indivíduo, e de quem este possa vir-a-ser (Matos, 2007c). É, então, pela *afinação afetiva* (sintonização pelo que nos é comum), pela *compatibilidade complementar* (conjugação, sem esbatimento, das diferenças) e pela *complementaridade insaturada* (espaço para o espanto e a novidade), que se realiza a vivência relacional de conhecimento/investimento onde operam as identificações imagóico-imagéticas sanígenas, porque, desta forma, desenvolvutivas (Matos, 2007c).

Finalmente, e num claro paralelismo que pode ser traçado ao pensar winnicotiano, é na constituição desta relação mais desimpedida com o real, que a expansão diferencial e afirmativa do indivíduo é não só possível, como incentivada (Galván & Amiralian, 2009; Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002). Já a potencialização da formação e expressão da identidade autêntica (idio-génica) é, ao ser encorajada, passível de ir sendo experienciada, e desenvolvida, de forma espontânea, original e criativa: é o existir idiomórfico vivido na relação (Matos, 2007c, 2017b). Nesta relação, cultivam-se as sementes de um indivíduo que se prepara não para a relação de origem, mas para a relação de futuro, que, na verdade, não mais é do que relação com o mundo.

De significado antagónico, e numa lógica inversamente proporcional, estão as **identificações patogénicas**. Neste caso, a operação de *identificação-reconhecimento* é dificultada e/ou contaminada por fantasmas, medos e desejos próprios por parte do objeto identificador, no ato de conhecer o seu objeto de relação (aqui bebé). Assim, a atribuição identificativa não é ajustada aos dados percetivos que objeto emite, e sobpõe-se ou sobrepõe-se a estes; a identificação-reconhecimento deixa de ser uma operação de reconhecimento ao serviço da relação com o indivíduo (aqui bebé), para ser um instrumento de distorção identificativa no reconhecimento que o indivíduo, com o Outro, *faz de si*.

Além de *desviante*, esta identificação poderá ser mesmo *alienante* se distorcer a verdade do próprio sujeito por “leitura incorreta ou insuficiente do seu estado e dinamismo mental (...) por intenção malévola, paranoide ou rejeitante” (Matos, 2002i, p. 217). Neste caso, o reconhecimento objetual é apoiado em identificações projetivas *alienígenas* e *alienantes*, no duplo sentido de serem externas ao próprio, e estranhas daquilo que lhe é próprio: a essência do indivíduo é afirmada como algo de externo ou estranho a este, assumindo a forma de dominação hostil sobre o mesmo.

É desta maneira que Coimbra de Matos entende certas psicopatologias da personalidade, tal como as *deformações do Eu* (Matos, 2002g). Estas perturbações caracterológicas teriam a sua origem nestas identificações intrusivas precoces, que originariam defeitos no processo de

maturação do indivíduo, justamente, na origem do seu núcleo identitário (Matos, 2002g, 2002i). De tal forma contaminado pelo Outro neste espaço psíquico inicial da germinação do Eu pelo objeto malevolente, ou pouco investido afetivamente pelo objeto indiferente, desenvolve-se, por *retração autística* uma pré-identidade lacunar, mal configurada e com limites esbatidos que “habita na mente do outro, vivendo através dele” (Matos, 2002i, p. 222). Comprometidos a capacidade diferencial, crescimento autónomo e originalidade identitária, organiza-se uma identidade que *não foi* de uma individualidade que *não será*. Ainda nesta lógica, o autor compreende as formações identitárias em *falso-self*, ou pior, em *self não-diferenciado*, que resultariam de *identificações-construção* onde esta identificação patológica primária é predominante (Matos, 2002g).

Resumidamente, esta identificação-reconhecimento *não reconhece*: confunde, conhece mal, não se permite conhecer, e/ou não permite que o objeto se dê a conhecer. Antes, molda a identidade atribuída do objeto (aqui bebê) ao que já conhece e/ou procura desconhecer. Assim se compreende o caráter patogénico destas identificações, pelos obstáculos que colocam face às possibilidades e potencialidades do desenvolvimento diferencial do indivíduo, e à opressão que impõem na formação e expressão espontânea da identidade autêntica (Matos, 2002i, 2017b). Nestes dois sentidos, afastam o indivíduo dele mesmo, ao dificultarem ou coartam a possibilidade de *se ir formando e se ir encontrando*.

4.2. Da importância da qualidade das relações oferecidas/possíveis

Se, no processo de identificação imagóico imagética, a diferença entre identificação salubre e patogénica reside na qualidade/quantidade da abertura, adequação, e investimento do processo identificativo ao objeto, já a **qualidade do leque relacional** à disposição do indivíduo é uma questão de não somenos importância nos três caminhos identificativos que percorre.

A título de exemplo, e a propósito da clínica com adolescentes, Coimbra de Matos (2002i) refere “um terceiro aspecto fundamental no contacto com adolescentes: a relação que lhes ou lhe oferecemos vai ter um importante impacto formativo” (p. 131), destacando o papel essencial da relação experimentada pelos adolescentes na sua própria constituição. Se, por certo, este fato não se constituirá como uma surpresa no ponto da leitura em que nos encontramos, mais certo é que esta ideia merece o ponto de reflexão. Merece-o, pois da qualidade relacional dependerá a qualia identificativa que, por sua vez, é na sua essência uma ligação afetiva ao objeto (Matos, 2002b). Ora, justamente, e segundo o autor, esta ligação é antecipada pela precessão e primazia do investimento por parte do objeto de identificação (objeto significativo) na relação que ao

bebê/criança/adolescente oferece: o *lionding* (ligação) precede – e antecede – o *attachment* (vinculação) (Matos, 2007c). Por outras palavras, o bebê/criança/adolescente liga-se de acordo com a ligação a ele criada.

“Penso porque existo e existo porque fui amado” (Matos, 2002i, p. 217), assim declara o autor no postulado *descarteseano* da formação identitária, trocando as voltas a um *cogito ergo sum* que tem no *amore* o princípio (e o fim?) de todas as coisas. Salienta-se, assim, o papel essencial – porque germinador – que o autor atribui ao investimento/ligação do objeto de relação; co-fator fundamental dos processos identificativos e de formação da Eu, sem o qual o indivíduo não se poderia ver reconhecido pela função *identificação-reconhecimento* (ser objeto do conhecimento do outro pela curiosidade no indivíduo depositada), e pelo investimento afetivo de se saber, e se poder encontrar, *dentro do outro*. À qualia relacional, soma-se o quanta identificativo, pois que se deduz a relevância do leque relacional à disposição do indivíduo no decurso da sua construção identitária, i.e., a possibilidade de encontrar uma variedade de experiências de relação, através das quais não se vê limitado a uma única experiência de relação (experimentar-se em diversas relações), e não se vê obrigado a ter de escolher um único modelo de identificação (ter panóplia de modelos à sua disposição) (Matos, 2002h).

Assim se demonstra a **importância das relações oferecidas** ao indivíduo no decurso do desenvolvimento, que às características já salientadas, o autor soma ainda a qualidade de uma relação de ideologia aberta, i.e., relações não dominadas pelo dogmatismo (dogma do Outro) que condiciona a aquisição da verdade do indivíduo (Matos, 2002i, 2002h). Pois, só assim se propicia que “o encontro da mutualidade criadora sejam a razão e a emoção do diálogo constituinte e constitutivo” (Matos, 2002i, p. 223)

4.3. O paradigma relacional: uma perspectiva onto-antropológica, teórica, e clínica

Encontramo-nos chegados ao final da exposição da teoria da formação identitária pensada pelo autor. Agora, mais que nunca, torna-se claro que, mais do que uma simples perspectiva desenvolvimental e relacional da formação da personalidade, vemos como a sua compreensão sobre do fenómeno identitário corresponde à visão de um Homem situado no seio do seu mundo relacional, como à visão de um Homem que *na* relação reside, e *da* relação desponta. Este Homem que nos apresenta é uma **criatura da relação**, no sentido de ter uma natureza eminentemente relacional, e de ser “uma criação do sistema relacional em que vivemos e convivemos (...) uma criatura do outro e para o outro” (Matos, 2002i, p. 215). Mas não só:

Criatura *da* relação, e criado *para* a relação, é ainda o *criador* da relação que o cria. Nestas dimensões de resultado (da relação), objetivo (relacional) e causa (a relação) que conjugam o Homem apresentado pelo autor, Coimbra de Matos aponta ainda a primazia deste último (Matos, 2002i, 2017b). Pois, mais do que construído pela relação, o autor entende que o Homem é um **criador intencional, espontâneo, e livre, da sua identidade**; ou seja, “constrói-se mais do que é construído” (Matos, 2002i, p. 215). Tal não corresponde a uma saída individual do lugar relacional (de origem e de destino) que constitui o Homem, antes assinala o seu protagonismo dentro da própria relação onde se constitui. Pois, “é no vínculo com o semelhante, na relação de apego e intimidade (...) que me conheço e reconheço: sei quem sou, e o que valho” (Matos, 2002i, p. 216). Resgatada a posição intencional e capacidade transformadora do indivíduo, o autor não só lhe recupera o lugar ontológico, como o coloca em primeiro plano na concretização do seu trajeto identitário através da relação *construtiva* e *constitutiva* na busca do desejo de realização do projeto pessoal (Matos, 2002h, 2002e).

Mas não só: além das identificações serem o caminho da paisagem relacional pelo qual o indivíduo se constrói, é a partir das identificações que tem a possibilidade de se reconstrói: *através* das identificações se forma, *por* elas se **transforma**. O que, como vimos, o mesmo será dizer que é pela relação que o indivíduo se transforma (Matos, 2002i).

Tomado pelo todo, o conjunto destas considerações constitui o fundamento teórico que é a base, e o sustento, do paradigma da psicanálise contemporânea relacional no qual o autor se insere, e muito contribui (Matos, 2007c, 2017c). De uma perspectiva ontológica (realidade do Homem) e antropológica (natureza do Homem), vemos então nascer uma perspectiva teórica que versa, e justifica, uma perspectiva clínica. Mas também o seu contrário: não fosse o autor um investigador por direito próprio, que alimenta, e fundamenta, o seu pensar a partir do que observa, num saber verdadeiramente idiomórfico.

Capítulo III: *La Luna*, as estrelas que caem no (meu) céu

1. Um enquadramento

La Luna (Casarosa, 2012) é um filme de animação em formato de curta metragem, realizada, e escrita, pelo italiano Enrico Casarosa na sua estreia enquanto realizador, e produzido pelos estúdios da *Pixar Animation Studios*. No mesmo ano, recebeu a distinção da nomeação para *Best Animated Short Film* [Melhor Filme Curto de Animação], na 84^a cerimónia de atribuição dos *Prémios Óscar* pela *Academia de Artes e Ciências Cinematográficas* norte-americana (The Academy of Motion Picture Arts and Sciences, 2012).

O realizador, guionista e animador Enrico Casarosa (19 de Outubro de 1970) é originário de Génova, Itália (Strike, 2011). Com uma carreira sempre ligada aos filmes de animação, começou por se formar como *designer* de animação e artista de guiões, tendo participado em múltiplos projetos de animação da *Walt Disney Company* e da *Pixar Animation Studios*, na qualidade de guionista visual (*101 Dálmatas*, *Idade do Gelo*, *Carros*, *Ratatouille* e *Up – Altamente!*) (Beck, 2012; Strike, 2011).

Segundo o próprio Casarosa, a motivação para realizar este filme nasceu do fato que “the moon fascinates all of us; I wanted to invent my own myth about it” [a lua fascina-nos a todos; quis criar o meu próprio mito sobre ela] (Rome, 2012), sendo a história que apresenta em *La Luna* inspirada no conto de Italo Calvino, *A Distância da Lua*, publicada na coletânea *Todas as Cósmicas* (Rome, 2012). Nesta obra, o escritor italiano parte de um enunciado científico sobre a origem do universo, ou dos planetas, para construir uma fabulação que protagoniza sempre a personagem de nome impronunciável *qfwfq*, que é testemunha ocular de biliões de anos de evolução do cosmos (Calvino, 2009). Em *A Distância da Lua*, Calvino explora a teoria astrofísica de que em tempos a Lua orbitou muito próximo da Terra, justamente, numa distância suficientemente próxima para *qfwfq*, com a sua família e companheiros, a ela ascenderem por uma *escada portátil*, e dela colherem o *leite lunar* (Calvino, 2009).

Sobre a nossa animação, de referir apenas que Casarosa fez a escolha artística de não utilizar métodos computacionais no processo de realização da animação, dada a sua vontade de introduzir as imperfeições humanas na animação e nas personagens. Assim, optou antes por uma técnica de digitalização de aquarelas pintadas à mão (Pixar, 2012).

2. Uma descrição

Esta pequena animação (Casarosa, 2012) apresenta-nos a história de um *Bambino* (jovem rapaz em italiano), seu *Nonno* (avô em italiano) e seu *Papà* (pai em italiano), e começa com os três protagonistas num pequeno barco a remos, a navegarem mar adentro pela noite. Acompanhados por um céu estrelado que não ofusca a *escura tonalidade* pela qual viajam, é com o largo e cintilante olhar do *Bambino* (e com os olhos dos adultos que não conseguimos vislumbrar) que juntos seguem rumo ao oceano profundo.

Chegados ao mar alto, o avô e o pai não lançam a âncora ao fundo do mar. É depois de aguardarem a chegada de uma grande *lua cheia* que fascina o rapaz, que apontam à Lua uma longa escada, e encorajam o receoso rapaz a nela trepar, para aí depositar a âncora. Percebemos, então, a razão – e a importância – desta viagem: trata-se da primeira viagem do jovem à Lua, onde será introduzido ao *milenar ofício familiar*, que consiste em varrer, ordenadamente, as inúmeras pequenas estrelas cintilantes que na superfície Lua caem. Neste universo cinematográfico, a Lua ganha o seu brilho pelas pequenas estrelas que aí embatem. Esta família tem a importante tarefa de vassourar as estrelas que caem na Lua, e assim formar as fases lunares indicadas no calendário cósmico de todas as coisas.

Acontece que, ainda antes de subirem ao astro lunar para ensinarem ao inexperiente jovem esta antiga arte, os adultos dão-lhe o adereço indispensável a todo o bom jardineiro da Lua: depois dos sapatos e jardineiras iguais aos que têm vestidos, eis que lhe consagram um chapéu idêntico ao que usam. Contudo, irrompe uma pequena disputa, já que avô e pai discordam como o jovem o deveria colocar na sua cabeça (com a aba voltada para baixo como o pai, ou com a aba virada para cima como o avô). Indeciso sobre como o utilizar, é nem tanto para baixo, nem tanto para cima, que o escolhe usar.

Já na Lua, o maravilhamento do rapaz perante esta nova e mágica experiência. só é interrompido por nova desavença, desta feita sobre qual a melhor forma de varrer as estrelas em superfície lunar: o pai recolhe-as com uma vassoura de cerdas curta, e o avô com uma vassoura de cerdas comprida. Enquanto assiste a esta disputa familiar, indeciso sobre qual a melhor maneira a adotar para recolher as estrelas, o rapaz constata o como as vassouras de ambos correspondem ao seu aspeto físico (a vassoura de cerdas curtas do pai é, afinal, igual ao seu curto bigode; a vassoura de cerdas compridas do avô reproduz a sua longa barba).

Repentinamente, eis que a contenda é interrompida pelo tremor cada vez maior do chão lunar: uma grande estrela desloca-se rapidamente na direção dos três. Procurando apressadamente

refúgio atrás de uma rocha lunar, é com estrondo que esta aterra na Lua. A chegada inesperada desta grande estrela deixa a todos espantados com o seu brilho e tamanho, pois, em tantos anos de trabalho na Lua, os dois adultos nunca antes tinham visto uma estrela de tal dimensão. Mas esta grande estrela adivinha-se o *cabo dos trabalhos*: em parte enterrada na superfície lunar, avô e pai tentam removê-la com o cabo das suas vassouras, mas estes parecem ser instrumentos pouco adequados face o tamanho invulgar do objeto cintilante. Depois de muito tentarem, e de muito falharem, encontram-se exaustos, e sem qualquer ideia sobre como retirar esta grande estrela.

Enquanto os experientes adultos, exauridos e frustrados, aproveitam o insucesso dos dois, para uma nova discussão sobre o insucesso de um e de outro, o jovem contempla o grande objeto cintilante, como que absorvido na sua enorme beleza, e abnegado de todo o universo circundante (inclusive da nova discussão). O seu olhar, tão brilhante como a estrela que observa, deixa adivinhar um misto de receio e de fascínio pelo acontecimento. Afinal, esta é uma estrela muito grande para alguém tão pequenino...

Com-tudo, o seu brilho não o paralisa mais do que encanta. Motivado pelo fascínio e curiosidade essenciais ao estralejar de toda a inspiração sedimentada na aventura, aproximar-se devagar desta grande e brilhante estrela e, ao de leve, arrisca em tocar nela. De súbito, ocorre-lhe uma ideia: num só gesto cheio de vitalidade, pega um martelo do chão, *vira para trás o seu boné*, e trepa até ao cimo da grande estrela, enquanto é acompanhado pela incredibilidade dos dois homens. Chegado ao topo, dá uma pequena martelada no cimo do astro que – como *por magia* – se parte de forma deslumbrante em centenas de pequenas estrelas que caem sobre toda a grande Lua. Avô e o pai assistem com um pasmo que nos mostra, pela primeira vez, os seus olhos, agora arregalados de estupefação. Do enorme conjunto de novas pequenas estrelas que se formaram, emerge o jovem, cujo rosto desenha um sorriso que, também, ainda não se tinha visto.

Podendo agora as novas pequenas estrelas serem recolhidas para formar uma nova fase lunar, este pequeno filme acaba com os três a recolherem-nas harmoniosamente. O *Bambino* não faz do uso nem da vassoura de cerdas curtas do *Papà*, nem da vassoura de cerdas compridas do *Nonno*, mas antes do seu ancinho. E leva o seu *boné virado para trás*, evidentemente.

Os três levantam a âncora do céu e regressam a casa no seu pequeno barco apropriadamente denominado de *La Luna*. Não sem antes, juntos, contemplarem no céu noturno a *lua nova* que, graças ao engenho do rapaz, os acompanha neste novo horizonte estelar.

Discussão

La Luna: uma circum-navegação pela alvorada da identidade adulto-nascente

Convidando Coimbra de Matos para connosco subir a bordo do barco *La Luna* da nossa animação, iremos içar âncora para nos aventurarmos numa *circum-navegação à volta da construção identitária*. *Circum-navegação*, pois a rota que traçámos nas estrelas não se limita à análise da animação pelo modelo apresentado pelo autor; convida-nos a hastear as velas da viagem de regresso, de dobragem sobre a própria teoria. Com um lastro feito de entrecruzamento, articulação, e complemento, se cria a oportunidade de visitar lugares ainda inexplorados, que se constituirão como pontos de reflexão do percurso. Aproveitemos, então, a boa companhia do autor, numa viagem na proa de uma *La Luna* que cremos ser fecunda ao nível dos conteúdos simbólicos latentes, todos eles remetentes para a construção identitária. Ora senão vejamos:

Como todos os grandes heróis clássicos que o precederam, conhecemos o nosso *Bambino* a partir de uma proposição inicial. Esta dá-nos a conhecer o seu lugar de origem; no caso, o lugar onde se encontra no percurso identificativo. Por meio de uma *viagem de barco*, a introdução narrativa também nos anuncia o despertar de uma jornada de transformação e amadurecimento – sem a qual não *se fazem* os heróis. Eis que, desde logo, vemos completados os ingredientes que tecem toda a trama épica, ao nos serem apresentados os ciclopes identificativos que o nosso pequeno Ulisses terá de ultrapassar na epopeia pessoal da sua conquista identitária.

Entre o estilo do avô e o do pai, conhecemos um jovem indeciso sobre a maneira a adotar para a realização do ofício familiar, i.e., indeciso sobre como realizar a sua inscrição na história/linhagem transgeracional. O conflito entre o avô e o pai anuncia uma clara oposição entre os dois na forma de realizar o trabalho, onde o pai parece ter construído a sua identidade pela diferenciação ao seu próprio pai, numa *identificação ao negativo*, que não deixa de ser uma identificação *em função deste*: é uma cara que é cunhada e estampada a sua coroa. Nos termos de Coimbra de Matos (Matos, 2002i), “é a modificação do próprio por características opostas às do modelo” (p. 88), que liga sujeito-objeto numa relação de agressividade e competitividade (não deixando de ser uma forma de ligação ao objeto). Já, ambos, exigem ao jovem que os imite/reproduza na maneira de vassourar as estrelas, como que para obterem através dele a validação identitária há muito posta em causa, e agora em disputa sob forma de exteriorização do conflito identitário manifesto. Vemos, assim, como a identidade proposta ao jovem obedece a um

esquema identificatório fechado, definido por Coimbra de Matos como *dogmático*, pois compele a sua identificação a eles mesmos (Matos, 2002h).

O eixo interno-externo enquanto sistema complexo. Estas identificações orbitais entre o avô e o pai, dão-nos a oportunidade de pensar um ponto central da teoria de Coimbra de Matos. Da explanação feita no Capítulo II, pudemos verificar como a construção identitária apresentada pelo autor se organiza na base de múltiplos eixos referenciais. Dada a importância constitutiva da relação *Eu-Outro* na formação identitária, destacamos um destes eixos centrais: **o eixo interno (Eu) – externo (Outro)**. Nas palavras do autor, “a identidade própria (...) constrói-se na oscilação do investimento objetal e investimento narcísico, no aproximar do Outro e no assimilar das suas qualidades, tão bem como no contraste e no afirmar-se de si próprio” (Matos, 2002e, p. 83), assim se configurando uma construção identitária tanto à volta do Outro (alo-assimilativo), quanto à volta de si (auto-assimilativo). Ora, relativamente a este eixo organizativo sobre o qual se movimenta a formação da identidade para Coimbra de Matos, parece-nos pertinente questionar se esta marcada distinção entre interno-externo, baseada na diferenciação entre Eu-Outro, não será uma conceção demasiadamente rígida do existir humano, se pensado enquanto *homem-em-relação*.

Não querendo contribuir, dada a sua aparente obviedade, para uma certa banalização do uso – com conseqüente empobrecimento conceptual –, pensamos, contudo, que fará sentido evocar sucintamente para esta discussão o autor que problematizou o *ser-em* da existência. Respondendo à questão do sentido de ser através da sua intrincada, e fundamental, visão ontológica do ser no mundo, Martin Heidegger concebe uma estrutura unitária na qual o “ser é sempre o ser de um ente” (Heidegger, 2001, cit. por Kirchner, 2016, p. 119), mediante a qual apenas se tem acesso ao ser da existência a partir dos entes pelos quais se determina: o ser só se daria assim a conhecer pela sua morada – o próprio mundo com o qual é co-emergente. O *Dasein*, ente cuja essência (ser) coincide com a existência, ou análise da estrutura do ser no mundo, completa a compreensão do modo de ser do ser (M. Barbosa, 1998; Knudsen, 2020). Não havendo ser que exista de forma isolada, e não havendo homem que exista sem referência a outros – enquanto fenómeno *em si* –, o ser é sempre *ser com*, ou *Mitsein* (M. Barbosa, 1998; Knudsen, 2020). Temos assim uma conceção da existência onde a relação do homem com o mundo não é a de dois seres exteriores um ao outro, mas a de um **entrelaçar ôntico e ontológico de que é feita a unidade da existência**. Desta feita, a perspectiva heideggeriana não só contradiz diretamente o carácter substancialista que acompanha a tematização

do psiquismo em interno e externo, como o resolve, ao sistematizar o ser não enquanto substância, mas como exercício permanente de existir no mundo (M. Barbosa, 1998).

Destas considerações, decorre que a organização interno-externo, que vemos trespassar a teoria da construção identitária apresentada por Coimbra de Matos, somente poderia ser considerada válida enquanto exercício de análise puramente teórico, uma vez que a interioridade e exterioridade só poderiam ser tão claramente discerníveis na artificialidade introduzida enquanto abstração do pensamento, única via capaz de colocar entre parênteses a unidade existencial defendida por Heidegger. Por sua vez, e paradoxalmente, esta abordagem conceptual é, por si só, demonstrativa dos claros limites em que assenta a sua formulação. A natureza retórica das seguintes questões afigura-se como prova suficiente desta atestação: como falar de *interno*, sem falar de *externo*? Como pensar o *ser*, sem pensar o *seu mundo*? É sequer possível imaginar um *ente* ou *entidade*, sem o seu *contexto*, e vice-versa? Não existindo um sem outro, a rígida divisão entre os eixos interno-externo, Eu-Outro, e Eu-mundo, surge agora, e conforme nos esclarece a ontologia heideggeriana, como um paradigma da natureza da realidade conceptualmente errado na sua própria fundação.

Contudo, não nos deixemos ficar por esta primeira reflexão, e adensem-nos na análise. De um **quadro ontológico** (natureza da realidade), reposicionemos a questão num **quadro gnoseológico** (pensamento da realidade).

No séc. XVII, Blaise Pascal (1623-1662) dizia considerar impossível conhecer as partes, enquanto partes, sem conhecer o todo, e ainda menos possível conhecer o todo sem conhecer *singularmente* todas as partes (Morin, 2008). A aparência tautológica desta afirmação não é suficiente para que desconsideremos a necessidade de compreensão das relações entre o todo e as suas partes, a fim de podermos compreender tanto o todo, quanto as partes. De facto, habitamos num universo onde simultaneamente todos os seus elementos constituintes estão separados no e pelo espaço, e um universo onde não existe sequer o conceito de separação, apenas uma ordem de grandeza de análise dependente da *distorção* introduzida pela escolha da perspectiva do observador (Rovelli, 2018). De forma análoga, apesar do planeta Terra, e do seu satélite Lua, serem dois corpos distintos do mesmo sistema solar, não deixam estes dois objetos de compor o *sistema Terra-Lua*, feito de intrincadas trocas gravitacionais, com impactos decisivos na história formativa, e atuais características geofísicas, de ambos (Rovelli, 2018). Tal como o Eu, e um Outro.

Serve este rudimentar enquadramento, a possibilidade de situarmos a problemática interno-externo, aqui em questão, como um **problema da ordem da complexidade**, ou enquanto *sistema*

complexo, no sentido adiantado por Edgar Morin (2008). Resumidamente, é a partir do significado nuclear da palavra latina *complexus* – entendida como um entrelaçado “daquilo que foi tecido junto” (Costa & Melo, 1999b; Morin, 2008, p. 20) –, que Morin procura ultrapassar o fosso epistémico, aparentemente intransponível, entre o legado disjuntivo do saber analítico-reducionista (que apropria a realidade à sua organização do pensamento), e o desafio de todo o fenómeno ser composto por um emaranhado inexpugnável de constituintes heterogêneos, i.e., de uma complexidade inerente a toda a realidade, e a cada uma das componentes (Estrada, 2009). Morin (2008) preconiza, assim, a necessidade de uma epistemologia da complexidade que, não só se prefigura como antagonista ao pensamento simplificado, como também o incorpora: aos processos de aquisição do conhecimento por seleção, hierarquização, separação, redução, e simplificação, são (re)ligados aos processos de comunicação, articulação e união.

A importância deste enquadramento reside no facto desta não ser uma *simples* união entre complexidade e não-complexidade, pois a complexidade encontra-se no âmago da relação entre o simples e o complexo: relação que é – *simultaneamente* – complementar, concorrente, e antagónica (Morin, 2008). Por isso, a complexidade absorve a complexidade; e está além dela. E por isso, a possibilidade de um modo de pensar, e de uma organização do conhecimento, capazes de responder ao desafio da complexidade, têm, forçosamente, de não só integrar a simplificação e a complexidade, como ter em conta a ligação entre a unidade e a multiplicidade, escapando assim à “alternativa entre o pensamento redutor que só vê os elementos e o pensamento globalista que só vê o todo. A complexidade é a dialógica ordem/desordem/organização” (Morin, 2008, p. 148).

Entre uma totalidade vazia e uma parcialidade desconectada, Morin (2008) propõe, então, uma *scienza nuova*, que embora não exclua os três pilares da certeza (Ordem, Separabilidade, e Razão Absoluta), aponta os limites da sua lógica clássica, e procura superá-los. Fá-lo, ao constatar que todo o objeto da ciência é, afinal, um *sistema*, e ao reconhecer a extensibilidade, a todo o cognoscível, da amplitude conceptual do campo nascido da cibernética: a *teoria dos sistemas* (Morin, 2008, 2014). Nomeadamente, apoia-se na lógica paradoxal do *sistema aberto*⁷ para formular o conceito de *processos auto-eco-organizadores*, ou sistemas cujas trocas com o meio são de tal forma fundamentais, que a sua inteligibilidade deve ser encontrada não apenas no próprio

⁷ Sistema cuja abertura ao ecossistema permite o desequilíbrio do fluxo energético necessário à sua estabilidade organizacional que, por sua vez, possibilita o seu estado dinâmico e transitivo de equilíbrio (Morin, 2008). Organizam o seu fecho pela sua abertura: a fronteira é um ponto de fechamento e de comunicação (Morin, 2014). Na impossibilidade de se auto-organizar, é na dependência com o meio que se *organiza autonomamente*.

sistema, como também na sua relação *constitutiva* com o meio, de tal maneira que “só pode ser compreendido incluindo-se nele o meio, que lhe é simultaneamente íntimo e estranho, e faz parte dele próprio sendo-lhe sempre exterior” (Morin, 2008, p. 33).

Finalmente, dos princípios que Morin (2008) enuncia para pensar a complexidade das conexões que ocorrem entre as unidades dos sistemas, e entre os diferentes graus de complexidade entre sistemas, destacamos dois. O **princípio dialógico**, ligado ao conceito de ambiguidade, permite conceber a dualidade no seio da unidade (e vice-versa), e assim associar, numa mesma proposição, dois termos que mantêm, ao mesmo tempo, relações de complementaridade e de antagonismo (e.g. ordem e desordem, vida e morte). Já o **princípio da recursão organizacional**, que rompe com a casualidade linear (causa produz efeito), ao propor, não só uma casualidade circular retroativa (efeitos causados geram novas entradas no sistema), mas sobretudo uma casualidade recursiva (produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas, e produtores, daquilo que os produziu, num ciclo auto-constitutivo, auto-organizador e auto-produtor), de onde “o produto é produtor do que produz” (e.g. os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos).

Caso não tenhamos perdido o interesse do leitor pelos improváveis desvios teóricos enveredados, tratemos, agora, de colher os devidos frutos do atrevimento por navegar em tamanhas digressões.

Se, por um lado, a perspectiva heideggeriana nos impele a questionar se a organização teórica avançada por Coimbra de Matos assenta numa visão distorcida do tecido fenomenal que constitui a experiência do nosso mundo, por outro lado, não seria errado afirmar que a configuração que apresenta, permite, justamente, conceber uma **teoria compreensiva e coerente sobre a relação interno-externo**. Pois, a sua perspectiva considera, e integra, a permanente relação, e ininterrupta retroação, entre estes dois mundos, no que à sua interdependência constitutiva é referente.

Esta defesa poderia ser fundamentada ao considerarmos estes elementos enquanto entidades diferenciadas, *mas também* intra- e interdependentes, dada a sua **relação biunívoca e dialógica**. Seria este um sistema composto por dois elementos (interno/externo), que pode ser analisado em dois planos: **uno** (eixo interno-externo) e **múltiplo** (interno e externo, separadamente) (Morin, 2008). Se adotarmos esta última posição, vemos como a perspectiva de Coimbra de Matos tem o inerente valor de nos fornecer ferramentas conceptuais que nos permitem integrar, e melhor perceber, as trocas constantes entre estes dois mundos, que separados não existem, e juntos perfazem tanto *dois*, como *um só*. Ora, é com justeza que cremos que é precisamente desta forma que o autor posiciona a relação interno-externo, ao considerar, conforme já constatámos, que todo

o homem é um homem *da* e *pela* relação (em relação com as coisas e com os outros), tanto no sentido de nascer enquanto sujeito *da* relação, como no sentido de (apenas) existir enquanto ser *pela* relação que o concretiza⁸. Sendo, inclusive, neste sentido que o autor configura a ciência psicanalítica como uma microssociologia, que tem por objeto de estudo não o sujeito, mas a relação dual (Anexo I, II).

Mas não só: muitos elementos da concepção do autor regem-se por **princípios dialógicos e recursivos**. Tal é bem patente, se tomarmos o modelo apresentado como um todo, ou se isolarmos certos elementos específicos deste. Ao estreitarmos o nosso olhar, vemos que a forma como o autor configura um indivíduo que tanto é fruto de uma construção (identificação imagóico-imagética), como *se constrói* (identificações idiomórfica e alotriomórfica), representa uma dialogia aparentemente contraditória, mas que na sua formulação, são enquadradas duas variáveis da mesma função complementar, e cujo resultado constitui o todo pelo qual *se faz* e *é feito* em sistema complexo. Já por, em processo idiomórfico, o indivíduo *ao realizar, se realizar* (*experiência de realização*), constitui não só um princípio dialógico, como também recursivo, uma vez que o indivíduo é posicionado pelo autor na inter-retro-ação de ser *produto* e *produtor* de si mesmo. Outros exemplos de aplicação destes princípios, como o *conhecimento de si* estar intimamente ligado ao *reconhecimento do Outro* (componente narcísea em todos os processos identificativos), poderiam agora também ser referenciados, mas terminaremos esta reflexão no ponto que mais importa: a própria concepção de identidade sobre a qual se apoia.

Falamos, em Coimbra de Matos, de uma identidade que é sempre da **ordem de relação com o outro**, i.e., de uma identidade em que está implicada, na sua génese, a alteridade, e que conjuga o singular (*identidade*) e o plural (*identificações*): uma identidade que é pessoal (*auto-assimilação*), porque é relacional (*alo-assimilação*); uma identidade que é única (Eu), porque são muitas (Outros); e cuja dialética tanto inscreve o indivíduo no lugar da ligação e da pertença (*alo-assimilação*), como percorre o caminho *antagónico/concorrente/complementar* da diferenciação (auto-assimilação).

Paradoxal e tautológico? Complexo, diria Morin.

Desta forma, e apesar de certas diferenças fundamentais que não podem – nem devem – ser esbatidas (sob pena de confundirmos o diferente pelo igual), considera-se que o autor tem

⁸ Conferir *Capítulo II – 4.3. O paradigma relacional: uma perspetiva onto-antropológica, teórica, e clínica* (p. 37)

elementos do seu pensamento que o poderiam **aproximar da tradição do pensar fenomenológico**. Tal, porque não nos apresenta uma visão atomista e isolacionista da identidade, mas antes uma perspectiva interacionista onde a identidade é um sistema da relação Eu-mundo (sujeito-objeto) e Eu-próprio (*Umwelt*). Já por não se enquadrar diretamente nos objetivos propostos por este trabalho, mas antes decorrer destes, não nos prolongaremos sobre esta problemática, apenas aqui sinalizando o ponto de reflexão. Até porque, e como bem sabemos a partir do pensamento complexo, a complexidade não se abarca: respeita-se.

“Torna-te como eu” v. “Sê quem és”: da indiferenciação à identidade. Voltando à história do nosso pequeno herói, vemo-lo na bifurcação de dois caminhos. Ambos fechados. Ambos sem saída. Ambos impossíveis. Pois que em nenhum se faz o caminho ao encontro da sua idio-genia.

O conflito entre as figuras masculinas de referência deixa o jovem numa **posição ambivalente** quanto ao objeto identificatório a escolher, ambivalência essa que não é expansível ao processo identificatório em causa, pois apenas um modelo de identificação lhe é oferecido. Apoiando-nos no referencial proposto pelo autor, o processo de identificação que *poderia* estar em jogo nesta situação, *seria* o da identificação alotriomórfica, numa identificação de objeto-a-objeto que asseguraria a entrada na cultura do ofício familiar, sendo o jovem *seria* convidado a utilizar os objetos referenciais dos adultos como modelos de identificação (modelos de *vir-a-ser*), numa apropriação das suas características ao *seu modo de querer ser*.

Contudo, vemos bem que não é esta a modalidade identificativa proeminente, uma vez que, graças ao exacerbado conflito instalado entre as duas figuras de referência, esta identificação é forçada ao jovem: colocam o *boné* e a *vassoura* (objetos laborais identificativos por excelência) do neto, e do filho, *às suas maneiras*. A *posição de passividade* a que é remetido é bem patente, pois os adultos *invadem, mexem, e impõem* – de forma literal e figurativa – aqueles que serão os futuros objetos identitários do jovem, que não teve, nem tempo nem espaço, para sequer deles *se apropriar*.

O que se poderia constituir, até então, um momento alo-assimilativo natural de introdução ao ofício familiar, ou um momento idiomórfico de construção pela experiência, transforma-se numa identificação imposta pelas próprias figuras de referência: estas revertem o jogo identitário, ao deixarem a sua qualidade de objetos de identificação, para se assumirem enquanto *protagonistas* da construção identitária do jovem. Para fora de palco é atirado aquele que seria o *sujeito* ativo da identificação, substituído que foi o seu lugar no *seu* processo de aprendizagem.

A construção da sua identidade de “jardineiro da Lua” é assim realizado em **identificação imagóico imagética**, operada nas suas duas vertentes: *explícita*, pelas veementes mensagens verbais e corporais que impõem a adesão mimética do jovem; e *implícita*, pelo que está subentendido o lugar que exigem que o jovem ocupe na economia mental de cada um, e no papel familiar esperado. Pelo fato de nos meandros desta identificação não estar sequer em causa a função de reconhecimento do objeto (aqui jovem), sabemos que se trata de uma **identificação patogénica**, porque francamente *obstrutiva* das possibilidades e potencialidades, que vemos, desde o início, aos seus grandes olhos se desenharem. Se dizer que não é tida em conta a sua diferenciação é uma redundância, já reforçar a natureza impositiva desta identificação torna-se uma necessidade; pois, não é simplesmente o rapaz que escolhe tomar um ou outro como modelos de identificação, mas é a imposição exterior que assim o exige.

O fugidio, mas importante, elemento simbólico de que não vemos os olhos destes adultos desde o momento em que nos foram apresentados, sintetiza toda a trama: a função identificativa ao serviço do conhecimento do objeto não está aqui presente, pois os adultos não conseguem ver este jovem pela verdade que o constitui. É, literalmente e figurativamente, de *olhos fechados* que o conhecem e o concebem. Quais ciclopes...

Acontece que esta identificação é apresentada de maneira tão veemente ao rapaz, que tem mesmo laivos de uma **identificação narcísica** (ao nível da incorporação narcísica, do tipo *ser-o-Outro*), pois que resulta de relações mediadas quase exclusivamente no registo do narcisismo, onde predomina o desejo de captar o amor do objeto, num claro enquadramento de uma relação de dependência e submissão (Matos, 2002c). Talvez entendamos assim melhor a ambivalência a que o rapaz parece estar comedido: preso na contradição de uma identificação onde se sente amado, mas espartilhado; desejado, mas enclausurado; protegido, mas reprimido (Matos, 2002c). De facto, na concomitância entre a subjugação e a rutura, nenhuma saída parece viável neste caminho entre o medo de perder o apoio e o amor do objeto, e o medo de poder escolher a liberdade. A compromisso da não-existência, através desta parca existência pelo Outro, até parece aqui uma saída viável...

Já este esforço, por parte dos adultos, de acoplamento identitário, assinala uma **necessidade de legitimação** do Outro em relação a si, que, por sua vez, deixa antever a procura de confirmação de si *através* deste Outro, por falta e/ou falha no sentimento de validação da sua própria estrutura identitária. A imposição da identificação explícita na mensagem “*torna-te como eu*” parece mascarar um “*torna-te como eu, para me confirmares/validares*”. Quais deuses que requerem um

homem construído à sua “imagem e semelhança”, quiçá para legitimar o seu lugar divino; pois que seria feito dos deuses, que sem os seus crentes seriam *apenas* homens? No plano da religiosidade dos (i)mortais, o lugar do crente é crucial, e a identificação deixa de ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento da individuação do sujeito, para ser um ato de fé ao serviço do outro.

De tanto quererem que este rapaz seja o *seu* filho/o *seu* neto (*ser-como-outro* possessivo), são eles que se apropriam do jovem, e não o jovem que se apropria de identificações que lhe possam ser úteis no seu caminho identitário. Retirada que foi a possibilidade de criar a sua identidade, o jovem parece, então, só se poder definir como: “*eu sou o filho do meu pai, ou o neto do meu avô*”; e não como “*eu sou o João, filho de António, e neto de Manuel*”. É uma identidade que se define, sobretudo, a partir da identidade que o Outro forma dele. Vemos bem, que no seio do seu conflito identitário, não é deixado espaço ao rapaz para o seu desenvolvimento diferencial e criativo, i.e., para a experiência libertadora de (se) descobrir, e para a conquista redentora de existir – por ele, e a partir dele.

Este movimento das figuras de identificação permite-nos pensar o segundo eixo-referencial, a partir do qual, em conjunto com o primeiro (interno-externo), Coimbra de Matos organiza o seu modelo de construção identitária. Como vimos no Capítulo II, falamos da relação *igualdade-originalidade*, onde a marcha da identidade faz-se **da indiferenciação face ao Outro para a identificação consigo-mesmo**. O mesmo é dizer que o desenvolvimento da identidade se faz em direção do que é único e original no indivíduo.

Educar e Aprender. Entretidos pelos seus próprios conflitos identitários, avô e pai invadem o espaço privado de liberdade potencial para o jovem rapaz *escolher-se* e *ir-se-escolhendo*. Afinal, ninguém perguntou ao jovem de que forma queria usar o boné que lhe ofereceram, e qual o instrumento que queria fazer seu...

Não se tratando de uma verdadeira aprendizagem (no sentido de uma aquisição, por assimilação idiossincrática, de conhecimento), os adultos aqui apresentados representam o **estilo educativo rígido e autoritário** (*aprendizagem por obediência*), onde o ensinar é modelado através de uma figura externa que impõe as regras do seu ensino, e onde vontade de ensinar sobrepõe-se à curiosidade por aprender. Como já referido, o espaço para a descoberta genuína e consolidada é totalmente ocupado pelas vontades impositivas dos adultos, sem espaço para o conhecimento advindo da *experiência realizadora*. É o apego aos *mestres do conhecimento*, sem possibilidade para as identificações do próprio se realizarem.

Ao invés, Coimbra de Matos realça que um bom professor não é aquele que ensina bem, mas sim aquele que ajuda a aprender, num estilo educativo que facilita a aprendizagem através da experiência dos implicados no ato de aprender – educador incluído (Matos, 2011b) Trata-se da aprendizagem direta, vivida através de uma experiência relacional, emocional e epistémica, aberta a cogitações novas e sem limites à curiosidade, e onde aprender é conjugado pelo verbo investigar nas primeiras pessoas do singular e do plural: *eu aprendo contigo*.

Metaforicamente ajustada à ideia em causa é o conceito de *função farol*, pensada pelo autor relativamente à função terapêutica, mas que pode ser aqui aplicado relativamente às relações de identificação do desenvolvimento identitário (Matos, 2017b). Para introduzir esta concepção, recordemos brevemente um *farol* do ativismo pelos direitos civis afro-americanos, imerecidamente tão pouco conhecida. Falamos de Ella Josephine Baker (1903-1986), uma neta de escravos que, desde meados da década de 1930, fundou, e dinamizou durante mais de meio século, diversas associações e múltiplos encontros pela defesa dos direitos da comunidade negra, embora sempre recusando o protagonismo da sua notável e determinante contribuição (Moye, 2013; Scelfo, 2017; Tutashinda, 2010). Relembramos a sua extraordinária história, pois ao invés de realizar um ativismo mais diretivo (à data mais convencional), “Mama Baker” conquistou a confiança comunitária ao defender, e encorajar, o envolvimento das pessoas na procura de soluções para os seus problemas sociais, dado acreditar que cada qual merecia a oportunidade de tomar as rédeas da liderança na mudança das suas vidas (Elliott, 1996; Moye, 2013; Tutashinda, 2010). Como referiu, “pessoas fortes não precisam de líderes fortes” (Moye, 2013, p. 2).

Ora, mais do que uma simples curiosidade histórica, foi o facto de que entre as muitas pessoas que habitualmente participavam nestas conferências, encontrava-se uma anónima costureira do estado do Alabama, de seu nome Rosa Parks, que – segundo a própria – foi profundamente influenciada por estes encontros (Elliott, 1996; Scelfo, 2017). Pouco tempo depois, em 1955, Parks assinou o seu nome nos livros da história moderna norte-americana ao recusar ceder o seu lugar no autocarro, gesto de resultados sísmicos que desencadeou os quinze dias de boicote aos autocarros de Montgomery (primeiro grande movimento de sublevação social contra a discriminação racial no país), e foi o epicentro de uma mudança que teve, por sua vez, repercussões determinantes para o início da luta pelos direitos civis que marcou a década de 1960. Culminou, anos mais tarde, numa das maiores conquistas dos direitos civis do século XX: o fim da segregação racial nos Estados Unidos da América. (Elliott, 1996; Moye, 2013; Scelfo, 2017).

Ao conjunto dos encontros em que Rosa Parks participou, Baker deu um título que condensa todo o seu ativismo: “Give light and people will find the way” [“Transmite luz e as pessoas encontrarão o caminho”] (Moye, 2013, p. 62). Conforme a História nos veio provar, parece que tinha razão.

Como nos assinala a *luz* de Ella Baker, e como defende Coimbra de Matos (2017b), a *função farol* não é, assim, a função de um mestre a seguir pela reprodução de pensamentos ou personalidades gemelares, já construídos e desprovidos de originalidade própria. Como o próprio termo indica, a função farol não é um ponto de referência no mapa de um destino pré-traçado, antes cumpre uma *função*: a de um farol no caminho que ilumina o percurso do caminhante, mas não o faz por ele. Ao não se constituir como referência, mas antes como catalisador, a função farol não encaminha: possibilita. Nas palavras do autor (2017b), e enquanto instrumento da relação analítica, a função farol “ilumina o campo de modo a que o analisando descubra o caminho para o seu destino (...) até que o *self* autêntico adquira força, consistência e capacidade de auto-sustentação para voar sozinho e em relação com o mundo de todas as coisas, seres e pensamentos”. E como toda a chama que, na escuridão, irradia a sua luz, possibilita a saída *iluminada* para a exploração do desconhecido. Assim, a função farol não trata de apontar para caminhos fechados ao explicar o já antes percebido, mas ao invés, estimula a indagação catalisadora que permite a descoberta: a nova, a do próprio, e a do futuro – aquela que o próprio tem por trilhar, portanto.

Sintetizando, esta outra aprendizagem de que falamos é ritmada na pauta da modelagem resulta do ensaio em improvisação que é a experiência de determinação através da **experiência de libertação relacional**. Esta *outra música* possibilitaria ao jovem a oportunidade de realizar – e se realizar – em construção idiomórfica: com oportunidade de pensar, e se pensar, à sua maneira, e não à maneira do outro (identificação alotriomórfica) ou segundo o molde por este atribuído (identificação imagóico-imagética). Pois, “pensar ou não pensar, eis a decisão que distingue o homem de cultura do mecânico da erudição” (Matos, 2007c, p. 49).

A Liberdade nas dimensões do espaço/tempo relacional. Se mortificante é a repetição, pela morte que impõe ao dinamismo natural de todas as coisas, eis que, no meio deste confronto explícito de afirmações identitárias veementes e sem saída, e na implícita posição passiva em que se encontra remetido (face à imposição excessiva de que era refém), é uma *grande estrela* que chega, inesperada e repentinamente. É uma *nova estrela* que cai com estrondo e abalo no chão de

que se fazia o rapaz, e irrompe aqueles que eram os curtos horizontes, precetivos e percetivos, nos quais se formava. É o *novo* que brota, à espera de ser colhido.

De queixo caído, é nos seus olhos que nasce o brilho do fascínio criador, pela chama da curiosidade e entusiasmo próprios da infância e da adolescência salubres (e porque não, também, do adulto saudável).

Afinal, o essencial é visível aos olhos.

Na realidade, esta brilhante estrela é na Lua que irrompe, mas é dentro do jovem que desperta a centelha criadora. Se nos arriscarmos no passo imaginativo de considerar as estrelas como representações de objetos identificativos, vemos que o chão identificativo em que se fazia este jovem era *varrido/arrumado* no quadro da disposição dos adultos. Esta grande estrela poderia ser assim ser pensada como a sua individualidade por explorar, objeto cintilante que já vimos que o avô e o pai *não conseguem ver* (olhos fechados), e que, agora se confirma, não possuem *ferramentas* adequadas para o seu manuseio. Assim, esta *grande estrela* poderia representar a grande **porção idio-genética** do jovem: a qual só ele tem ferramentas para manusear, e ao parti-la em muitos pedaços, conseguir fazer a sua integração *dentro de si*.

Contudo, sabemos que no contexto da narrativa, tal só é possível porque a chegada desta grande estrela suspende temporariamente os processos identificatórios em marcha, e suspende a realidade identitária em que se encontrava encerrado. Dá ao nosso jovem o *espaço e tempo de liberdade* que necessitava para também ele e como esta estrela, fazer algo novo, e *fazer-se de novo*.

Ao novo desafio que representa esta grande estrela, os modelos de referência não conseguem trazer uma resposta adequada: afinal, a continuidade da repetição dá-se mal com tudo o que se apresenta como *novo*. Interrompido o padrão de relação referencial, com a possibilidade de uma nova relação com os outros, emerge a possibilidade de uma nova relação *consigo-mesmo*; tal faz jus à correspondência, já salientada, do continuum relação-identificação-identidade. Uma nova oportunidade de fazer, de ao fazer aprender, e de ao aprender ser: do *arriscar fazer*, para o *arriscar ser*, numa criação que é expressão de *si*.

Consideramos este ponto fundamental. Se agora, e ao jeito de Eduardo Galeano, colocarmos um olho no microscópio e outro no telescópio, e desenharmos um olhar panorâmico pela teoria apresentada e pelo conjunto do pensamento do autor, observamos que uma *ideia-chave* trespassa toda a sua conceção teórico-clínica. Falamos do conceito de **liberdade**, que consideramos estar na génese da construção identitária segundo Coimbra de Matos. Em termos do desenvolvimento, a

liberdade, tal como é entendida na obra do autor, nasce pelo reconhecimento e assunção da sua intencionalidade pelos processos autognósticos⁹, e representa, no contexto específico da construção identitária, a possibilidade de escolha de *quem se é*, e de *quem se deseja ser* (Matos, 2002i). Se vimos que a intencionalidade é a bússola que orienta este caminho, a liberdade representa a possibilidade de poder, ou não, o fazer.

Sem liberdade, sou o que não pude escolher ser.

Ainda sobre a liberdade, e referente a um ponto perfeitamente ilustrado nesta animação, é considerando o peso constitutivo das identificações que verificamos que o autor retrata uma construção do Eu, na qual a liberdade pessoal (indivíduo poder escolher) nasce *da e com* a liberdade relacional (objeto identificativo deixar escolher). Neste sentido, para que o indivíduo se faça a partir dele mesmo, é preciso que o Outro relacional tenha deixado que o próprio se faça a partir de si. As identificações patogénicas são paradigmáticas deste postulado, uma vez que ao dificultarem e/ou impedirem a construção do Eu de modo *idiomórfico*, são identificações opressoras, de uma identidade oprimida: impõem ao sujeito uma identidade, ao invés de o auxiliarem na liberdade de se poder escolher. Com o locus da decisão na intencionalidade do Outro, a identidade do indivíduo é uma *bússola sem o (seu) Norte*.

Uma vez que também depende das suas circunstâncias relacionais, temos assim um conceito paradoxal de liberdade, enquanto intrinsecamente individual e eminentemente relacional. Tal como nas considerações acerca do eixo *interno-externo*, este enquadramento da liberdade aponta o seu papel complexo enquanto mediadora qualitativa da intrincada relação do Outro consigo-mesmo. Um exemplo paradigmático desta mediação, foi quando referimos que, no decorrer do *processo alo-assimilativo*, o indivíduo vai particularizando os seus modelos identitários, permitindo ao próprio *ir-se constituindo* a partir suas escolhas identificativas.

Parafraseando o aforismo sartreano, “o essencial não é aquilo que se fez do homem, mas sim aquilo que ele fez daquilo que fizeram dele” (Sartre, 1957 cit. por Schneider, 2006, p. 300) temos, com Coimbra de Matos, uma construção identitária que não equaciona apenas o que *os outros fizeram do indivíduo*, mas o que *o indivíduo fez de si com os outros que escolheu*. Eduardo Galeano bem nos dizia que “ao fim e ao cabo, somos o que fazemos para mudar aquilo que somos”.

⁹ Conferir *Capítulo II – Construção da identidade pelo processo auto-assimilativo*

Vemos como Coimbra de Matos atribui uma posição central à liberdade constitutiva da construção identitária do indivíduo, pese embora esta seja uma liberdade cercada de determinações – nomeadamente, identificativas –, que se joga, justamente, no Eu, no Outro, e entre os dois. O autor oferece-nos a visão de um indivíduo que constrói a sua identidade, condicionado pelas oportunidades relacionais que encontra, mas que encerra em si a possibilidade de ao *escolher e escolher-se*, não se encontrar *já escolhido*, num lugar passivo e determinado, pela função mediadora que ocupa no seio da relação *Eu-Outro*, totaliza a construção identitária ao reuni-la neste todo de que é feita a identidade.

Concluindo, é a partir destas ponderações sobre a liberdade a partir do posicionamento teórico de autor, que poderemos agora definir a liberdade identitária como *poder ser e/ou poder vir-a-ser*, onde o verbo *poder* condensa aqui o triplo sentido em que se joga a liberdade: em termos de possibilidade (*é possível ser*), de capacidade (*posso ser*), e de intencionalidade (*posso querer ser*). É nesta concretização tripla da liberdade, sem descorar a *fundamental* facilitação que permite, que a liberdade relacional *possibilita* a emergência da verdade identitária; posto que *em* liberdade, a identidade emerge naturalmente: *acontece* (Anexo I).

Esta ideia é bem expressa a partir de um pensamento do filósofo Richard Rorty (1988) “toma conta da liberdade, e a verdade tomará conta de si própria” que, de forma feliz, Coimbra de Matos (2017, p. 134), adapta ao encontro terapêutico: “se o analista cuidar da liberdade do paciente, este cuidará de encontrar e desenvolver a sua verdade” (Anexo I). Numa adaptação menos feliz, pese embora contextualizada à presente investigação: cuida da tua liberdade e a do Outro, que ambos cuidarão de encontrar e desenvolver as suas identidades.

Pois, se como vimos, que mais é a identidade, senão a verdade da natureza sujeito?

A criatividade de na Lua de estrelas criar a Liberdade. Com este ânimo de vida dentro dele, o instinto criativo dá o golpe de asa da genialidade, e o jovem acaba por encontrar uma solução – a *sua* solução – para a grande estrela, tendo agora espaço para sonhar, e para fazer uso da sua própria criatividade. Sabemos, agora, que a estrela grande que irrompe no chão da Lua, é a própria idiomorfia do Bambino que se impõe às imposições que constituíam o chão relacional.

Curioso verificar que é somente no momento em que o jovem parte a estrela, que vemos pela primeira vez os olhos – estupefactos e bem arregalados – dos adultos. Agora sim, **conseguem ver** o *Bambino*, numa *identificação-reconhecimento* que lhes permite agora apreciar a sua

identidade. Caso para citar Gilbert K. Chesterton, quando afirmou que “mundo nunca morrerá de fome por falta de maravilhas; mas apenas por falta de admiração”.

Da passividade mediante o Outro, para a afirmação de si (a partir de si, e não pela oposição face ao Outro), assistimos ao percurso da mudança de objeto e objetivo: da *completação* (lugar na economia do Outro), passando pela *complementaridade da proteção* (ambivalência do lugar identificativo), para a *iniciativa criadora* (solução idiomórfica), onde o *Bambino* se apropria de si mesmo ao encontrar a *sua* forma de realizar o ofício familiar (Matos, 2007c). E a meio caminho de dois caminhos fechados de destino traçado, o **rapaz cria um terceiro caminho**: o *seu*, com destino em si. É, de facto, uma nova fase da Lua que emerge no horizonte, uma nova fase do seu desenvolvimento à conquista do homem em devir: a *lua nova* antecipa a seguinte fase lunar, a *lua crescente*, à conquista da *lua cheia*. Como vimos, são estes os **ciclos de formação e transformação** pelos quais se totaliza a construção identitária.

Aprofundando a útil metáfora astrofísica, se pensarmos o jovem como um pequeno planeta neste sistema solar, esta é a epopeia de um jovem rapaz preso às imponentes forças gravitacionais de um processo identificatório difícil de escapatória, onde dois pesados corpos estelares competem e forçam a gravitação em torno deles. Preso nas leis da gravidade, de um caminho elíptico sem saída, é o jovem que sai desta trajetória e das lógicas newtonianas do funcionamento mecânico do universo, graças ao mistério quântico da criatividade singular imanente a cada um.

Onde o pai parece ter-se construído na *identificação ao negativo* – diferente do pai dele, mas reflexo negativo deste, e girando à volta do mesmo – tal como a Lua do Sol, o nosso jovem encontra-se, inicialmente, bem pequeno mediante a gravidade destes dois corpos celestes. É a partir de si que encontra o *seu* lugar identificatório, um lugar no universo onde verdadeiramente pode plantar na Terra o *seu* Eu consolidado, para aí poder nascer vida. A *sua* vida.

Com a sua conquista, é o nosso *Bambino* que nos ensina um último aspecto fundamental na formação da identidade. Se, como referido, a determinação pessoal na construção do próprio é contextualizada nos termos da relação interpessoal em função do seu carácter facilitador (liberdade identitária proporcionada pelo ambiente), tal não implica que a liberdade mais determinante ao percurso identitário é a **liberdade conquistada pelo próprio**. Consideramos este princípio o fulcro da visão de Coimbra de Matos sobre a determinação da identidade: se o indivíduo é tão *alo-*determinado como *auto-*determinado, a determinação última – e mais importante – pertence ao exercício de liberdade de escolha do próprio indivíduo. Precisamente, é na sequência desta ideia

que o autor nos refere a preponderância do *empoderamento ativo* (assunção dos direitos do próprio, pelo próprio) sobre o *empoderamento passivo* (assunção dos direitos do próprio, por atribuição do meio), uma vez que a afirmação identitária é mais constitutiva do que assunção por permissão ou facilitação relacional (Anexo II). Reside aqui a diferença entre o agir reativo (“deixam-me zangar”) e o agir ativo (“tenho direito a zangar-me”), entre uma construção identitária por adaptação ao meio (*adaptação aloplástica*) e, outra, que adapta o meio a si, contribuindo ativamente na sua edificação (*adaptação autoplástica*). Se esta liberdade pessoal tem mais força constitutiva do que a liberdade providenciada pelo meio, já como nos mostra o jovem, também tem outro sabor...

Partilhando com o *Bambino* o encanto de ter encontrado *a sua grande estrela* – qual Ulisses chegado a Ítaca –, também nós nos encontramos entusiasmados por termos caminhado nas rotas desta *circum-navegação*. Esta viagem, permitiu-nos percorrer um dos mais importantes trajetos do desenvolvimento pessoal de todo aquele que realiza os percursos da epopeia que é fazer-se pessoa: a **co-construção identitária**. Por outras palavras, o adolescente, agora verdadeiro *adulto-nascente*, em formação.

Ou, *La Luna: uma circum-navegação pela alvorada da identidade adulto-nascente*.

Conclusão

“Facilitou-me a ser aquele que sempre fui”

(João dos Santos)

Feita a viagem, eis que nos encontramos chegados a um novo porto. Cabe-nos desembarcar, e analisarmos o percurso que fizemos, e nos *fez*.

Mas este lugar é tanto porto de chegada, como ponto de partida. A meio caminho de tantos outros, armemos a fisga que trazemos no bolso detrás, e façamos da retrospeção uma prospeção.

1. A dança identitária, no palco das relações, em três Atos de criação

O modelo de construção identitária proposto por Coimbra de Matos apresenta-nos uma perspetiva desenvolvimental e relacional da formação da identidade. Nesta perspetiva, a identidade não é: *faz-se*. Mas também é o que *se fez* e *de que(m) foi feito*, e, a bem dizer, nunca se deixará de *fazer*.

É em torno de três linhas de orientação individual e relacional que se concretiza este *fazer*, enquanto desenvolvimento harmónico da maturação afetiva e organização expansiva da personalidade. Segue o percurso: da ligação anaclítica primária (relação de apego em que o indivíduo obtém, em primeiro lugar, a proteção e o apoio necessários a todo o processo maturativo); passando pela série enumerada de operações identificativas que o indivíduo (re)produz no contacto com o Outro; até chegar ao lugar da satisfação pulsional e relacional, i.e., uma relação capaz de produzir prazer e criar o novo (Matos, 2002k).

Processo complexo e multimodal, conjuga as dimensões intrapsíquicas e interp-síquicas do existir, mas joga-se, sempre, no dinâmico teatro que é o palco relacional (da relação com os outros, e/ou consigo). Apraz-nos dizer que é neste palco da relação que a identidade vai ganhando a sua forma, na dança pendular que cria com o Outro (*identificações*), ora aproximando de si as suas características, ora afastando-se dele para se encontrar a si. Mas sempre, *sempre*, na relação com este Outro, já que o tango não se faz sozinho: *dança-se* acompanhado.

É nesta dança, feita no espaço intersubjetivo em que contracena o Eu e o Outro, que se constrói a identidade, pelo jogo de espelhos (*identificação*) e projetos (o *projetado*; e o *projeto-sonho*) que é fazer-se à imagem do Outro, e à imagem de si. Dá-se a mão, acerta-se o passo, e em conjunto se cria o movimento que se organiza nos três Atos de criação que compõem a peça do

desenvolvimento identitário: Ato 1 – “Ser o Outro” (*identificação imagóico-imagética*); Ato 2 – “Ser como o Outro/ Ser como parte do Outro” (*identificação primária/secundária da identificação alotriomórfica*); e Ato 3 – “Ser com o Outro” (*identificação idiomórfica*).

A diferença entre alguns destes Atos poderá parecer uma minudência, mas não se engane o leitor quanto ao que representa – individualmente, e no conjunto da trama – cada formulação. Nos diferentes Atos, o *ser* dança com o Outro a passos, e a ritmos, diferentes. O posicionamento de um e de outro evolui, e dá ao conjunto do movimento o desenho que o define. Da indiferenciação face ao Outro, onde se *é* o que Outro possibilita/deseja que se *seja* (“*Ser o Outro*”), para se *ser* à imagem do Outro (“*Ser como o Outro*”), e chegando à diferenciação que possibilita a verdadeira relação (“*Ser com o Outro*”). É a coexistência identitária (ser que existe-com), a partir de uma dança onde um *é* aquilo que o Outro vê, passando por uma dança onde se *é* aquilo que se deseja no Outro, até se poder olhar nos olhos um do outro.

Dançar olhos-nos-olhos, numa dança complementar, mas insaturada por graus de liberdade e de diferenciação que é o “cadinho próprio da vera criação” (Matos, 2007c, p. 47), acrescentaria Coimbra de Matos, que assim configura a identidade como um modo de relação com o Outro.

Cresemos a olharmo-nos nos olhos dos outros, mas a partir do nosso olhar. Pela dança de olhares, *fazemos* o nós, e *criamos* o Eu.

2. Locus e referência. Precessão e primazia

Percebemos a dança, percebemos os passos. Começamos por conhecer a identidade que vive na *ponta do nosso dedo*¹⁰, e aqui chegados, podemos ver os passos específicos que percorre a identidade no dedo esticado da identificação.

Neste dedo que aponta à realidade, e liga sujeito a objeto, conhecimento a reconhecimento, e interno a externo, vemos que o processo identificativo se forma na base de um *locus* (lugar de origem) e de uma *referência* (lugar de destino). Por outras palavras, a identificação parte sempre de um lugar, justamente, no processo de identificação com/a outro lugar.

Nesta configuração, podemos sintetizar as três modalidades identificativas apresentadas por Coimbra de Matos, como sendo: de locus externo e referência externa (identificação imagóico-imagética); de locus interno e referência externa (identificação alotriomórfica); e de locus e

¹⁰ Conferir *Capítulo I – 3. A identidade na ponta do dedo* (p. 7)

referência internos (identificação idiomórfica). Em texto corrido, se a identificação imagóico-imagética é uma identificação incitada/forçada pelo Outro, e com referência nele, já a identificação alotriomórfica é um processo que parte do sujeito, em direção ao objeto pelo qual se identifica. Claro é que a identificação idiomórfica parte do próprio sujeito, tomado por objeto do seu próprio (re)conhecimento.

Em *locus e referência* vemos, então, a natureza intrínseca de cada processo de identificação: a identificação imagóico-imagética mais não é do que um condicionamento, indução e/ou imposição à identidade do sujeito; a identificação alotriomórfica uma cópia do Outro que o sujeito faz na sua construção da sua identidade (de forma mais ou menos seletiva); e a identificação idiomórfica é original. À precessão da primeira, o autor reafirma a primazia desta última; pois o que seria da identidade se não fosse original?

3. A co-construção identitária: um contributo, *verdadeiramente*, original

Como vimos, Coimbra de Matos configura um indivíduo que é ator principal da relação pela qual *se faz*. Pois, conforme referimos: é uma criatura *da* relação, criado *para* a relação, e *criador* da relação que o cria, sempre *na* e *pela* relação dialética e dialógica com o Outro. Mesmo em construção idiomórfica, o processo não tem fim nem finalidade no próprio, pois que almeja o encontro relacional *olhos-nos-olhos*.

É desta forma que consideramos que autor apresenta um desenvolvimento original face ao proposto pela psicanálise clássica. À configuração da teoria psicanalítica clássica da construção identitária pela *identificação ao modelo* (pelas figuras de identificação), Coimbra de Matos identifica as suas limitações conceptuais, ampliando o paradigma da construção identitária: a teorização que propõe, integra a identificação ao modelo na sua conceção de identificação alotriomórfica, mas introduz os conceitos originais de identificação imagóico-imagética e, sobretudo, de identificação idiomórfica.

Consideramos que esta inovação teórica veio recolocar o indivíduo no seu devido lugar ontológico, e resolver uma contradição conceptual e etiológica importante. Se, como vimos no Capítulo I, o conceito etimológico de *identidade* remete para a ideia “daquele que é o mesmo” – e, portanto, único pela diferença que marca com todos os demais –, já a *identificação ao modelo* não tem em conta esta diferenciação constitutiva. Ora, se considerarmos o próprio como um ser exclusivamente feito a partir do Outro, onde está, justamente, aquilo que lhe é *próprio*? Nesta conceção, a identidade aparece apenas como um precipitado do Outro, mais tarde reconhecido

pelo próprio. Pois, se identidade se define como aquilo que lhe é único, original e individual, das duas, uma: ou a concepção de um indivíduo sem uma verdadeira identidade; ou teremos de utilizar outro conceito para nos referirmos aquilo que designamos por identidade do indivíduo.

Este ponto é bem saliente pelo desafio de análise que nos evoca esta animação: como poderíamos, a partir dos modelos clássicos, compreender a afirmação da identidade do Bambino, se esta não passa pela identificação ao(s) Outro(s)?

Por, como vimos no Capítulo II, ter em conta os processos auto-assimilativos de construção da identidade – e, portanto, *próprios* ao próprio –, o modelo aqui apresentado resolve esta contradição conceptual: a identidade é construída não só na relação com o Outro, mas sobretudo *consigo-mesmo na relação com o outro*. Ao apresentar-nos um Homem que não é só passivo das suas determinações, mas que se esculpe pela intencionalidade da sua ação transformadora, devolve a originalidade diferenciadora do próprio indivíduo, pois que capaz de se individualizar. O conceito intrínseco da *identidade*, enquanto *mesmidade*, é então respeitado: onde a primeira identificação é *originária* (identificação imagóico-imagética), a segunda é *original* (identificação idiomórfica); tanto para a construção identitária do indivíduo, quanto no conjunto da teoria psicanalítica. Coimbra de Matos apresenta-nos, assim, um contributo, *verdadeiramente*, original, englobando uma *co-construção* identitária que integra o Eu e o Outro.

4. Do Big-bang se fez o universo. Até se refazer em novo Big-Bang

Às condições iniciais a partir das quais se origina todos este processo de formação do Eu, o autor atribui uma grande importância: delas irão depender a natureza e qualidade das fases subsequentes. Como vimos, as identificações imagóico-imagéticas, sobretudo na sua vertente imagóica, são originárias do núcleo identitário, perene e profundo lugar do sentido de si (Matos, 2002i). Ora, se considerarmos como verdadeiro o axioma de que a experiência é delimitada pelos horizontes a partir dos quais que se forma, a indubitabilidade do correlato de que as experiências iniciais têm um papel *pré-formatador* no enquadramento das experiências subsequentes torna-se evidente, pois é a partir das primeiras que se estabelecem os limites percetuais a partir das quais se veem as ulteriores.

Extrapolando o argumento, e enquadrando-o num exemplo paradigmático, é o que refere o autor quando afirma que, se tivermos uns pais que se chateiam bastante pela sujidade feita pelo seu bebé ao comer as primeiras papas, e por isso impõem muitas regras, este bebé terá mais condições de vir a ser um bebé mais submisso. Por contraste, pais mais tolerantes a este bebé, que

deixem que a criança faça a sua experiência de comer a papa, e aprenda com ela, tem mais condições para ser um bebé mais aventureiro nas suas inquisições pela realidade (Anexo II). A oposição destes dois exemplos, vem ditar que ao experimentar uma relação mais rígida com os pais, a criança terá mais condições para ter uma relação rígida com a realidade. E o contrário será verdade.

Contudo, não compreendemos esta asserção como um paradigma de linearidades, pois a tecelagem das relacionalidades troca as voltas a qualquer casuística. Antes, assinala o lugar constitutivo das primeiras relações, por a partir delas se ir organizando a dialética com a realidade. Como no caos determinístico, são as condições iniciais a partir das quais atua o feixe de complexidades que organiza o universo precetivo da experiência do real, e de si. Afinal, não se nasce sempre *de*, ou *com*, algum lugar? Até para se ir a *novo* lugar, vem-se sempre de *algum lugar*.

O que não implica, claro está, que o lugar de onde vimos determine o lugar para onde vamos: as leis da natureza que imprimem uma direção ao percurso não lhe escolhem o destino. Pelo que aprendemos sobre o modelo de construção identitária proposto pelo autor, que por sua vez fundamenta, e escoa, do paradigma da psicanálise relacional, todos os lugares podem ser *transformados* – formados de novo. Se os lugares do passado não mudam (pertencem ao mundo da facticidade), os lugares do futuro são espaços em aberto (pertencem ao mundo da possibilidade) à espera de serem conquistados. E com um pé na transferência e outro na transformação, se reenquadra no presente de lugares passados, e se (re)cria em relação, os lugares do futuro.

Do Big-Bang pela fâisca interativa dos elementos relacionais, se compõe o universo de que é feito o Eu. Pela contração e expansão relacional, se refaz permanentemente este Eu, em novos Big-Bang's. Para isso, e como nos mostra o *Bambino*, bastará a simples boa-nova da chegada uma *nova estrela*, na qualquer Lua em que nos encontremos.

5. Nascemos à procura de (*quem nos dê*) um lugar no mundo

Uma última questão. Perguntámos sempre o *como?*, ao questionarmos a forma como se faz a construção identitária. Não nos limitemos à resposta encontrada, e espreitemos um pouco do *porquê?*, i.e., por que razão haveria de se constituir, a identidade, *desta maneira?*

Ao considerarmos a construção da identidade tal como formulada na presente investigação, onde a “identidade é o produto, mais ou menos estável, de uma ou várias operações – as tarefas identificatórias” (Matos, 2002i, p. 215) perguntámo-nos qual poderia ser a razão por detrás dos

processos identificativos precoces. De forma esquemática, qual seria o racional da função ($f(x)=i$), por detrás dos elementos ($x=identificações$), que explicam o resultado ($i=identidade$). Justamente:

Partamos da ideia de sabermos perceber a realidade de acordo com os padrões ou modelos internos que dela fomos construindo, na complexa tecelagem que representa o conjunto das relações vividas e experiências realizadas. Criados e criadores do real, a todo o momento lhe pintamos o colorido das paredes em que se nos apresenta as suas diferentes tonalidades. Bastará a experiência de revisitarmos um sítio da infância adorado, e de o descobrirmos bem mais pequeno do como o recordávamos nos espaços do coração, para assim sabermos, por dentro e a partir de fora, como a física da realidade externa muda de acordo com a configuração da nossa geometria interna.

Pois que pensado, então, este Eu relacional, à maneira do *self* fenomenológico – enquanto *próprio-ceptivo* (perspetiva da primeira pessoa), ou centro integrado da experiência a partir do qual o Eu parametriza o mundo –, faz sentido pensá-lo, precisamente, enquanto o ponto de origem (“0”) de um gráfico pelo qual imana e se organiza a sua experiência do mundo (Zahavi, 2008, 2014). Ponto de referenciação, mas também ponto de inserção no mundo, a partir do qual *se é no mundo*.

Ora, tal como o autor pensa a identificação imagóico-imagética, vimos que esta se trata da identificação primeira e primária, no sentido de formar o *núcleo primário do Eu*. Dizíamos, acima, o quanto este Eu, originário, orientava a formação das experiências no sentido de se conhecer as subsequentes a partir das anteriores. Traçando o ponto de interceção que se adivinha entre este *self* fenomenológico e Eu relacional, não será este, então, o importante papel da identificação imagóico-imagética: ajudar a proporcionar um ponto de inserção e referenciação na realidade?

Assim pensada, e fazendo uso do valor visual e representativo da metáfora matemática, poderíamos pensar que esta identificação estabelece os eixos das abcissas (x), ordenadas (y) e perpendicular (z), sobre o qual se pode orientar este Eu inicial (“0”); parâmetros que permitem ao Eu organizar a sua relação com a realidade do mundo, e assim constituir o seu ponto de inserção, e referenciação, no próprio real. Seria, então, o sítio onde nascemos que nos fornece um lugar e tempo a partir do qual realizamos a entrada no mundo, e *somos com o mundo*. Em termos relacionais, e em termos fenomenológicos. Afinal, não é verdade que até o nome *próprio* – dado pelos pais –, é um eixo de auto e hétero referenciação, a partir do qual o indivíduo se pode identificar e ser identificado?

Assim nascemos: à procura de um lugar do mundo. Um centro referencial que nos faça, verdadeiramente, *nascer na e para* a realidade (nascimento no útero do simbólico cultural, e

nascimento na própria realidade). É a partir deste lugar de inserção na realidade, que é o lugar de ligação ao Outro, que crescemos na construção de outras referências, perspectivas e horizontes. Se tudo correr pelo melhor: os do próprio.

E eis, pois, a tarefa – também ela hercúlea – que é apresentada ao progenitor, ou adulto, ao atender às necessidades do desenvolvimento identitário harmonioso da criança: *permitir/auxiliar* na identificação da criança a si (ser objeto identificativo *viável/construtivo*), e *facilitar* a identificação da criança consigo mesma (ser objeto *facilitador*). Tarefa árdua, no sentido desta dupla tarefa assentar em princípios dialógicos (antagónica e complementar), e no sentido de se procurar conhecer a criança (*identificá-la*) sem, no entanto, a prender a um lugar prévio de referenciação. Reside aqui a diferença fundamental entre ter curiosidade pela criança ao procurar conhecê-la a partir do que apresenta, ou pelo contrário, insistir em definir a criança em função de uma grelha de leitura independente da *substância* que apresenta (identidade não encontrada/construída, mas atribuída). É, ainda, como vimos, a diferença entre o espírito científico, facilitador da descoberta, e a transmissão forçada do dogma relacional.

Tarefa hercúlea, mas não impossível, na condição de assentar em relações constitutivas promotoras da expressão autêntica do *self*, i.e., assentes no reconhecimento, aos olhos dos pais, daquilo que a criança (e futuro adulto) possui de único e exclusivo; por definição, um reconhecimento dirigido à sua diferença constitutiva, e complementaridade afetiva. Finalmente, tarefa árdua, mas não impossível, na condição de existirem capacidades relacionais, nos próprios pais, propícias à realização simultânea de dar um berço afetivo-relacional à criança, a partir do qual possa crescer – lugar de início que marca a sua inscrição na filiação e ancoragem ao real (lugar de pertença e da identidade trans-individual) –, e facilitar-lhe, ao sabor do colo da liberdade, a possibilidade de neste berço poder *sonhar quem será*. Ou, a partir da inscrição na filiação, facilitar a criação, *em sonho*, da sua inscrição na existência. Afinal, é essencialmente desta matéria que é feito o berço no *útero mental* do analista (Matos, 2007c).

Nascemos, porquanto, à procura de (*quem nos dê*) um lugar no mundo; e crescemos a partir de quem nos ajuda a criar o nosso lugar. Pelo meio deste *quem*, que é o objeto da identificação, chegamos à nossa resposta: explicada está o *porquê* da função do processo de identificação.

Terminando, apenas um desejo: que possamos todos ter a arte e o engenho do nosso herói *Bambino*, e ao *virar o chapéu* sonharmos fazer das luas novas, luas crescentes; a fim criarmos o nosso lugar na *lua cheia*.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. V. de. (2005). Identidade. Em *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (3.^a ed., Vol. 3, p. 364). Verbo.
- Barbosa, H. (1985a). Alotriomórfico. Em *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1.^a ed., Vol. 1, p. 166). Círculo de Leitores.
- Barbosa, H. (1985b). Idiomorfo. Em *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1.^a ed., Vol. 1, p. 1240). Círculo de Leitores.
- Barbosa, M. (1998). A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 18(3), 2–13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000300002>
- Batra, S. (1994). The Psychological Development of Children: Implications for Education and Society - Erik Erikson in context. *Contemporary Education Dialogue*, 10(2), 249–278. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0973184913485014>
- Beck, J. (2012). *Oscar Focus: Enrico Casarosa Talks “La Luna”*. Cartoon Brew. <https://www.cartoonbrew.com/cgi/oscar-focus-enrico-casarosa-on-la-luna-56410.html>
- Calvino, I. (2009). *Todas as Cosmicómicas* (1.^a ed.). Editorial Teorema.
- Camões, L. (2017). Canto IV - O Velho do Restelo. Em *Os Lusíadas*. Mogul Edições Clássicas.
- Casarosa, E. (2012). La Luna. Em *Pixar Short Films Collection* (Vol. 2). Pixar Animation Studios.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1999a). Autognose. Em *Dicionário da Língua Portuguesa* (8.^a ed., p. 188). Porto Editora.

- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1999b). Complexo. Em *Dicionário da Língua Portuguesa* (8.^a ed., p. 392). Porto Editora.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1999c). Identidade. Em *Dicionário da Língua Portuguesa* (8.^a ed., p. 895). Porto Editora.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1999d). Identificação. Em *Dicionário da Língua Portuguesa* (8.^a ed., p. 895). Porto Editora.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1999e). Idiomórfico. Em *Dicionário da Língua Portuguesa* (8.^a ed., p. 896). Porto Editora.
- Cunha, A. G. (2010). Idem. Em *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (4.^a ed., p. 347). Lexikon Editora.
- Dias, J. R. (1970). Identidade. Em *Enciclopédia Lusa-Brasileira de Cultura* (1.^a ed., Vol. 10, p. 813). Editorial Verbo.
- dos Santos, J. (1970). Identificação. Em *Enciclopédia Lusa-Brasileira de Cultura* (1.^a ed., Vol. 10, p. 815). Editorial Verbo.
- Elliott, A. (1996). Ella Baker: Free Agent in the Civil Rights Movement. *Journal of Black Studies*, 26(5), 593–603. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/002193479602600505>
- Estrada, A. (2009). Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. *Akrópolis*, 17(2), 85–90. <https://doi.org/https://doi.org/10.25110/akropolis.v17i2.2812>
- Frosh, S. (2010). Psychoanalytic perspectives on identity: From ego to ethics. Em M. Wetherell & C. Mohanty (Eds.), *The SAGE Handbook of Identities* (pp. 29–44). Sage Publications.
- Gaffiot, F., & Gréco, G. (2016). Idem. Em *Dictionnaire Latin-Français: Le Grand Gaffiot* (1.^a ed., p. 680). Hachette.

- Galván, G., & Amiralian, M. (2009). Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. *Aletheia*, 30, 50–58. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n30/n30a05.pdf>
- Kirchner, R. (2016). A analítica existencial heideggeriana: um modo original de compreender o ser humano. Em *Revista do Nufén: Phenomenology and Interdisciplinarity* (Vol. 8, Número 2). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912016000200009
- Knudsen, N. K. (2020). Heidegger and the genesis of social ontology: Mitwelt, Mitsein, and the problem of other people. *European Journal of Philosophy*, 28(3), 723–739. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ejop.12517>
- Lacan, J. (2003). *O seminário, Livro 9 - A identificação*. Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (4.^a ed.). Martins Fontes.
- Macedo, L., & Silveira, A. (2012). Self: Um conceito em desenvolvimento. *Paidéia*, 22(52), 281–289. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200014>
- Matos, A. C. (2001a). Personalidade depressiva e depressão. Em A. C. Matos (Ed.), *A Depressão: episódios de um percurso em busca do seu sentido* (1.^a ed., pp. 106–122). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2001b). Sobre a patogenia da depressão. Em A. C. Matos (Ed.), *A Depressão: episódios de um percurso em busca do seu sentido* (1.^a ed., pp. 38–40). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002a). A extensão da identidade. Em A. C. Matos (Ed.), *O Desespero: quem da depressão* (1.^a ed., pp. 181–189). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002b). A identificação. Em A. C. Matos (Ed.), *Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica* (1.^a ed., pp. 88–91). Climepsi Editores.

- Matos, A. C. (2002c). A propósito da identificação com o agressor. Em A. C. Matos (Ed.), *O Desespero: alguém da depressão* (1.^a ed., pp. 257–260). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002d). Construção da identidade sexual. Em A. C. Matos (Ed.), *Adolescência: o triunfo do pensamento e a descoberta do amor* (1.^a ed., pp. 225–230). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002e). Crise da juventude e identidade. Em A. C. Matos (Ed.), *Adolescência: O Triunfo do Pensamento e a Descoberta do Amor* (1.^a ed., pp. 83–84). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002f). Notas sobre a identificação. Em A. C. Matos (Ed.), *O Desespero: alguém da depressão* (1.^a ed., pp. 199–201). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002g). O Eu e a identidade. Em A. C. Matos (Ed.), *O Desespero: alguém da depressão* (1.^a ed., pp. 241–243). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002h). O normal e o patológico na adolescência. Em A. C. Matos (Ed.), *Adolescência: o triunfo do pensamento e a descoberta do amor* (1.^a ed., pp. 131–136). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002i). Percursos da identidade: Processos transformadores. Em A. C. Matos (Ed.), *Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica* (1.^a ed., pp. 215–224). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002j). Sobre a identificação. Em A. C. Matos (Ed.), *Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica* (1.^a ed., pp. 136–137). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002k). Sobre o defeito de identificação. Em A. C. Matos (Ed.), *O Desespero: alguém da depressão* (1.^a ed., pp. 265–266). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2007a). A adolescência como crescimento necessário. Em A. C. Matos (Ed.), *Vária: existo porque fui amado* (1.^a ed., p. 111). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2007b). Farol da vida. Em A. C. Matos (Ed.), *Vária: existo porque fui amado* (1.^a

- ed., pp. 127–128). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2007c). Para que serve uma psicanálise hoje? *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 27(2), 46–50. <https://www.spppsicanalise.pt/produto/revista-portuguesa-de-psicanalise-vol-27-2/>
- Matos, A. C. (2011a). A propósito de Antero. Em A. C. Matos (Ed.), *Relação de Qualidade: penso em ti* (1.ª ed., pp. 267–280). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2011b). Educar/Analisar. Em A. C. Matos (Ed.), *Relação de Qualidade: penso em ti* (1.ª ed., pp. 30–39). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2017a). Bonding e resiliência. Em A. C. Matos (Ed.), *Nova Relação* (1.ª ed., pp. 277–286). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2017b). Emancipação do paciente. Em A. C. Matos (Ed.), *Nova Relação* (1.ª ed., pp. 155–164). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2017c). Nova relação e psicanálise relacional. Em A. C. Matos (Ed.), *Nova Relação* (1.ª ed., pp. 375–378). Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2019). Identidade de género e identidade sexual. Em A. C. Matos (Ed.), *Laço de Seda: mente de diamante* (1.ª ed., pp. 226–228). Climepsi Editores.
- McAdams, D., & Zapata-Gietl, C. (2015). Three stands of identity development across the human life course. Em *The Oxford Handbook of Identity and Development* (1.ª ed., pp. 81–94). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199936564.013.006>
- Mijolla, A., & Mijolla-Mellor, S. de. (2002). *Psicanálise* (1.ª ed.). Climepsi Editores.
- Milheiro, J. (1985). Identificação – Projecção – Identificação Projectiva. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 1(1), 49–66. <https://www.spppsicanalise.pt/revista-spp/numeros/revista->

- Morin, E. (2008). *Introdução ao Pensamento Complexo* (5.^a ed.). Instituto Piaget.
- Morin, E. (2014). Complex Thinking for a Complex World – About Reductionism, Disjunction and Systemism. *Systema: connecting matter, life, culture and technology*, 2(1), 14–22. <https://www.semanticscholar.org/paper/Complex-Thinking-for-a-Complex-World---About-and-Morin/33a5ee57ed0e8ad88b7c7244a243a9edeabd8a9a>
- Moye, J. T. (2013). *Ella Baker: Community organizer of the Civil Rights Movement* (1.^a ed.). Rowman & Littlefield. <https://rowman.com/ISBN/9781442215665/Ella-Baker-Community-Organizer-of-the-Civil-Rights-Movement>
- Pessoa, F. (1995). *Poesias* (15.^a ed.). Ática.
- Pixar. (2012). *La Luna*. Pixar Animation Studios. <https://www.pixar.com/la-luna>
- Rey-Debove, J., & Rey, A. (2002). Identité. Em *Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française* (Ed. rev., p. 1304). Dictionnaires Le Robert.
- Ricoeur, P. (1995). *Da metafísica à moral*. Edições Piaget.
- Ricoeur, P. (2006). La vida: un relato en busca de narrador. *Ágora - Papeles de Filosofía*, 25(2), 9–22. <https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/1316/Ricoeur.pdf?sequence=1>
- Rome, E. (2012). *Oscar shorts: Pixar takes on new poetic tone with 'La Luna'*. Los Angeles Times. <https://latimesblogs.latimes.com/movies/2012/01/oscars-short-films-pixar-la-luna.html>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). Identificação. Em *Dicionário de Psicanálise* (1.^a ed., p. 363). Zahar.

- Rovelli, C. (2018). *A Ordem do Tempo* (1.^a ed.). Objectiva.
- Scelfo, J. (2017). *On MLK Day, Honor the Mother of the Civil Rights Movement, Too*. Time magazine. <https://time.com/4633460/mlk-day-ella-baker/>
- Schneider, D. (2006). Liberdade e dinâmica psicológica em Sartre. *Natureza Humana*, 8(2), 283–314.
- Silva, F. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 28, 169–195.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010
- Stern, D. (1992). *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Artes Médicas.
- Strike, J. (2011). *Interview with «La Luna» Director Enrico Casarosa*. Animation World Network. <https://www.awn.com/blog/interview-la-luna-director-enrico-casarosa>
- The Academy of Motion Picture Arts and Sciences. (2012). *Nominees for the 84th Academy Awards*. Oscars. <https://www.oscars.org/oscars/ceremonies/2012>
- Tutashinda, K. (2010). The Grassroots Political Philosophy of Ella Baker: Oakland, California Applicability. *Journal of Pan African Studies*, 3(9), 25.
<http://www.jpanafrican.org/docs/vol3no9/3.9GrassrootsPolitical.pdf>
- Zahavi, D. (2008). *Subjectivity and Selfhood: investigating the first-person perspective* (1.^a ed.). The MIT Press: A Bradford Book.
- Zahavi, D. (2014). *Self and Other: exploring subjectivity, empathy and shame* (1.^a ed.). Oxford University Press.

Zimerman, D. E. (2004). *Manual da Técnica Psicanalítica: uma re-visão* (1.^a ed.). Artmed.

Zimerman, D. E. (2012). *Etimologia de Termos Psicanalíticos* (1.^a ed.). Artmed.

ANEXOS

Entrevistas a António Coimbra de Matos

Por razão de António Coimbra de Matos ser um autor português, e alguém com reconhecido entusiasmo para se encontrar e debater com estudantes, resolvemos, por iniciativa nossa, aproveitar a oportunidade de lhe propor um encontro.

Este encontro seria realizado com o formato de uma entrevista académica, enquadrando-se como material de análise que viria, naturalmente, enriquecer a presente investigação. Como tal, esta entrevista serviria os propósitos estabelecidos pela presente investigação, entre estes:

- 1. Apresentar ao autor, in loco, a nossa compreensão dos seus modelos teóricos, com vista a garantir a fidedignidade conceptual da nossa revisão teórica sobre a sua teoria;*
- 2. Clarificar, com o autor, certas dúvidas teóricas decorrentes da análise da sua obra;*
- 3. Apresentar e discutir, com o autor, elementos da nossa reflexão sobre a sua obra;*
- 4. Apresentar e discutir, com o autor, teorias competitivas e/ou convergentes com a que apresenta, tendo a oportunidade de registar, em documento de investigação, as suas reflexões.*

De bom grado, António Coimbra de Matos acedeu ao nosso pedido, sendo a primeira entrevista realizada, no seu consultório de Lisboa, a 19 de Junho de 2018.

Uma segunda entrevista foi realizada, no mesmo local, a 16 de Outubro de 2018, com intuito de clarificar alguns pontos de reflexão que considerámos não terem sido esclarecidos na primeira entrevista, e com novo propósito de refletir e aprofundar certas questões teóricas que, entretanto, e no decurso da nossa investigação, foram surgindo.

Como não poderia deixar de ser, o seu consentimento informado foi requerido para efeitos de gravação das entrevistas, e de transcrição no presente trabalho, ao que António Coimbra de Matos prontamente anuiu.

Anexo I – 1ª Entrevista a António Coimbra de Matos

Depois de nos termos apresentarmos pessoalmente, e agradecermos a oportunidade e gentileza que António Coimbra de Matos nos agraciou ao proporcionar-nos este encontro, introduzimos ao autor a investigação em causa no presente trabalho (enquadramento académico, temática, método e objetivos).

De seguida, começámos esta entrevista por perguntar ao autor uma questão teórica que emergiu durante a leitura dos seus artigos publicados em livros. Esta dúvida prende-se com o lugar específico da identificação primária e secundária (identificação alotriomórfica) na sua teoria da construção da identidade, a fim de melhor clarificar a relação entre o seu pensamento sobre a construção identitária, e a conceptualização desta na teoria psicanalítica clássica.

Entrevistador (E): No artigo “O Normal e o Patológico na Adolescência”, julgo que do início dos anos 80, o Professor introduz a distinção entre duas formas de construção da identidade, ou dois processos: o processo auto-assimilativo e alo-assimilativo. Em relação a este último, faz referência à identificação primária e secundária. A minha dúvida é como é que pensa estas duas identificações dentro da sua teoria da construção identitária.

António Coimbra de Matos (C.M): Quando falo da identificação alotriomórfica, refiro-me à identificação a um modelo, que é o processo clássico da identificação que Freud descreve. E aí é uma coisa freudiana, o Freud é que descreve uma identificação primária e uma identificação secundária.

A identificação primária é uma coisa muito maciça, quase como que uma imitação, e a identificação secundária já é mais selectiva, menos maciça, e por outro lado na identificação secundária está em causa a sexualidade.

E.: A identificação secundária refere-se também à entrada na cultura? Isto é, à entrada na família humana, não dual e alargada. No grupo, no terceiro?

C.M.: Sim... embora o par é já um grupo, se quisermos assim considerar, mas enfim... fundamentalmente, e em termos freudianos, a entrada na sexualidade, a entrada do terceiro. Enquanto que a identificação primária acontece sobretudo na relação dual, a identificação secundária já é mais a relação triangular.

Eu quando falo de identificação alotriomórfica não estou a pensar nesse terceiro. O que eu digo é que a psicanálise clássica, e a própria psicologia também, quando faz a descrição só descreve a identificação a um modelo, não descreve mais nenhuma. Só descreve esta identificação alotriomórfica, não descreve a identificação imagóica-imagética – que é um conceito meu – nem a identificação idiomórfica. Parte do princípio de que toda a construção identitária é feita por identificação ao modelo.

E.: O que fica muito aquém da complexidade da própria construção identitária, não?

C.M.: Julgo que sim, mas isto são só conceitos. É importante não confundir os conceitos com a realidade. Conceitos são apenas visões teóricas para explicar a realidade.

E.: Claro. E há que ter sempre isso em conta, senão estamos tramados. Mas permita-me que volte à teoria, ou a esta forma de perceber a realidade. Na sua construção, em que considera ontologicamente o homem sempre acompanhado - sempre na relação consigo e com o outro -, onde o eu (identidade) está intimamente ligado com o outro (identificações)...

C.M.: Bom, o homem é um bicho relacional, e, portanto, a relação é uma coisa importante, mas há outro aspecto: o homem tem uma grande actividade auto-reflexiva. O que é quase inexistente nos outros bichos. Reflete, autoanalisa-se.

E.: In-flete, flete para dentro.

C.M.: Não... não é propriamente infletir, é refletir no sentido de rever. Pensa sobre ele próprio: o que é que eu sou, o que é que eu quero. O homem consigo próprio. E está implícito, reflecte-se isso na identificação idiomórfica, que decorre da reflexão que o indivíduo faz sobre as suas experiências, sobre si, sobre a forma como se auto-observa.

E.: E o Professor considera este o processo de identificação “mais nobre”, nas suas palavras?

C.M.: Sem dúvida: o mais importante.

E.: E poderá este ser também o processo de identificação mais determinante, até mais do que, por exemplo, a identificação imagóico-imagética?

C.M.: Depende das situações... Em alguns casos é o mais importante, outros que talvez não. Em todo o caso, é aquele que dá mais especificidades, aquele que define melhor, o mais evoluído. Digamos, por exemplo, num psicótico. Um psicótico tem principalmente a identificação imagóico-imagética. É aquilo que a mãe disse que ele era.

E.: Nessa situação, parece que fica preso a essa identificação da mãe. Quase como que invadido pelo outro e sem espaço para si.

C.M.: Não sei se é bem invadido pelo outro.... Quero dizer, não se autoconstruiu: a mãe disse-lhe que ele era bonito, trata-o como tal, e ele aceita isso.

E.: Fará sentido pensar, ligando agora os seus escritos, quando o Professor fala da projeção identificatória por parte da mãe nesta identificação imagóico-imagética, faz sentido pensar que quando a projeção é muito intensa e disforma a própria realidade – quase que sem consideração com a diferenciação do outro, do bebé –, faz sentido para si pensar que a pessoa fica obstruída no seu desenvolvimento, tomando um pouco o outro o seu lugar identitário

C.M.: Sim, depende muito da relação que se forma, mas o que acontece com esse tipo de mães é que elas não se permitem observar, fazem fantasia, por exemplo, que a criança vai ser um grande músico, e não observam se ela tem sequer jeito para a música. Isto acontece também na vida corrente. Há pessoas que, com certeza conhece, que ficam com a primeira impressão. À primeira aula, dizem logo: gosto muito do Professor, é brilhante! Nunca mais saem daquilo (sorriso). Os outros vão conhecendo o Professor, veem que o Professor afinal não é tão brilhante como pareceu, isto é, vão corrigindo com a realidade. Outros fixam fixados, nas primeiras impressões, etc. Observam menos, reflectem menos.

Por exemplo, eu lembro-me de uma mãe no Centro de Saúde Mental Infantil... foi até a Dra. X que me chamou a atenção porque era um miúdo que era doente dela e que era interessante, e que gostava que eu observasse esse caso. Então eu falei com um miúdo de 3 anos, e então a mãe tinha a ideia de que ele ia ser um grande músico (risos)... e aquilo começou porque quando o miúdo

começou a andar, uma das coisas de que ele gostava era de puxar pelas pontas de uma colcha, então ela achava que ele ia ser pianista... (risos)”

E.: Isso é o que se chama de uma grande associação! (risos)

C.M.: Sim, sim, sim... (risos). Tem mais peso aquilo que ela fantasia, do que a realidade de observar o miúdo.

E.: E uma vez que existe assim uma atribuição identitária tão marcada, fará sentido, nesses casos, falar de uma certa alienação identitária? Uma alienação de si-mesmo?

C.M.: Bom, pode levar, mas pode não levar: depende de muitos fatores, não é?

E.: Claro. E já no terceiro tipo de identificação, a identificação alotriomórfica, qual será o objetivo individual e social deste processo para a formação identitária? Não sei se faz sentido a minha pergunta...

C.M.: Sim... embora não sei se a cultura tem objetivo: são as pessoas é que têm objetivos.

E.: Sim, claro (sorrisos). Mas e qual será o objetivo, em termos desenvolvutivos e para a construção identitária, deste último processo?

C.M.: Sim, mas não sei se a criança que está a crescer tem propriamente esse objetivo. Há pessoas que são mais passivas, e outras mais afirmativas. Há pessoas que vão a um congresso e acreditam em tudo o que diz o conferencista, e outras vão fazendo a sua crítica: “com isto estou de acordo, com isto não...”. Sei lá, se você fosse, por exemplo, cirurgião. Há cirurgiões que copiaram os mestres, e há outras que foram apanhando umas coisas de uns, outras de outros, e outras coisas deles. Coisas que eles próprios ensaiaram. São mais originais, não é? Há pintores que aprenderam com o mestre e imitaram muito o próprio mestre, e há outros que foram mais originais, que se afastaram do mestre.

E.: Claro... Julgo que era o Da Vinci que dizia “lamentável discípulo aquele que não ultrapasse o seu mestre” (sorriso).

C.M.: Sim, sim... (sorriso)

E.: E Professor, voltando um pouco atrás, na identificação fiquei a pensar que porventura pudéssemos pensar estes três processos desta forma: o primeiro, onde pode haver uma projeção é muito forte...

C.M.: Mas há um exagero na utilização do termo projeção. Repare, aquilo não é propriamente projeção: é um processo identificatório, onde elas estão a procurar conhecer aquele filho, o que é que funciona mais a fantasia que elas fazem do que propriamente a realidade.

Por exemplo, você vai com um amigo seu na saída de uma discoteca, está escuro e está pouca gente, você é mais destemido e o seu amigo é mais medroso. Ouve-se um barulho, o seu amigo pensa que foi um assalto. Você pensa que foi uma bomba de carnaval ou...

Isto depende de muitas coisas... Mas depende, fundamentalmente, de uma educação que ensina coisas, e uma outra educação que promove a experiência das pessoas, que as pessoas aprendam. Olhe, se quiser, o processo de Bolonha, que ao fim e ao cabo era isso: no processo antigo era os Professores a darem aulas e os alunos a tomarem notas e a repetirem o Professor, com o processo de Bolonha pretende-se que sejam os alunos a procurar, a explorar, a investigar, e, portanto, ajuda os alunos a aprender.

E.: Uma educação que ensina, outra que ajuda a aprender. Esta última mais idiomórfica?

C.M.: Sim, e mais livre. Mais diferenciador, e isto acho que isto representa um grande progresso ao nível das universidades. E, como sabe, nós aqui em Portugal ainda estamos muito atrasados nisso. Principalmente ao nível do primário e do secundário. Nas universidades estamos ao nível dos outros países. Por exemplo, se aqui ainda dão aulas com carteiras e o Professor lá ao fundo, lá na Finlândia é em roda, estão sentados no chão, ou em pequenos grupos.

Claro que há, endogenamente, bebês que são mais afirmativos. E aqui digo-lhe uma coisa.

A psicologia, a psicanálise, ainda mais, está muito baseada nos autores. Passam a vida a pensar nos autores: o que é que disse o fulano x, o que é que disse o fulo y. O que eu acho é que não se pode ficar no fulano diz isto, fulano acolá diz aquilo. A ciência faz-se com o “aprender com a experiência” como dizia o Bion ou, olhe, o nosso Camões: “o saber de experiência feito”.

Estava-me a lembrar dos dois meus primeiros netos. O primeiro que é um rapaz, que agora tem 30 anos, mas lembro-me dele com a história da chupeta: era um azelho, perdia a chupeta e chorava (risos). Precisava de alguém para lhe meter a chupeta na boca. A irmã, que tem menos 3 anos que ele, era uma artista: com 2 ou 3 meses, perdia a chupeta e acabava por a encontrar (risos).

Quero dizer: há bebés mais exploradores, e há outros mais passivos. Mas depois também vem muito da educação, não é? Há pais que permitem que a criança explore, há outros que lhes ensinam: “não é assim, tens de fazer assim”.

E.: O Professor considera então que na construção da pessoa influencia uma parte mais genética ou fenotípica – da sua génese –, e outra da educação?

C.M.: Sim, sim, do próprio, mais genético. Ela mais exploradora, e ainda hoje o é. Ele é muita mais passivo do que ela... Em todos nós, há fatores que são biogénéticos, principalmente de ordem biológica. E há fatores que são socio-genéticos, da sociedade em geral, dos pais. E há outros fatores que são fundamentalmente idio-genéticos, que têm a ver com a forma como exploramos e compreendemos.

Eu, por hipótese, sei lá... gosto muito de vinhos, o meu pai produzia vinhos e também era um grande apreciador de vinhos, sei lá, talvez a influência da cultura, por influência dele. Ora, eu gosto muito de pintura, o meu pai não tinha qualquer interesse pela pintura, não é? (risos). Lá me interessei, por mim próprio, por outras razões. Portanto há fatores que são principalmente de ordem biológica, há fatores que são principalmente de ordem social, cultural, socio-genéticos, e há fatores que são de ordem pessoal, idio-genéticos: são de génese pessoal.

Costumava dar este exemplo teórico aos alunos. Um determinado miúdo foi para músico, por exemplo, porque a mãe achava que tinha jeito para a música, porque quando fazia assim (sinaliza o bater com o dedo no joelho de forma rítmica) a mãe achava que ele já estava a marcar o ritmo da 9ª sinfonia de Beethoven, e aqui ele construiu-se mais por identificação imagóico-imagética: a mãe induziu-lhe aquela ideia. Pode ter ido para músico porque o pai era maestro, e ele tornou-se violinista, portanto por identificação alotriomórfica. Pode ter ido para músico porque ele próprio, na infantil, começou a perceber que apanhava as canções mais rápido que os amigos: ele próprio percebeu que tinha determinados talentos, e desenvolveu esses talentos. Construiu-se mais por identificação idiomórfica.

E agora posso fazer-lhe esta pergunta: qual será o melhor músico? (sorrisos)

E.: Hum... (sorrisos)

C.M.: Bom, se calhar este último, não é? Porque vem do próprio (risos)

E.: Vem-lhe de dentro.

C.M.: Isso mesmo! Vem-lhe de dentro, próprio dele, e provavelmente aquele que se satisfaz mais. Aliás, o povo diz “está-lhe na massa do sangue”. E aquilo do “via-se logo que ele ia ser aviador, ou malandro”.

E.: Não podia ser outra coisa, não é? Só podia ser aviador....

C.M.: Não podia ser outra coisa! Sim sim...E coisas que nós reparamos, sabe?

Eu, da minha experiência pessoal... O meu pai era capaz de me ver a fazer qualquer coisa, e estava simplesmente a observar. E depois lá dizia: “Épa, não vês que já borraste isso com tinta!”. A minha mãe tremia logo e dizia: “não se faz assim, é assim” (risos). Portanto, impunha as ideias dela. O meu pai assistia às minhas ideias.

E.: E isso é uma grande diferença.

C.M.: Enorme... até me lembro de uma coisa que me irritei. Eu tinha muito jeito para coisas mecânicas, gostava muito de mexer em coisas mecânicas. Aliás, os meus amigos até achavam que eu ia para engenharia, e quando fui para medicina ficaram muito admirados.

Mas na terceira classe, na aldeia, lá resolvi construir um automóvel a vapor. Era uma coisa com caixotes em madeira e demorou quase meio ano a construir aquilo... E lá eu a construir aquela coisa (risos). E tinha um assento, e depois lá à frente tinha o motor, que era um pote de ferro, daqueles de cozinha, que tinha uma caixa revestida a zinco. A minha ideia é que punha água no pote a ferver, e depois o vapor fazia força, e aquilo arrancava. E o meu pai ia passando por lá, olhava atentamente, ria-se e tal... Mas não me dizia nada. Até que um dia aquilo estava quase pronto, já tinha lá o carvão, e eu depois vi que aquilo não pegava e pensei: “épa, mas isto não anda? Depois disto tudo, isto não anda nada...” (risos).

Só depois é que o meu pai me explicou: "não, uma máquina a vapor não é assim. O vapor tem de ir por uns tubos, e fazer mexer a roda, etc.". E eu fiquei: “filho da puta, podias ter avisado!”

(risos). “Tive eu aqui 6 meses a tentar meter isto a andar e não me disse nada” (risos). Não me disse nada para eu chegar lá... Mas também isto também depende muito, não é? Há Professores, com certeza que os teve, ajudam o aluno a encontrar as coisas, a pensar, a resolver, e outros que impingem: "faz assim, pensa assim, senão não tás a fazer bem, tás a fazer asneiras”.

E.: Sim... sim, claro! As pessoas oferecem-se de maneiras completamente diferentes no nosso trajeto de construção pessoal.

C.M.: Pois é isso... e depois, é claro que também há indivíduos que geneticamente são mais afirmativos e outros que são mais passivos.

E.: Que se adaptam mais.

C.M.: Isso mesmo, aliás essa até é a palavra certa. Fala-se em biologia disso: a adaptação auto-plástica, em que eu me conformo ao meio, e a adaptação alo-plástica, em que conformo o meio a mim. E a alo-plástica é mais evoluída, em termos coletivos e individuais.

E.: Sou eu, o Homem, que transforma o meio e que é agente participativo. Quase o exercício de uma função poética – no sentido da criação –, como julgo que o Professor fala, não?

C.M.: Sim. Os grandes exemplos, como o Picasso, que era um grande criador, que estava sempre a inventar uma técnica nova de conceber a pintura. Outros que eram mais repetitivos, não é?

E.: E isso era somente graças a ele (no sentido genético), ou também teve figuras do seu percurso que não lhe impingiram ideias e lhe deram liberdade para criar?

C.M.: Não sei... geralmente com o Picasso era quando tinha uma mulher nova (sorriso).

E.: (risos) Que maltratava ou amava, ou ambos, não sabemos...

C.M.: Ah sim!... (risos). Sim, mas levava-o a mudar.

E.: E agora pensando um pouco em Ricoeur, só para perceber a perspectiva do Professor. Estava aqui a pensar que ele nos fala de que o sujeito se faz pela narrativa. Não há, segundo ele, um encontro direto do sujeito consigo mesmo, i.e., “não tenho um conhecimento de mim através da minha experiência direta”, porque segundo ele, e depois dos mestres da suspeita (Marx, Freud e Nietzsche), não podemos ter mais a pretensão de que o homem é opaco para si mesmo.

E ele configura que o homem só se consegue conhecer a si mesmo pela narração, que no fundo lhe confere uma identidade narrativa, um fio condutor entre o entrelaçado das suas experiências, e que só depois de posto em narração, é que lhe permitido criar uma identidade coesa que o defina. Vemos então que, para ele, não há uma via direta para a identidade e para conhecimento sobre si, mas antes uma via indireta, que é a narração ou o colocar-se em narração. Tendo em conta o que aqui referimos desta aprendizagem auto-assimilativa, deste "saber de experiência feito", está de acordo com esta perspectiva de Ricoeur? O que pensa o Professor disto?

C.M.: Não estou de acordo com ele... É o contrário disso. O homem constrói narrativas. E ao construir narrativas, ajuda-se a conhecer a ele próprio. Quer dizer, junta as coisas. Os bichos, e entre o orangotango, o gorila e o homem, os símios mais evoluídos. Estes bichos têm principalmente um tratamento da informação episódico: “Passou uma andorinha, tá sol, caiu um copo...” e a narração são só pequenos episódios. O homem tem principalmente um tratamento da informação semântico. O que é que isto significa?

Bom, “se calhar porque abriu a porta e vento”. Isto é, constrói uma história mais completa com princípio de causalidade, sucessão, etc. As tais narrativas. E isto ajuda-o a conhecer-se melhor a ele próprio. Porque é um instrumento importante, que tem um tratamento de informação semântico: pelo significado e valor das coisas, e não só pelo que foi acontecendo.

E.: Hum... Não é a simples sucessão de acontecimentos que o homem faz: no tratamento de informação semântico, há uma construção que liga esses diversos episódios na construção de um sentido.

C.M.: Sim, sim. Mas, fundamentalmente, no tratamento de informação episódico, é apenas a sequência temporal das coisas que acontece; ao passo que aqui entra a causalidade. Perceber o porquê, e o para quê, a causa e a finalidade.

E.: Esse tratamento também dá uma noção de prospeção, de futuro.

C.M.: Sim. E pode-se explicar de muitas maneiras. Por exemplo, o Damásio, no seu penúltimo livro, explica isto de outra maneira. A diferença entre o cão e o homem, explica ele – ele não tem filhos, mas tem um cão, e gosta muito do cão, são normalmente eles que fazem as comparações de homem com cão (sorrisos) –, de maneira que ele diz que o cão tem uma boa memória do presente, tem uma pequenina memória do passado, e quase nenhuma memória do futuro. Quero dizer, imaginação do futuro, não é?

O homem tem uma boa memória do presente, uma grande memória do passado, e uma enormíssima memória do futuro! Tá sempre a imaginar, a construir futuros. A antecipar, que já agora é bem diferente da psicanálise clássica, virada para o passado. Como aquela do “bife que comi ontem...” (risos).

Lembro-me que, no tempo do Salazar, veio cá um ministro qualquer espanhol. Não sei se era o primeiro-ministro – creio que não –, bom, era um ministro qualquer. Foi recebido no aeroporto por um ministro português, assim nos anos 60. E logo ali, no aeroporto, o ministro espanhol fez uma grande discursata: que “a Espanha estava apostada no futuro, na indústria...”, não sei o quê, e que “estava aberta ao futuro”, etc. E sabe qual foi a resposta do ministro português? (sorriso) Foi: “sim, porque Portugal pode não saber para onde vai, mas sabe bem de onde veio!” (risos)

Mas a maior parte da discussão política no parlamento é feita sobre o passado: “foi o governo anterior, foi do anterior ainda...”. Aqui há tempos, estava numa discussão com uns amigos meus muito conservadores, e eu disse: “olhem, eu acho é que vocês estão todos muito errados. A culpa foi toda do Afonso Henriques ...(risos)... Se ele tivesse ficado lá com a Galiza, não havia cá problemas desses, ficávamos ligados a Espanha, e pronto” (sorrisos).

E.: Ora bem... (sorrisos). E na depressão, isso também acontece? A inflexão do eixo temporal, em direção para o passado? E mortificante, onde a pessoa não sai dali, não se projeta.

C.M.: Ah sim, sim... pois. Ah, mas aí a narrativa é importante, porque o ajuda: o homem é capaz de construir narrativas porque isso o ajuda.

E.: Pois, ajuda a criar um significado para as coisas que acontecem e que quer que aconteçam. Mas Professor, sabe, nesta parte da Fenomenologia, ou melhor, da Hermenêutica, que estou a explorar, há esta ideia ricoeuriana de que a identidade do sujeito é a identidade narrativa, só adquirida depois de uma construção em narrativa. Pois só depois de me colocar em narração, é

que existiria verdadeiramente uma identidade minha. Não é um processo imediato, é antes um processo mediado pela própria construção narrativa que faço sobre mim e sobre o mundo. E que os outros também fazem sobre mim. E isto faz-me lembrar as histórias que falámos, as histórias do “tu vais ser pianista que aos 2 anos confirmo(-me?) que tens jeito para o piano, tu vais ser engenheiro porque...”. E pegando nisto...

C.M.: Sim, mas acho que nisso posso estar de acordo com ele, embora a minha explicação seja um pouco diferente: o que acontece é que o homem atualiza o pensamento. E muito mais que os bichos. Sei lá, “gato escaldado de água fria tem medo”. Vê água, foge. Já o Homem pensa “bem, mas estava quente, agora parece que está fria...”. Quero dizer, atualiza mais o pensamento. Antecipa, compreende mais. Reflecte.

Há pessoas mais primárias, nesse sentido, mais imediatistas. Por exemplo, alguém diz “opa, este vinho é bom, queres provar?”, e embarcam logo um copo. Há outros que cheiram, para perceber porque é que é bom, vêm o rótulo e tal... No fundo, documentam-se mais antes de concluírem. Fazem o seu próprio juízo.

E.: Fazem uma apropriação da própria realidade, constroem-na segundo elementos próprios.

C.M.: Sim, sim. Isso mesmo.

E.: E voltando aos fenomenologistas, queria saber melhor a sua opinião face ao que afirma Zahavi, que podíamos dizer que vai contra o que afirmava Ricoeur. O que ele diz é que antes de haver um *self* narrativo – uma identidade que vem da narrativa –, há um *self* experiencial – da própria experiência.

C.M.: Olhe, Ricoeur tem para já um defeito que é o defeito dos franceses. Escrevem demais e falam demais (sorrisos). Olhe, eu tirei o curso de Medicina nos anos 50, e no meu tempo os livros que a gente estudava eram em espanhol, alemão, ou francês, e como quase ninguém falava alemão, eram sobretudo franceses que predominavam. Livros ingleses e americanos eram pouco conhecidos. E foi nos últimos anos de curso que descobri os livros ingleses: fiquei encantado! (risos). Aquilo que os franceses diziam em 1000 páginas, os ingleses diziam em 200! (risos) Iam diretamente ao centro, não é? Os franceses andam ali...

E nota-se também a diferença entre a América e a Europa, eu costumo citar um artigo que saiu no *Journal of Psychoanalysis*, já há 30 ou 40 anos. Uma revista importante de psicanálise que agora está um bocado decadente. Já na altura, nas décadas de 60-70, dois psicólogos e psicanalistas americanos fizeram uma investigação, muito simples: escolheram 400 artigos dessa revista, 200 escritos por psicanalistas europeus, e 200 escritos por psicanalistas americanos – mais ou menos de idades semelhantes e vindos de escolas semelhantes. E foram única e simplesmente investigar uma coisa: o número de citações de Freud. Sabe qual era a diferença? 10 vezes mais nos europeus. "Como Freud disse, como no livro de Freud...". Os americanos são mais práticos, mais ligados à realidade. Os europeus ainda muito ligados à história, ao *magister dix*, ao livro escrito.

Sim... E nisso do Ricoeur, simplesmente penso de forma um pouco diferente. Nessa coisa da narrativa, simplesmente vem de nós refletirmos mais, de utilizarmos mais a causalidade, a finalidade, o porquê e o para quê, o como.

Enquanto que os bichos só pensam “o que é isto?”, nós processamos a semântica.

E.: E hermenêutica, nesse sentido.

C.M.: Sim, sim, interpretação de significado.

E.: Sei que infelizmente estamos quase a terminar, mas gostava de lhe colocar mais uma pergunta, agora sobre um debate Professor concorda com a ideia de que antes do *self* narrativo, colocado em narração, existe um *self* pré-reflexivo, da própria experiência? De uma forma muito sucinta, um exemplo claro desta ideia – que também é contraexemplo da ideia do *self* narrativo e a sua renúncia à existência de um *self* que não o narrativo – é de que quando abro a porta para entrar no gabinete, não preciso de criar uma narração sobre esta experiência para saber que sou eu que abro a porta e entro no gabinete. Isto, simplesmente porque tenho o acesso à experiência direta de abrir a porta. Aqui sim, existe uma imediaticidade da consciência do *self*. Uma imediaticidade entre mim – *self* –, e a minha própria experiência – experiência de *self* ao abrir a porta. Ou seja, entre mim e eu mesmo. Como é que o Professor se situa neste debate?

C.M.: Bom, o que me parece que acontece aí é que há uma experiência anterior que depois automatizou, não é? No princípio, na primeira vez que abri uma porta, não sei se sabia como era para abrir. É como conduzir um automóvel: há de ter aprendido de algum lado, e depois é automático, nem pensa.

E.: Assim, e em termos de construção teórica, o Professor identifica-se ou aproxima-se de alguma destas teorizações que falámos?

C.M.: Com ninguém... comigo próprio.

E.: (sorriso) Boa resposta Professor. Bem idiomórfica! (risos)

C.M.: (risos) É claro que posso concordar com alguns autores, mas penso fundamentalmente através da minha experiência. Defino-me como investigador e não como um prosseguidor de um livro. Portanto fundo-me mais na minha experiência, clínica e pessoal.

E.: E só para esclarecer um ponto importante: num dos seus artigos – confesso que já não me lembro qual –, a identificação idiomórfica aparecia mais na fase pré-edipiana, entre o 1 ano e meio e os 3 anos, se bem me lembro. Julgo que foi num artigo sobre a construção da identidade sexual e de género, no final dos anos noventa. Bom, de qualquer modo fiquei a pensar se concebia a aparecimento deste processo de identificação idiomórfica só por volta desta idade. É assim?

C.M.: Só na construção da identidade sexual, só nesse aspecto. Na construção da identidade sexual, um indivíduo começa por considerar se pertence ao bando dos homens ou ao bando das mulheres, porque lhe dizem e, portanto, essencialmente uma identificação imagóico-imagética. Dão-lhe o nome de rapaz, vestem-no como um rapaz, etc.

Depois, por volta dos 18 meses até aos 3 anos, mais ou menos, é por auto-observação. Portanto de facto, uma identificação idiomórfica: “já sabia que pertencia ao bando dos homens porque me ensinaram, porque me disseram, e verifico que tenho um pénis e dois tomates, e portanto...” (risos).

E.: E, portanto, confere (sorrisos).

C.M.: Confere. É mesmo isso. E depois, na *fase genital edipiana*, como chamava o Freud – volta a ser uma identificação alotriomórfica. No fundo, “porque me disseram, eu já sei que pertenço ao bando dos homens, confirmei que sou homem porque tenho pénis e dois testículos, e

agora, por aquilo que observo nos cães, e sinto que se passa com os adultos, e imagino as raparigas, penso que um homem faz assim, e uma mulher faz assado”.

Aqui passa a ser predominantemente uma identificação alotriomórfica, embora continue idiomórfica: “mas vou fazer à minha maneira, e não como fazia o meu avô”.

E.: Essa era uma ideia muito importante que não tinha ficado clara nas minhas leituras: estas construções e estes processos vão sendo, portanto, concomitantes durante o desenvolvimento da identidade e vão evoluindo sempre. Não se trata, assim, de etapas do desenvolvimento fechadas a um determina fase, certo Professor?

C.M.: Sim, sim... absolutamente. E depois na adolescência é que há uma reformulação, mas principalmente na identidade geral. O jovem pensa “queria ser engenheiro porque o meu pai admirava os engenheiros, ou coisa parecida, ou tinha um amigo engenheiro que era um tipo importante, mas depois comecei a pensar que queria ser aviador que aquilo é bestial e conhecem-se muitas miúdas, e depois comecei a perceber que afinal o que eu gostava mesmo muito era de filosofia e de psicologia... é isso”. Portanto vamos deixando cair algumas peles imagóico-imagéticas, alotriomórficas, e desenvolvendo as idiomórficas.

E.: Claro, e para tal, tem de haver esse espaço de liberdade, na relação.

C.M.: Ah, mas com certeza!

E.: Justamente: eu sinto que uma questão fundamental da construção identitária, da forma como a pensa, é justamente a questão da liberdade. Para poder ser, mas não só: para poder sonhar ser. Consigo e com outro. E parece-me que esta importância que o Professor atribui à liberdade, intrapessoal e interpessoal, está patente não só ao longo das suas considerações sobre a identidade, mas também em todo o seu pensamento.

C.M.: Sim, sem dúvida. É mesmo isso. Vou só citar um filósofo americano, o Rorty, que dizia “cuida da tua liberdade, que a verdade cuidará de si própria”. A verdade acontece, emerge.

E.: E a verdade sobre o próprio, a sua génese, como falávamos.

C.M.: Claro! Se for livre, explora e ouve os outros, ouve-se a si, etc., e mais facilmente encontra a verdade.

Anexo II – 2ª Entrevista a António Coimbra de Matos

Nesta segunda entrevista, começámos por dar conhecimento ao Professor Coimbra de Matos dos avanços realizados, no decurso na nossa investigação sobre a sua obra e em termos da comparação com outras teorias.

A questão da evolução do seu pensamento sobre a temática serviu de ponto de partida para esta segunda entrevista.

Entrevistador (E.): O modelo¹ acaba por aparece mais tarde, não? Nos finais dos anos 90.

António Coimbra de Matos (C.M.): Não, finais dos anos 80, suponho eu.

E.: Finais dos anos 80. Uma questão importante, que se prende com a evolução do seu pensamento sobre esta questão, é que me parece que o Professor começou por considerar a construção identitária a partir do modelo da identificação da psicanálise – da psicanálise clássica bem entendido –, e derivou depois para a construção que hoje conhecemos. Um artigo que me pareceu decisivo, já que marca claramente esta divisão, é o Normal e Patológico na Adolescência, de 1981. Aqui o Professor traz já esta distinção importante para o presente modelo, onde considera haver dois processos envolvidos na construção da identidade: um auto-assimilativo e outro alo-assimilativo.

C.M.: É do livro da Adolescência²?

E.: Julgo que sim... sim: é o da Adolescência. Esse mesmo. Aí, no início dos anos 80, parece que já vem no seu pensamento – pelo menos o escrito – esta ideia importante de que a identificação não é só a identificação com o objeto ou com o modelo, mas que também existe a identificação comigo mesmo. Está certa, esta evolução no seu pensamento?

¹ Por modelo, entenda-se o modelo de construção identitária definido pelo Professor Coimbra de Matos, composto pelos três processos identificatórios que conceptualizou: identificação imagóico-imagética, idiomórfica e alotriomórfica.

² Referindo-se ao livro Adolescência: O Triunfo do Pensamento e a Descoberta do Amor, onde se encontra publicado o artigo Normal e Patológico na Adolescência, publicado originalmente em 1981 em Revista Portuguesa de Pediatria, 12: 72-77.

C.M.: Está, está. Só que a minha evolução não é a partir dos autores ou aquilo que li (sorrisos). Eu sou totalmente do lado oposto, sou pela investigação. Resulta da minha observação das pessoas e dos pacientes.

E.: Deixe-me que lhe diga – agora um à parte. O Professor, pelo menos para mim... olhe, como eu o represento enquanto objeto, é a “idiomorfia em pessoa”! (risos).

C.M.: (risos) Sim, sim. Embora não sei se será uma investigação científica. O resto é mais parecido com a religião do que com a ciência. A ciência verifica, observa e investiga. A religião é que acredita, e vai permanentemente aos textos.

E.: E tem a liberdade para colocar hipóteses.

C.M.: Sim... a outra fundamenta-se nos outros.

E.: E não faz então sentido falarmos que foi a partir da teoria psicanalítica clássica que construiu este seu pensamento, de que foi mais a partir das suas observações, e depois é que derivou “à sua maneira” (sorrisos).

C.M.: (sorrisos) Sim, da psicanálise, no sentido da minha experiência psicanalítica e da minha investigação psicanalítica. Agora não a partir do que disse o Freud, ou o Jung, ou a Klein, ou o Bion, ou outro qualquer.

E.: Claro. Mas não se apoiando nos outros autores, parece ter feito esta diferenciação base: uma identificação ao outro, e uma identificação ao próprio. Com introdução desta última no diálogo teórico. Digo isto porque é mais tarde – como disse nos finais dos anos 80 – que aparecem estes três processos de identificação, e esta identificação ao próprio evolui e tornar-se bastante importante no seu modelo, pela identificação idiomórfica. Não Professor?

C.M.: Sim. Vem fundamentalmente de ir verificando que o conhecimento psicológico e o conhecimento psicanalítico basearam-se muito na forma como nos formamos imitando o outro,

identificando o outro, e nós nos também nos identificamos por uma certa autopoiese, uma certa experiência de vida.

E.: Hum... E parece que esta questão da autopoiese não é muito referida na teoria clássica, não é? Quer dizer, pelo menos que eu tenha conhecimento, o Professor foi o primeiro a referi-la.

C.M.: Sim. Mas já é um conceito antigo... principalmente a partir das teorias sistémicas, dos sistemas complexos, dos sistemas vivos: do sistema humano. Principalmente o Varela, um autor chileno, dos anos 70, salvo o erro. Ele fala nisso também, nos sistemas dos seres vivos e de outros animais mais para baixo, como os cães. Quero dizer: a pessoa, o cérebro, não só trabalha com informações que recebe, como também cria novas informações e tira ilações daquilo que observa. E, portanto, constrói novas informações.

E.: Claro. Mas a minha pergunta era mais no sentido de – até o Professor ter feito essa distinção da identificação ao próprio –, que a psicanálise funcionava muito em termos da identificação ao objeto...

C.M.: Não é propriamente identificação ao próprio: é assimilação daquilo que sente que é. Sim, o modelo da psicanálise é que só há a identificação ao modelo. Uma construção da identidade. E tirei isto do meu estudo, da minha investigação, porque uma coisa é eu ir ler livros, etc., que é a cultura do livro, e uma outra coisa é a investigação e ver os factos. E que não é nada muito moderno, já o Camões falava nisso: o saber da experiência feito.

E.: Há quem diga que é o verdadeiro saber, não é?

C.M.: É o único. O resto não é saber... O resto é... olhe...

E.: É repetição?

C.M.: É repetição (*sorrisos*).

E.: E por falar nesse saber.... Olhe, mas antes, desculpe estar a maçá-lo com estas questões mais teóricas, quase ao nível do *diz que disse*, mas infelizmente nos trabalhos de tese dão-nos um

conjunto de liberdades, mas também um conjunto de limites. E infelizmente, numa investigação teórica como aquela que estou a desenvolver, e nos moldes científicos atuais, temos de estar ligados... olhe: à teoria, obviamente. É uma chatice, mas é realidade do meu trabalho agora. O meu trabalho agora é ler os outros (*risos*)

C.M.: Pois é... (*risos*)

E.: Mas também não tudo é mau, porque se aprende muito dos outros e com outros, e não é pelo simples fato do saber vir da experiência do outro que não vai permitir opiniões próprias. Até porque não é obrigatório “comer tudo o que nos dão” sem o digerir primeiro, e burilamos sobre as coisas – até sobre as nossas o fazemos, quanto mais as dos outros... Mas bom, estou aqui numa verdadeira clarificação sobre a construção da identidade desta tese... (*risos*).

C.M.: (*risos*) Sim, sim, mas é verdade.

E.: E é neste sentido que lhe pergunto, depois de ler a sua teoria: o Professor, em termos de psicogénese parece-me que, de facto, configura primeiro a identificação imagóico-imagética. É a nuclear, que se instala no núcleo do *self*, não é?

C.M.: Sim. Não quer dizer que não apareçam logo outras coisas próprias. Isso é um bocado variável. Por exemplo: há crianças que têm... Mais uma vez, pela observação dos meus dois primeiros netos, um rapaz com a história da chupeta: se perdia a chupeta, gritava. Isto já com oito ou nove meses. A segunda, que era uma rapariga, ao segundo mês já procurava a chupeta. Agitava-se, focinhava, não ia ainda com as mãos, mas ia com o focinho na chupeta. Portanto, há pessoas que experimentam e tiram conclusões da sua experiência, quando não sejam conclusões conscientes, mas vão resolvendo os problemas. E há outras que ficam mais dependentes do meio. Portanto aqui há o início de uma identificação idiomórfica que começa muito cedo.

Depois há... bom, isto também depende depois do processo educativo. Há famílias – mães, pais – e professores que são muito impositivos. Uma coisa que eu costumava citar, mesmo lá nas aulas do ISPA, é quando as crianças começam a comer a papa – na altura que começam o desmame, aos seis/sete meses, começam a ter menos mamadas e as mães começam a dar as papas e os caldos: geralmente sentam a criança numa cadeira ou ao colo da mãe, põem o prato à frente, e a criança quer meter as mãos ou a colher. Pois claro que deita metade da papa fora, e a mãe não deixa

continuar a coisa, mas as crianças protestam (*sorrisos*). E há pais mais tolerantes que deixam que a criança faça a experiência e aprenda por ela, e há outras que impõem e que levam sempre a criança mais submissa, e a aprender com o que de pior a mãe faz, segundo as regras da mãe.

E.: Exato... (*sorrisos*)

C.M.: Não sei se estou a ser claro...

E.: Claro que sim. E de que maneira. E esses exemplos quase se vão repetindo na vida quotidiana da própria criança, não é? E acabam por moldar o seu comportamento e identidade: de poder ou não borrar a cozinha, a não poder ou não experimentar na vida.

C.M.: Isso. Aliás, há um conceito antigo, anterior ao Ferenzci, que diz que há a dois tipos de adaptação: uma adaptação autoplástica, que me transformo para me adaptar ao meio; e uma adaptação aloplástica, que transformo o meio. A autoplástica é mais dos bichos: estão numa região polar, então cresce-lhes o pelo, ficam com o pelo branco. O homem constrói abrigos e roupas, e etc. Embora não se saiba, acho que isso começou porque Deus mandou-nos vestir numa fábrica de tecidos: era capitalista, e queria vender tecidos. Não queria ver o Adão e Eva despidos (*risos*).

E.: E dizem que ficou rico... (*risos*).

C.M.: (*risos*) É... Mas olhe, se quiser, uma questão da clínica: as pessoas com mais traços histéricos são mais autoplásticas. Adaptam-se, são mais passivas, mais influenciadas pelo outro, seguem a opinião do outro, não é? Pessoas mais afirmativas procuram mais... Sei lá, por exemplo, o Shakespeare, que dizia: “épá ouve a opinião de várias pessoas, mas no fim segue a tua”. E depois há pessoas que não, que ouvem a opinião deste e daquele, e que depois tiram uma ideia ou coisa parecida, ou seguem a do mais importante, não é?

E.: Pois, e há aí uma grande diferença de facto.

C.M.: Pois há.

E.: E essa diferença, na forma de lidar com o mundo, tem a ver com fatores constitucionais da pessoa, mas também com o ambiente.

C.M.: Evidente: com o cruzamento das duas. Mas, de facto, precisamente pelo nível de capacidade de decisão, de capacidade de análise, de capacidade de síntese, de capacidade intelectual, o homem é mais capaz nisso e, portanto, toma mais decisões e intervindo mais no meio do que os outros bichos.

E.: Aí um ponto fulcral, conforme referia, da identificação idiomórfica. Há elementos, constitutivos e em constituição, que estão presentes desde o início da vida, não é? Elementos que são respeitados e incentivados, ou então censurados.

C.M.: Sim, sim. Quero dizer, o homem é naturalmente um animal cultural: parte daquilo que somos é mais dependente da cultura do que dos genes, não é? Embora ainda haja uma influencia muito grande de que é tudo genética... Mas a genética são coisas ligeiras.

E.: Tem essa ideia? Sabe, da última vez que nos encontramos, eu tinha tido a sensação de que tinha uma ideia de que os genes eram constitutivos, e determinantes, no sentido de determinarem tudo o resto. Uma primazia da nossa genética na nossa constituição.

C.M.: Sim, é muito importante, mas a cultura é mais ainda, não é? Os genes não variaram muito de há cem mil anos para agora, e se comparar um homem de há cem mil anos que só partia pedras, não fazia mais nada, com o homem de hoje que vai à lua, e constrói os computadores, etc., há uma diferença abissal.

E.: Agora fez-me lembrar de uma frase de um autor, de um biólogo – já não me lembro qual é –, que dizia: “heredity proposes, nurture disposes” [a hereditariedade predispõe, o desenvolvimento dispõe]. Faz uso. Desenvolve e faz uso aquilo que chamam de equipamento genético, durante todo o desenvolvimento.

C.M.: É uma boa frase. Tanto que hoje em dia, mesmo na própria biologia, nos mais avançados, não falam em doenças propriamente hereditárias. Falam em predisposições

hereditárias. Tem uma predisposição para se deprimir, mas não há propriamente depressões de base genética, não é? Por exemplo, como é o caso das perdas afetivas, etc.

E.: Mas o discurso da ordem do dia não é esse, não é? Parece-me, dada um certo pensamento de “tudo é biologia”.

C.M.: Sim, mas também, é mais daqui, é mais dos países atrasados, no Brasil, na Argentina, dos países sul americanos, e em África. E aparece nas estatísticas: Portugal consome quase cinco vezes mais psicofármacos do que consome a Dinamarca. Quer dizer, quase 50% da população toma drogas para dormir, para a ansiedade...

Na Dinamarca as pessoas pensam: “Então, és maluco, quer dizer, não regulas bem da cabeça. Porque é que não bebes uma cachaça, um copo de whisky, é mais barato, mais agradável e faz o mesmo efeito” (sorriso). Tanto que os laboratórios têm uma influência muito maior aqui, chega a ser ridículo: a maior parte dos médicos portugueses, não sabem nada de farmacologia. Receitam pela bula dos medicamentos e pela literatura dos laboratórios, não é? Se formos falar com um médico francês, acha isto ridículo. Como é que você conhece as drogas pela propaganda? Sei lá, olhe, é um engenheiro mecânico que comprou um automóvel pela propaganda que a marca do automóvel faz, e não porque conhece os motores, e etc.

Por isso é que aqui tomam Ritalina a torto e a direito, os sedativos, os antidepressivos...

E.: É mesmo uma coisa assustadora. Mas sabe o que é que eu sinto? Olhe, da minha pouca experiência, o que eu sinto é que há pouca abertura no Sistema Nacional de Saúde – pelo menos onde estive, mas a saber de outras experiências – para compreender que o miúdo que está desatento porque não se sente com capacidade de se concentrar por estar a sonhar o pai que não está na sua vida, que está longe, e que está em África, que era o caso. Este foi um caso que conheci de perto. Mas não há, infelizmente, a abertura para este tipo de compreensão da outra pessoa, está a ver?

E.: Pois, e depois mais ainda, não é só isso. Como é que quer que uma criança esteja atenta, uma criança com oito ou nove anos, às vezes com aulas de duas horas? Ninguém está atento, nem nós adultos. Ao fim de três quartos de horas estamos cansados, não é? Ainda bem que não está atento: é normal, não é? Uma criança que está sempre quieta à mesa, etc....

E.: Bom olhe, agora com estas distrações, também me perdi um pouco... Ah, uma pergunta para ficar claro esta ideia para mim: a identificação idiomórfica aparece, portanto, já desde cedo no percurso desenvolvutivo, se calhar até desde o início. Mas num artigo que escreveu sobre a identificação sexual, já não me lembra data, referia o aparecimento primeiro da identificação imagóico-imagética, depois da identificação idiomórfica e só depois a identificação alotriomórfica.

C.M.: Depende, depende da idade... A construção da identidade sexual é mais assim, mas nem todos os aspetos. Inicialmente, a criança sente-se pertencer, um rapaz à banda dos homens por que lhe dizer. Portanto, uma assimilação da identidade atribuída. Depois, entre um ano e meio, três anos, começa a considerar-se homem ou mulher porque identifica os semáforos sexuais, as insígnias sexuais: “Afinal eu sou homem porque tenho um pénis e dois testículos, não é?”. Uma pergunta mais de base idiomórfica. Depois, na altura da fase genital infantil, entre os três e os cinco mais ou menos, torna-se mais alotriomórfica: “Eu vejo que os bichos copulam desta maneira, eu já vi também que, imaginei ou pressenti que os homens fazem disto, as mulheres fazem outra coisa”. Portanto, é natural que a identificação ao outro se torna mais um bocado mais predominante.

E.: Claro, mas mesmo aí, neste último processo alotriomórfico, há também uma questão idiomórfica, não? Uma componente idiomórfica mesmo nos outros processos, na medida em que a criança pode pensar “Quero copular como imagino que o meu pai faz, como os homens, mas à minha maneira”?

C.M.: Sim, sim.

E.: Isto é, as identificações vão se alternando e alterando durante a construção identitária, de forma muito flexível.

C.M.: Sim, sim. Tudo isto é bastante dinâmico. Olhe, ainda bem que falou disso, por exemplo: há aí uma médica que faz uma coisa que é um bocado disparatada, mas manda as criancinhas fazerem doseamentos de dopamina, de cortisol e de serotonina, não sei... pronto, por “entusiasmo”. E isto não tem interesse nenhum, porque o que tem interesse é o nível de cortisol, ao nível do cérebro e do sítio do cérebro, e isso pode não estar em relação com o nível do sangue, percebe?

Se eu fico muito excitado e ansioso e em stress, etc., se tiver muito cortisol, ao nível do lobo pré-frontal não aparento estar muito alto no sangue, pode até está abaixo no sangue. Não sei se...

E.: Claro, não há relação direta, não é?

C.M.: Pois, pois. E, portanto, tudo isto é bastante móvel e pode parecer que, logicamente, a criança dos três aos cinco anos, principalmente, identifica-se ou constrói a sua identidade... Porque não é propriamente identificar, é construção de identidade. Porque o termo identificação quer dizer “eu identifico-me a determinado objeto”, ou “identifico-me *com* este objeto”. Mas na psicologia, e na psicanálise necessariamente mais, o termo da identificação é construção da identidade. É essa a construção da identidade, na identificação idiomórfica não estou a identificar-me propriamente a mim próprio, estou a colher elementos de mim próprio para construir a minha identidade.

É isso: para construir a minha identidade. Nós não somos, você e eu, sempre a mesma pessoa. Aquilo que eu fui ontem não é propriamente aquilo que eu sou hoje. Estou agora a conversar consigo, como estava com outra pessoa, e se calhar já tenho ideias diferentes, ou a outra pessoa suscita-me também sentimentos diferentes. Mas todo este ramo não é imóvel, não é?

E.: Claro, claro, longe de estar de facto estratificado, tanto os processos, quanto o produto: a identidade.

C.M.: Pois. É isso mesmo. Mas outra coisa importante é que isto na construção identitária é que, nesta altura da adolescência, há geralmente uma certa revelação. Na altura da adolescência, o indivíduo tende a reduzir as identificações alotriomórficas e imagóico-imagéticas, e a reforçar as identificações idiomórficas: “Eu afinal queria ser médico, porque o meu pai era farmacêutico, o meu pai era enfermeiro e tinha uma grande admiração pelos médicos – portanto influenciado por essas ideias do meu pai – mas afinal gostaria de ser aviador”.

E.: Hum, hum, pois. E assim também vai mudando muito, não é?

C.M.: Sim, sim. Vai remodelando e vai tendo, nas coisas saudáveis, uma identidade mais de acordo consigo próprio. Aquilo que sente que é, para que está vocacionado, que gosta, etc.

E.: Hum... E para que esse processo idiomórfico aconteça, é necessária uma capacidade não só de captação das minhas mensagens internas, mas também de revisão dessas minhas mensagens? Isto é, já ter capacidades cognitivas para poder fazer esse processo idiomórfico, ou é uma coisa até mais primária? Primária, no sentido de não precisar de grandes capacidades cognitivas para tal.

C.M.: Não, quantas mais capacidades tiver, mais facilmente desenvolve uma coisa idiomórfica. Porque reflete mais, não é? E toma decisões mais elaboradas, mentaliza, reflete. As personalidades mais primárias são personalidades mais ingénuas e, portanto, mais suscetíveis, mais influenciáveis pelo meio.

E.: Mais reprodutoras e menos produtoras, tal como a questão da relação com o meio...

C.M.: E menos reprodutoras, isso mesmo! Mas claro, isso também tem as suas variações e os seus limites patológicos. Porque também ser muito... sei lá, por exemplo: nas línguas, se há pessoas que vem dos Açores para Lisboa, e ouvem duas vezes a forma de falar e já falam à moda de Lisboa. É mais produtivo. Está mais adaptado, não é? Aliás, eu tenho uma amiga minha que está cá e nunca mais foi aos Açores há 50 anos, e ainda fala à moda açoriana (*risos*).

E.: Olhe, é bem afirmativa (*risos*).

C.M.: (*risos*) Acaba por ser um bocado ridículo..., mas há também limites para isso (*risos*). Às vezes é mais saudável a pessoa... não é?

Porque isto também torna uma personalidade mais rica. O exemplo mais correto, mais simples, é o das viagens com refeições às pessoas que vão a um país novo e pedem bacalhau cozido com batata (*risos*).

E.: (*risos*). Claro. Portanto, tudo com “conta, peso e medida”

C.M.: Pois. Porque ter experiências novas facilita a vida, não é?

E.: Pois, claro. Uma coisa é chegar e ficar já estrangeirado, outra é ir parecendo que nem sequer se foi, não é?... É ir-se estrangeirando um bocadinho, aqui e acolá.

C.M.: Sim, sim, sim.

E.: E o Professor também fala, já não me lembro onde li, mas lembro-me de pensar que gostava que desenvolvesse mais sobre este tema que me parece importante para a construção identitária. Fala da identificação complementar. Podia falar-me um bocadinho sobre isso? O que é entende por esse conceito.

C.M.: Olhe isso foi a minha última aula na Faculdade de Psicologia. Isso também é importante na identificação sexual. Nós estamos habituados a pensar que, na identificação alotriomórfica, nós só nos identificamos aos homens, por exemplo, convivendo com homens. E há toda aquela teoria, que serviu para as escolas só de rapazes ou só de raparigas, por exemplo, os rapazes contam com rapazes e as meninas com meninas, quer dizer, se não ficam maricas (*risos*). E há uma identificação, neste caso, por similaridade, eu identifico-me com homens, como homem convivendo com homens, mas também por complementaridade, identifico-me com homens, convivendo com mulheres. Comportando-me como homem, em face das mulheres

E isto é muito importante, no sentido de, porque ainda hoje se fala, que é uma coisa que eu embirro, nos sexos opostos. Não há sexos opostos, não andamos na guerra dos sexos. Os homens a atacar as mulheres e as mulheres os homens, não é? Os sexos são complementares.

E.: Claro. Senão não estaríamos aqui, não é? Nem eu, nem o Professor. Se só houvesse oposição e não também complementaridade... (*risos*).

C.M.: Exato (*risos*). Aí sim, e são complementares. Um junto com o outro faz um conjunto diferente, e mais alto. Na teoria dos conjuntos, na matemática, é o conjunto universo. É um conjunto masculino e um conjunto feminino, que juntos formam o conjunto universo do par. Do par: homem/mulher.

A identificação complementar, quer dizer, eu comporto-me como homem, complemento o papel da mulher, para formar o par.

E.: E vou experimentando esse papel junto com o meu complemento.

C.M.: Sim, sim. Sei lá, se eu vou consigo dar um passeio e temos de subir uma árvore, eu não lhe vou dar a mão: você tem mais força do que eu. Se for uma rapariga, se calhar eu ajudo-a a subir, etc.

Por palavras simples: “construo como homem, convivendo com mulheres”. Vem daquilo que um homem deve fazer quando está com mulheres.

E.: Hum, claro. Isso parece-me muito importante...

C.M.: Ah pois é, pois é.

E.: Quer dizer, de que maneira é que eu poderia experimentar-me assim, idiomorficamente, o que é ser homem ou o que é ser mulher?

C.M.: Sim. Há pessoas que têm pouco jeito para isso, sei lá... Ainda um paciente meu que tinha uma namorada nova, e andou quase um ano a pensar qual era a prenda que havia de lhe dar nos anos. Andou a ver várias coisas: joias, vestidos, etc. No final, ofereceu-lhe um relógio de parede e ela pô-lo fora de casa (*risos*). Falta de jeito de conviver com mulheres (*risos*). Ele andou no seminário muitos anos (*sorrisos*).

E.: Claro, isso faz-me todo o sentido. Faz-me sentido enquanto um exercício idiomórfico, não é?

C.M.: Sim, sim. Mas é isso, porque eu tenho um outro caso que está ainda em análise também. Que é um homem jovem que lhe saem sempre desgraças nas relações com as namoradas. E uma coisa que eu vi agora e estranhava... Ele tem uma irmã, mais nova dois anos, e nunca fala na irmã. E, portanto, a irmã praticamente é uma pessoa desconhecida e tem menos dois anos que ele. E só tem aquela irmã. Portanto, quer dizer, é a tal coisa, não conviveu com a irmã. Não aprendeu a ser rapaz junto da irmã. Ainda hoje não sabe conviver com mulheres.

É a tal identidade, ou identificação complementar. Desempenhar o papel complementar, que é importante.

E.: Claro. Agora mergulhando na questão idiomórfica em si, porque acho que é fundamental, como vemos. Então na sua teoria, como vemos, é absolutamente fundamental.

C.M.: Sim, e mais original. A outra é copiada. Ou impingida ou copiada.

E.: Exato, isso mesmo. E a minha pergunta, não querendo soar quase como metafísica...

C.M.: Mas diga.

E.: Bom, a minha pergunta, que não sei muito bem formular é: de onde é que vem essa centelha criadora da originalidade? Vem do próprio, bem sei, mas... Eu não sei bem ainda formular isto, mas será necessário sempre um certo espaço de liberdade, dentro das identificações, para se encontrar? E encontrar esta centelha criadora, esta sua originalidade? Vá lá, por outras palavras: será que a expressão da originalidade de cada um de nós – daquilo que nos torna únicos, e que muitas vezes não é afirmado, como nas identificações idiomórficas – também vem da liberdade relacional que nos permitem gozar, ou que conquistamos e podemos livremente desenvolver?

C.M.: Hum... Há uma história contada por um analista Argentino, que é um miúdo de cinco anos que está com o avô, e é uma noite de Verão, de luar, e o avô está-lhe a falar nas estrelas, na Lua, etc., e o miúdo, há alturas tantas, diz: “Epá, ó avô eu gostava de ir à lua”. E o avô diz-lhe “é muito longe, não se pode lá ir”. Nessa altura ainda não se tinha ido à lua. Isto é uma história dos anos 50.

Mas o miúdo insiste, e o avô diz “então pá, se queres ir então vamos lá”. E começaram a andar pela estrada e o miúdo, a alturas tantas o miúdo diz-lhe:

- “Aí pá, ó avô estou cansado”

- “Mas se queres ir à Lua temos que continuar”

- “Aí, mas eu estou muito cansado”

- “Mas se queres ir à Lua, temos que continuar a andar, para ver se chegamos lá”.

Até que, a altura certa, o miúdo diz-lhe: “Ó avô, e se nós deixássemos isso para amanhã?”. Em vez de andar com grandes explicações, o avô mostrou-lhe a realidade.

E.: Compreendo. Mas a minha pergunta era mais noutra sentido: se crescemos em relação e nos construímos pelas identificações, a liberdade para podermos ser nós mesmos enquanto expressão autêntica também vem da relação, não? Assim, a liberdade pessoal dependerá da liberdade relacional? Não sei se me faço entender.

C.M.: Ah sim, sim! Facilita.

E.: Sim, facilita, exato.

C.M.: É, mas também é importante que o indivíduo seja capaz de se impor, e impor a sua capacidade de investigação, etc. para ir contra os outros. Por exemplo, o caso do *empowerment* – o empoderamento –, onde a pessoa assume os seus direitos. Uma coisa é a sociedade dar-lhe essa possibilidade, o *empowerment* passivo, outra coisa é permitir, a sociedade permitir que o indivíduo assuma os direitos.

Portanto, o *empowerment* ativo. Se quiser, uma coisa é o comportamento reativo, “eu zango-me porque me chateio”, outra é o comportamento ativo, “tenho o direito a zangar-me”.

E.: Portanto uma pessoa é mais ou menos capaz da sua afirmação, tanto pela sua constituição, quanto pelo ambiente em que cresceu.

C.M.: Que permite. Sim, sim. Sim, mas também há outra coisa, que é a pessoa ser capaz de transformar o contexto.

É a tal adaptação aloplástica. Há crianças que obedecem aos pais e outras crianças que educam os pais (risos). Às tantas são os pais que começam a mudar, “não posso castigá-lo muitas vezes, se não ele parte-me a casa toda” (risos).

Olhe, estou-me a lembrar: há uma comunicação que vou dar lá no ISPA agora sobre isso, “O saber de ouvido e o saber de experiência feita”. Que não é saber! O que sabe investiga, o sabão é que imita. Imita aquilo que vem no livro (risos). O nosso antigo Primeiro Ministro, José Sócrates, normalmente com as citações do “como diz fulano” (*sorrisos*).

E.: O sabão... essa é boa... (*sorrisos*). Só mais uma questão: para si, identificar-se é também diferenciar-se, certo Professor? Distinguir-se do outro. Ir-se diferenciando.

C.M.: Sim, sim. Sim, sim. Fundamentalmente, quer dizer cada um de nós é único.

E.: Cumprir-se, no sentido de um destino e de ponto de partida, como único e original.

C.M.: Sim, sim. A gente não se confunde. Somos únicos.

E.: Mas na imagóico-imagética não é tão clara essa diferenciação.

C.M.: Sim, é a idiomórfica que nos torna mais diferentes. Somos mais originais. Também é uma coisa importante, mas acho que temos que sublinhar isso. Por exemplo, na liberdade, a liberdade que interessa mais, não é aquela que nos dão, é aquela que nós conquistamos. Tem muito mais força.

E.: E tem outro sabor!

C.M.: E tem outro sabor, tem outro sabor, há, pois, tem! Eu consegui. As próprias crianças sentem isso, não é?